



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MANUELA DE SOUZA PEREIRA

**JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À  
REDISTRIBUIÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICA PARA 71 PAÍSES**

RECIFE

2022

MANUELA DE SOUZA PEREIRA

**JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À  
REDISTRIBUIÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICA PARA 71 PAÍSES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de doutora. Área de Concentração: Democracia e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo

RECIFE

2022

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

P436j Pereira, Manuela de Souza.  
Justiça distributiva, confiança nas instituições e apoio à redistribuição: evidências empírica para 71 países / Manuela de Souza Pereira. – 2022.  
115 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Marcus André Barreto Campelo de Melo.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Ciência política. 2. Percepção de justiça. 3. Confiança nas instituições. 4. Renda - Redistribuição. I. Melo, Marcus André Barreto Campelo de (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-139)

MANUELA DE SOUZA PEREIRA

**JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À  
REDISTRIBUIÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICA PARA 71 PAÍSES**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Área de Concentração: Democracia e Instituições.

Aprovada em 31/08/2022

---

Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lorena Guadalupe Barberia (Examinador Externo)  
Universidade de São Paulo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nara de Carvalho Pavão (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Raul da Mota Silveira (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. André Felipe Canuto (Examinador Externo)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, entre tantos aprendizados inestimáveis ao longo da vida, esta tese é apenas uma pequena manifestação desse amor incondicional e parte do ser humano que me tornei.

A todos os professores do Departamento de Ciência Política da UFPE, que foram cruciais na melhoria constante da minha capacidade de aprofundar e elevar meu conhecimento. Cada um, à sua maneira, me acompanhou desde a graduação e fazem parte dessa minha trajetória. Ao longo desses anos, perante tantos desafios profissionais que tive, sei que estava preparada para cada um deles. Boa parte disso é resultado de tudo que vocês me ensinaram.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Marcus André, que sempre fez questão de me mostrar com muito entusiasmo que eu sou minha melhor referência. Obrigada por me ver com toda essa grandiosidade, por todo ensinamento compartilhado e, principalmente, por essa parceria.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE, pelo aporte financeiro a essa tese. Atualmente em que a ciência é tão desvalorizada, ter tido essa oportunidade só reforça a importância de se manter investimento para formação de futuros mestres e doutores.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, aqueles que estão comigo desde a infância e aqueles que direta e indiretamente a Ciência Política me proporcionou. Todos vocês, ao longo desses anos, me deram todo apoio para concluir esse ciclo.

[...] não vou poder olhar para os meus filhos e dizer, com sinceridade, que se trabalharem com afinco e fizerem sacrifícios tudo é possível. Descobri hoje que tomar todas as decisões corretas, fazer tudo como deve ser feito, pode não ser suficiente, porque o governo nada faz para ajudar. (OBAMA, 2020, p. 282).

## RESUMO

A confiança altera os efeitos da percepção de justiça no apoio à redistribuição de renda? Esta tese investiga o potencial papel moderador da confiança na relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. O mecanismo causal postulado é que variáveis não econômicas com base em crenças normativas (percepção de justiça) e políticas (confiança política e social) tem efeito preditivo no apoio à redistribuição. A hipótese principal a ser testada, dessa forma, que a confiança política e social tem efeito condicional na relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. Com dados mais recentes do *International Social Survey Programme* (2019) e *World Values Survey* (2010 a 2022), o desenho de pesquisa utiliza estatística descritiva e *Linear Mixed Effects Regression*. Os achados apontam que (i) a confiança condiciona efeito de renda no apoio à redistribuição; (ii) a confiança modera o efeito das percepções de justiça e da renda no apoio à redistribuição; e (iii) a heterogeneidade das percepções de justiça, condicionados a confiança, possui efeitos distintos no apoio à redistribuição.

**Palavras-chave:** percepção de justiça; confiança nas instituições; redistribuição de renda.

## ABSTRACT

Does trust modulate the effects of fairness perceptions on redistribution preferences? This thesis investigates the potential moderating role of trust in the relationship between fairness perceptions and support for redistribution. The postulated causal mechanism is that non-economic variables based on normative beliefs (fairness perceptions) and politics (political and social trust) have a predictive effect on support for redistribution. The main hypothesis to be tested is that political and social trust has a conditional effect on the relationship between justice perception and support for redistribution. Using the most recent data from the International Social Survey Programme (2019) and World Values Survey (2010 to 2022), the research design employs descriptive statistics and Linear Mixed Effects Regression. Findings indicate that (i) trust moderate the effect of income on support for redistribution; (ii) trust moderates the effect of fairness perceptions and income on support for redistribution; and (iii) the heterogeneity of fairness perceptions, influenced by levels of trust, yield mixed effects on support for redistribution.

**Keywords:** fairness perceptions; political trust; income redistribution.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média Apoio à Redistribuição por país.....	63
Gráfico 2 - Percepção de justiça (agência) por país .....	64
Gráfico 3 - Média da percepção da distribuição de renda justa por país.....	65
Gráfico 4 - Média da Confiança política por país .....	66
Gráfico 5 - Confiança social por país .....	67
Gráfico 6 - Diferença de médias entre renda real e renda futura percebida .....	68
Gráfico 7 - Diferença de médias entre contato com ricos e pobres.....	69
Gráfico 8 - Médias da conexão política por país .....	70
Gráfico 9 - Média de conhecer pessoas certas por país.....	70
Gráfico 10 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da renda futura.....	78
Gráfico 11 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da agência .....	79
Gráfico 12 - Média do apoio à redistribuição por país.....	85
Gráfico 13 - Média da percepção de agência por país.....	87
Gráfico 14 - Média da percepção de igualdade de oportunidades por país.....	88
Gráfico 15 - Média da Confiança Política por país .....	90
Gráfico 16 - Média da Confiança Social por país .....	91
Gráfico 17 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da renda percebida.....	97
Gráfico 18 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da agência .....	98
Gráfico 19 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da igualdade de oportunidades.....	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de Variáveis ISSP .....	61
Quadro 2 – Quadro de Variáveis WVS .....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelos de Regressão Linear Multinível.....	75
Tabela 2 – Modelos de Regressão Linear Multinível.....	76
Tabela 3 – Modelos de Regressão Linear Multinível.....	93
Tabela 4 – Modelos de Regressão Linear Multinível.....	95
Tabela 5 – Modelos de Regressão Linear Multinível.....	96

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>PARA ALÉM DA RENDA: MULTICAUSALIDADE NAS PREFERÊNCIAS POR REDISTRIBUIÇÃO.</b> .....	17
2.1	A ESCOLHA RACIONAL: O QUE EXPLICA O APOIO À REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA? .....	18
<b>2.1.1</b>	<b>Dinâmica das perspectivas de mobilidade e apoio à redistribuição de renda</b> .....	22
2.2	O PAPEL DA AFINIDADE SOCIAL E A ESTRUTURA DA DESIGUALDADE ....	26
2.3	PERCEPÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	29
<b>3</b>	<b>PERCEPÇÕES DE JUSTIÇA E OS IDEAIS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA</b> .....	32
3.1	DEFINIÇÃO DA PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA: A NECESSIDADE DE UM MUNDO JUSTO.....	33
3.2	PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA E O DEBATE SOBRE REDISTRIBUIÇÃO .....	36
<b>4</b>	<b>O PAPEL DA CONFIANÇA: O QUE NÓS SABEMOS?</b> .....	41
4.1	O DEBATE SOBRE CONFIANÇA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	42
<b>4.1.1</b>	<b>Definição de Confiança política e Confiança social na Ciência Política</b> .....	44
4.2	CONFIANÇA E APOIO À REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA RELAÇÃO LINEAR? .....	46
4.3	CONFIANÇA COMO ATALHO HEURÍSTICO.....	49
4.4	O PAPEL MODERADOR DA CONFIANÇA NO APOIO À REDISTRIBUIÇÃO ....	51
<b>5</b>	<b>ESTRATÉGIA EMPÍRICA: HIPÓTESES E MODELOS ESTIMADOS</b> .....	52
5.1	METODOLOGIA E BANCO DE DADOS .....	55
<b>6</b>	<b>EVIDÊNCIAS <i>CROSS-SECTIONAL</i>: <i>INTERNATIONAL SOCIAL SURVEY PROGRAMME</i></b> .....	59
6.1	ANÁLISE DESCRITIVA .....	62
6.2	ANÁLISE EMPÍRICA .....	71
6.3	EFEITOS CONDICIONAIS DA CONFIANÇA .....	77
<b>7</b>	<b>WORLD VALUES SURVEY</b> .....	81
7.1	ANÁLISE DESCRITIVA .....	84
7.2	ANÁLISE EMPÍRICA .....	92
7.3	EFEITOS CONDICIONAIS DA CONFIANÇA .....	96
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE A – MATRIZ DE CORRELAÇÃO ISSP .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE B – MATRIZ DE CORRELAÇÃO WORLD VALUES SURVEY ..</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese objetiva contribuir com análise da relação entre percepção de justiça, confiança política e apoio a redistribuição. Em particular, questiono se a confiança altera os efeitos da percepção de justiça no apoio à redistribuição de renda.

A redistribuição de renda e seus determinantes político-institucionais é um tópico central da Economia Política e dos estudos sobre democracia. Os primeiros modelos explicativos desenvolvidos sobre apoio à redistribuição de renda tiveram como premissa que a política democrática compensa a desigualdade de mercado (Romer, 1975; Meltzer; Richard, 1981). Sob essa abordagem, a adoção do sufrágio universal e a regra da maioria implica que a desigualdade advinda do aumento da distância entre a renda mediana e renda média estará associada com maior apoio à redistribuição de renda. Todavia, achados empíricos explicitaram o esgotamento de paradigmas de racionalidade individual nas explicações de processos sociais e enfatizaram a necessidade empírica e teórica de abordagens normativas e não-econômicas na formação de preferências (Trump, 2017; Alesina; Giuliano, 2011; Gimpelson; Treisman, 2017; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018; Iversen; Goplerud, 2018; Rueda; Stegmueller, 2019; Bussolo et al., 2021).

O julgamento sobre o que é certo e errado, justo ou injusto é comum a todos os indivíduos e essa base normativa é constitutiva da economia política de qualquer sociedade (Tyler et al., 1997; Tyler, 2004; Alesina; Angeletos, 2005; Tyler, 2006; Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010; Durante; Louis; Weele, 2014; Zmerli; Castillo, 2015; Cappelen; Tungodden, 2020). Indivíduos, em geral, possuem crenças atreladas a fatores internamente controláveis (trabalho duro, ambição e mérito) e/ou crenças que destacam o papel de forças externas para sucesso (sorte, falta de oportunidades, etnia e background social). Esse conjunto de crenças fornece uma base rigorosa de como as considerações sobre responsabilidade individual está incorporado a direitos e obrigações que unem a população, governo e mercado (Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010).

A crença de que a desigualdade de renda é justa é forjada na percepção dos indivíduos de que o resultado do processo de melhoria de vida é justo (Cappelen; Tungodden, 2017). Dessa forma, há dois diferentes conjuntos de crenças sobre a percepção de justiça: a) desigualdade de renda pode ser considerada justa, uma vez que as pessoas são responsabilizadas por suas escolhas; ou b) a desigualdade só é considerada justa por aqueles que acreditam que todos devam ter as mesmas oportunidades *ex ante* (Zmerli; Castillo, 2015; Trump, 2020; Gallenstein, 2021).

Todas as políticas que necessitam de sacrifícios materiais para o benefício de grupos específicos nas democracias pressupõem níveis de confiança política nas instituições (Hetherington, 1998; Rudolph; Evans, 2005; Rothstein, 2011; Zmerli; Castillo, 2015). Formou-se um consenso entre os especialistas que a confiança tem um efeito linear sobre o apoio à redistribuição de renda (Peyton, 2020). Os indivíduos que confiam no governo são propensos a apoiar políticas pró-redistribuição. A explicação contrafactual para a crescente desigualdade é que a crescente desconfiança dos eleitores em relação ao governo mina seu apoio a políticas destinadas a lidar com a desigualdade (Holand, 2018; Peyton, 2020).

Ademais, há uma literatura que enfatiza desconfiança generalizada no papel do estado (Cleary; Stokes, 2006; Norris, 2022). Isto é, a avaliação ruim do papel do estado em efetivar as políticas redistributivas podem acentuar essa desconfiança. Achados apontam que quando indivíduos descobrem o real nível de desigualdade há uma diminuição na confiança no governo (Kuziemko et al., 2015). A redução da confiança pode estar atrelada à como os indivíduos associam resultados ruins à incapacidade ou a falta de vontade dos políticos de enfrentar esse problema (Hvidberg; Kreiner; Stantcheva, 2023).

No que tange a confiança social, estudos apontam ciclos virtuosos da confiança em que sociedades com alta confiança social está correlacionada a baixos níveis de corrupção, que por sua vez promovem cidadãos mais dispostos a apoiar à redistribuição (Rothstein; Uslaner, 2005; Rothstein, 2011). Em suma, apesar dos resultados mistos encontrados até então, uma constatação recorrente e com potencial explicativo é que as baixas percepções de confiança podem reduzir o apoio à redistribuição (Peyton, 2020).

Para avançar nessa linha de pesquisa, nesta tese analiso a relação entre as crenças normativas compartilhadas (percepção de justiça), confiança e apoio à redistribuição. Indivíduos fazem julgamentos normativos se a desigualdade existente é resultado de esforço e mérito ou são produzidas por sorte (Cappelen; Tungodden, 2020; Trump, 2020). Além disso, o declínio da confiança política e social (Uslaner, 2018; Norris, 2022), somado a desconfiança dos eleitores em relação à capacidade do governo de reduzir a desigualdade, podem contribuir com aumento ou redução do apoio à redistribuição de renda (Holand, 2018).

O mecanismo causal postulado é que variáveis não econômicas com base em crenças normativas (percepção de justiça) e políticas (confiança política e social) tem efeito preditivo no apoio à redistribuição. A confiança pode moldar como as crenças centrais, como a agência e a igualdade de oportunidades, influenciam o apoio à redistribuição de renda. Isso ocorre porque a confiança é uma característica psicológica que determina como as pessoas interagem entre si e com a sociedade (Keefer; Scartascini, 2022). Em contextos de alta confiança, por

exemplo no governo ou social, indivíduos possuem a crença predominante da capacidade do governo em reduzir a desigualdade (Hetherington; Rudolph, 2015; Holand, 2018; Charron; Harring; Lapuente, 2019; Norris, 2022). Esta percepção é oriunda da crença na eficácia do aparato governamental, associada a uma redução percebida de corrupção e comportamentos oportunistas (Zmerli; Castillo, 2015; Ferrari, 2021; Keefer; Scartascini, 2022). Desse modo, nesses cenários, a resposta para redução da desigualdade se dá a partir da visão saliente da população sob esforço individual ou a igualdade de oportunidades. Em outras palavras, a predominância da crença no esforço individual pode levar as pessoas a ver a redistribuição como uma recompensa injusta para aqueles que não se esforçam. Enquanto, a saliência da crença na igualdade de oportunidades, a redistribuição é frequentemente vista como um instrumento para corrigir disparidades intrínsecas, assegurando que todos tenham uma chance justa de sucesso.

A análise empírica procede em três etapas, a fim de elucidar o papel moderador que a confiança exerce nas variáveis explicativas convencionais e não convencionais do apoio à redistribuição. Dessa forma, testo as seguintes hipóteses: (*H1*) alta confiança aumenta a probabilidade de a renda percebida reduzir o apoio à redistribuição; (*H2a*) em cenários de alta confiança, a crença no papel do esforço individual (*agência*) para melhoria de vida tende a reduzir o apoio à redistribuição; e (*H2b*) em cenários de alta confiança, a crença na igualdade de oportunidades tende a aumentar o apoio à redistribuição. A partir do uso de dados do ISSP (2019) e do WVS (2010-2022), utilizo como técnica estatística a análise multinível, a partir *Linear Mixed Effects Regression*.

Os achados dessa tese apontam que a confiança política ou social modera o efeito das percepções de justiça e da renda no apoio à redistribuição. No que tange a análise do auto interesse, na medida que há maior confiança política (social), a percepção de renda (futura) preveem um menor apoio à redistribuição. Tais resultados corroboram também o papel da importância da renda futura nas análises de apoio à redistribuição.

Além disso, os resultados apontam que a heterogeneidade das percepções de justiça, condicionados a confiança, possui efeitos distintos no apoio à redistribuição. Ou seja, o julgamento normativo, seja meritocracia ou igualdade de oportunidades, preveem em direções opostas o apoio à redistribuição. Se os indivíduos concordam com as crenças meritocráticas atreladas ao esforço individual, há uma redução no apoio à redistribuição. O aumento da confiança política e social possui efeito condicionante em reduzir esse apoio à redistribuição.

Em contrapartida, se os indivíduos concordam com crenças acerca da igualdade de oportunidades, há um maior apoio à redistribuição de renda. Isto é, quando os indivíduos

passam a confiar uns nos outros e a confiar mais no governo, as crenças acerca da igualdade de oportunidades possuem efeito positivo no apoio à redistribuição. Contudo em cenários que os indivíduos confiam menos no estado, os resultados são inconclusivos. Entre aqueles que confiam menos nos políticos ou uns nos outros, a associação não apresenta níveis convencionais de significância estatística.

Essa tese está estruturada da seguinte forma: no capítulo 2 desenvolvo o argumento convencional sobre poder explicativo da renda e suas limitações vis-à-vis apoio à redistribuição. Nele apresento uma revisão minuciosa, mas não exaustiva, da literatura sobre o assunto. O capítulo 3 é dedicado aos fundamentos das crenças de justiça dos indivíduos. Procedi de forma similar, revisando a literatura e apontando como essa nova onda de pesquisa pode avançar e superar as deficiências e paradoxos referidos anteriormente. Finalmente, no capítulo 4 discuto o que sabemos – e não sabemos – sobre as causas da variação da confiança política e seus desdobramentos no apoio à redistribuição de renda. Os capítulos seguintes – 5,6,7 – constituem o núcleo duro do trabalho, no qual principal argumento empírico da tese é operacionalizado e as evidências empíricas encontradas são discutidas. Especificamente, o capítulo 5 apresenta a estratégia empírica, os capítulos 6 e 7, com estrutura similar, inicia pela análise preliminar descritiva dos dados e conclui com teste sistemático de hipóteses, utilizando-se de fontes de dados distintas, com base em modelos. Várias questões metodológicas são discutidas e avaliadas ao longo desses capítulos, mas os achados principais são apresentados em conexão com as análises dos efeitos condicionais.

## **2 PARA ALÉM DA RENDA: MULTICAUSALIDADE NAS PREFERÊNCIAS POR REDISTRIBUIÇÃO.**

Uma das mais influentes abordagens para a formação de preferências por redistribuição foi desenvolvida a partir das motivações do auto interesse material (Rueda; Stegmueller, 2019). Apesar das divergências entre estudiosos sobre as reais contribuições advindas de tal abordagem (Iversen; Goplerud, 2018; Rueda; Stegmueller, 2019), esta se tornou ponto de partida para qualquer estudo sobre desigualdade e apoio à redistribuição de renda.

Como está bem estabelecido na literatura, o modelo canônico do eleitor mediano foi o primeiro a argumento explicativo acerca da relação entre distribuição de renda e as preferências por redistribuição (Downs, 1957; Meltzer; Richard, 1981; Romer, 1975). A peça-chave para compreender as demandas por redistribuição pós-Segunda Guerra Mundial é a adoção generalizada do sufrágio universal e a regra de maioria nas sociedades em geral, e o consequente impacto desta transformação na oferta de políticas redistributivas (Meltzer; Richard, 1981; Iversen; Goplerud, 2018). O pressuposto básico nesta abordagem é que o nível de redistribuição preferido por um dado indivíduo é fundamentalmente função da renda, ou mais especificamente, função da distância entre a renda individual e a renda média da população na qual o indivíduo vive (Rueda; Stegmueller, 2019).

Esse argumento ao longo do tempo tem se revelado insuficiente para dar conta do quadro empírico atual: sociedades cada vez mais desiguais já não apresentam demandas por redistribuição na mesma proporção que no passado (Fong, 2001; Benabou; Ok, 2001; Alesina; Angeletos, 2005; Alesina; Giuliano, 2011). Os estudos empíricos apontam que o modelo do eleitor mediano, portanto, fornece as premissas mínimas para a formação das preferências por redistribuição de renda (Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018; Iversen; Goplerud, 2018). Contudo, a simplificação do modelo aos efeitos da renda possui poder explicativo limitado para entender por que os mais pobres não apresentam o mesmo nível de apoio à redistribuição frente a desigualdade crescente ou o porquê dos mais ricos já não são ser avessos às políticas redistributivas quanto esperado (Rueda; Stegmueller, 2019).

Diversos trabalhos vêm tentando desvendar os fundamentos da formação de preferências por redistribuição atualmente para além do modelo do eleitor mediano (Trump, 2017; Sands, 2017; Gimpelson; Treisman, 2017; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018; Iversen; Goplerud, 2018; Holand, 2018; García-Sánchez et al., 2019; Rueda; Stegmueller, 2019; Trump, 2020; Peyton, 2020; Shayo, 2020; Bussolo et al., 2021; Ares; Bürgisser; Häusermann, 2021; Ferrari, 2021; Valero, 2022). Em resumo, a principal conclusão dessa nova geração de pesquisa

é que a renda já não é a única nem a principal variável explicativa. De maneira geral, esse capítulo vai nessa direção e visa revisitar as principais contribuições da literatura que aperfeiçoam o modelo de Romer, Meltzer e Richard, para além das variáveis explicativas econômicas convencionais.

Aqui vale destacar que, no nível individual, a formação de preferências é multicausal e segue uma cadeia de interações: são classificações derivadas de avaliações individuais, que são, por sua vez, influenciadas por crenças e, conseqüentemente, são resultados das interações entre os indivíduos e a sociedade em que estão inseridos (Druckman; Lupia, 2000). Somado a isso, no nível macro agregado, a política redistributiva se desenvolve em espaços políticos multidimensionais (Iversen; Goplerud, 2018). Dessa forma, estudiosos defrontam-se com o desafio de compreender a complexidade causal na formação das preferências, considerando variáveis não econômicas que possuem robustez e capacidade explicativa igual ou maior que a renda corrente (Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018).

Assim, neste capítulo discuto como a literatura explora alguns mecanismos que são salientes ao indivíduo ao se defrontarem com a desigualdade de renda e que devem ser considerados na análise em adição à renda. Tais variáveis não são totalmente captadas quando utilizamos apenas a renda nos modelos empíricos (Flynn; Nyhan; Reifler, 2017; Gimpelson; Treisman, 2017). Em primeiro lugar, considero as explicações que se baseiam nas perspectivas futuras (renda futura ou perspectiva de mobilidade) como fatores determinantes para o apoio à redistribuição. Em seguida, mostro como a literatura mobiliza a noção de identidade a grupos sociais na formação de preferências redistributivas: o pertencimento (real ou imaginado) a grupos leva os indivíduos a formar crenças específicas sobre redistribuição. Por fim, considero as contribuições que sustentam o argumento que os indivíduos não possuem informação acurada sobre a desigualdade de renda nas sociedades em que vivem; se esta informação é subestimada, eles tenderão a apoiar menos redistribuição. Ao final desse capítulo, podemos constatar que tais variáveis, em certa medida, são atalhos que os indivíduos encontram para compreender a desigualdade de renda em que vivem.

## 2.1 A ESCOLHA RACIONAL: O QUE EXPLICA O APOIO À REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA?

A redistribuição de renda e seus determinantes político-institucionais é um tópico central da Economia Política e dos estudos sobre democracia (Dimick et al., 2018; Iversen; Goplerud, 2018). Os primeiros modelos explicativos desenvolvidos sobre redistribuição de renda tiveram

como premissa que a política democrática compensa a desigualdade de mercado (Iversen; Goplerud, 2018). Tais contribuições baseiam-se no Teorema do eleitor mediano desenvolvido por Downs (1957); são, portanto, extensões do mesmo. Isto é, parte-se do princípio de que sistema de votação por maioria absoluta irá selecionar o melhor resultado para o eleitor mediano (Downs, 1957). Esse mecanismo possui consequências na extensão da redistribuição de renda (Iversen; Goplerud, 2018).

Para tanto, a principal hipótese desenvolvida pelo modelo teórico proposto por Romer (1975) e desenvolvido por Meltzer e Richard (1981) é que a posição dos indivíduos na distribuição de renda determina o apoio à redistribuição (Rueda; Stegmueller, 2019).

Enquanto Romer (1975) teve em vista compreender quais conflitos de interesse seriam gerados a partir da política tributária escolhida pelo governo e suas implicações nas decisões individuais e na distribuição de renda, Meltzer e Richard (1981) aperfeiçoaram sua abordagem através do modelo de equilíbrio geral do tamanho do governo. Tal modelo assume que o aumento do tamanho do governo acompanha a extensão do voto naquela sociedade, alterando a posição do eleitor mediano na distribuição de renda (Meltzer; Richard, 1981).

O eleitor mediano não é necessariamente aquele com a renda mediana, mas é o eleitor decisivo, cujas preferências têm as implicações mais importantes para a política redistributiva (Dimick et al., 2018). Tal modelo se configura como paradigma explicativo da redistribuição por inserir as maiorias legislativas como base para os fundamentos de equilíbrio do tamanho do governo (Meltzer; Richard, 1981).

À vista disso, o tamanho do governo é mensurado no modelo RMR a partir do equilíbrio entre tributação e a parcela da redistribuição de renda. Além disso, a análise do tamanho do governo considera as forças que configuram o equilíbrio do estado a partir da adoção do sufrágio universal. Ou seja, com voto universal e a regra da maioria, os resultados possuem uma relação direta com o tamanho do setor público. Se todos votam em uma sociedade, o eleitor mediano é o indivíduo com a renda mediana. E se esta está abaixo da renda média produz preferências para maior tributação entre os ricos e maior redistribuição de renda para os pobres, aumentando o tamanho do governo (Romer, 1975; Meltzer; Richard, 1981; Dimick et al., 2018).

Isso ocorre porque o modelo se configura com algumas premissas restritivas a fim de que haja uma única dimensão política que transite entre qual será o equilíbrio entre a taxa de imposto e o montante do benefício redistribuído: imposto proporcional, benefício de taxa fixa, orçamento equilibrado e custos de eficiência da tributação não linear (Meltzer; Richard, 1981; Iversen; Goplerud, 2018). A premissa de orçamento equilibrado garante que todos os impostos arrecadados sejam distribuídos. Se um imposto proporcional é combinado com um benefício

único, qualquer pessoa com renda acima da média não tem incentivo para votar em impostos, por contribuir mais do que a média e recebe o mesmo benefício que todos os outros. Aqueles abaixo da renda média, no entanto, obtêm um benefício líquido da tributação, desde que os custos de eficiência da tributação não sejam muito altos (Iversen; Goplerud, 2018).

O modelo RMR implica que as preferências do eleitor mediano determinam as políticas governamentais e que este tem em vista maximizar sua renda corrente (Rueda; Stegmueller, 2019). Assim, a desigualdade advinda do aumento da distância entre a renda mediana e renda média estará associada com maior apoio redistribuição de renda (Alesina; La Ferrara, 2005; Rueda; Stegmueller, 2019).

Um consenso surgiu na literatura empírica comparativa de que esse modelo possuía limitações de escopo e resultados (Rueda; Stegmueller, 2019). Em resumo, as análises empíricas mais recentes apontam para o que ficou conhecido como *paradoxo da redistribuição* (Méndez; Waltenberg, 2016, 2018): a associação entre desigualdade de renda e redistribuição de renda possuem resultados divergentes ao postulado pelo modelo RMR: menos desigualdade está associado a mais redistribuição de renda (Benabou; Ok, 2001; Alesina; La Ferrara, 2005; Margalit, 2019; Rueda; Stegmueller, 2019); os mais pobres na maioria dos países são tolerantes a desigualdade de renda do que os ricos (Trump, 2013) ou não há relação entre aumento da desigualdade e redistribuição de renda (Kenworthy; Mccall, 2007).

Em geral, há menos apoio à redistribuição do que o modelo do eleitor mediano poderia prever. A demanda por redistribuição está imperfeitamente ligada às mudanças na desigualdade ao longo do tempo e entre países (Trump, 2013).

Esses achados devem ser considerados com certo cuidado. Primeiro ponto a destacar é que o modelo de RMR é um modelo macro de resultados redistributivos. O que implica que a literatura desenvolvida se utilizou de variáveis macros comparativas, não prestando muita atenção às preferências individuais (Dimick et al., 2018; Iversen; Goplerud, 2018; Rueda; Stegmueller, 2019). Como consequência, os resultados encontrados não demonstravam como a posição da renda afeta as preferências individuais por redistribuição ao longo da distribuição de renda. De acordo com Rueda e Stegmuller (2019), quando analisamos os dados a nível individual percebe-se que há uma variação significativa de preferências entre os indivíduos ao longo da distribuição de renda. Isto é, a relação causal esperada pelo modelo do eleitor mediano é de que o indivíduo que esteja no percentil mais baixo da distribuição de renda tenha fortes preferências por redistribuição do que aquele que está no terceiro percentil.

Segundo, apesar dos modelos usados para explicar redistribuição se basearem em concepções unidimensionais, a política redistributiva é fundamentalmente multidimensional.

Isso se deve pelo fato de a redistribuição denotar múltiplas dimensões ideológicas e da sua complexidade analítica (Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018; Iversen; Goplerud, 2018).

O modelo unidimensional foi essencial para se entender as primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial (Iversen; Goplerud, 2018). As democracias nesse período passaram por um processo de expansão do sufrágio universal e conflito de classes no nível de gastos — onde os partidos de esquerda e os mais pobres demandando por mais redistribuição de renda e os partidos de direita e os mais ricos sendo avessos a tais políticas.

Terceiro, a teoria do eleitor mediano está alicerçada na premissa de que as preferências dos indivíduos respeitam um conjunto de escolhas racionais que buscam maximizar sua utilidade (Meltzer; Richard, 1981; Iversen; Goplerud, 2018; Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018). Para tanto, os indivíduos teriam um árduo exercício de adquirir informações acuradas, demandando tempo e recursos detalhados com prós e contras de vários aspectos das decisões políticas e do cenário de desigualdade em que vivem.

Estudiosos que avançaram no estudo da heurística na Ciência Política alegam que os indivíduos podem formular suas decisões a partir de atalhos cognitivos (Lupia, 1994). Dessa forma, os indivíduos utilizam sua posição socioeconômica como atalho heurístico de como a riqueza é distribuída na sociedade em geral. Tal atalho cognitivo permite que os indivíduos construam suas preferências se são favoráveis ou se opõe à redistribuição de renda. Em suma, seria a combinação de auto interesse e autopercepção na distribuição de renda que moldam as preferências por redistribuição, não apenas a racionalidade econômica individual (Ferrari, 2021).

Em outras palavras, indivíduos com status socioeconômico baixo (alto) enfrentam mais (menos) restrições econômicas, o que as tornam mais (menos) propensas a acreditar que a sociedade não oferece as oportunidades necessárias para se alcançar o sucesso. O resultado é que esses indivíduos são favoráveis (ou se opõem) à redistribuição de renda (Rueda; Stegmueller, 2019).

Além disso, conforme a abordagem do auto interesse material supracitada, estudos que adotam o pressuposto da racionalidade subjacente ao auto interesse econômico argumentam que as preferências redistributivas sejam consequências óbvias e esperadas das diferenças econômicas (Trump, 2017). Contudo, não deixa claro quais condições *ex-ante* permitem que as preferências redistributivas se tornem salientes. Segundo Trump (2013), isso pode ocorrer, em parte, porque a opinião pública possui um viés em relação ao status quo, ajustando suas preferências aos níveis de desigualdade existentes. Essa “hipótese de ajuste” sugere que quando a desigualdade de renda aumenta, as pessoas ajustam suas percepções de legitimidade dos níveis

de desigualdade na mesma direção (Trump, 2017). Como resultado, os indivíduos podem ter consciência do aumento dessa diferença de renda sem exibir uma forte oposição à desigualdade de renda. Ao forjarem identidades de grupo, os indivíduos utilizam-se não somente da autorreferência, mas recorrem a grupos ou benchmarks em relação ao que avaliam normativamente a justiça associada a sua posição individual (Becker, 2020).

No mundo atual, questões não econômicas como imigração, raça/etnia, pós-materialismo e multiculturalismo tornaram-se cada vez mais salientes e podem afetar as políticas redistributivas ao possibilitar novos arranjos de coalizões de políticas (Alesina; La Ferrara, 2005; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018; Rueda; Stegmüller, 2019). Para entender o cenário atual de aumento de desigualdade frente a uma redução do apoio à redistribuição, não devemos nos conter em aplicar apenas modelos unidimensionais usados para analisar democracias ocidentais do passado (Iversen; Goplerud, 2018).

Há número expressivo de fatores incorporado para explicar por que os indivíduos não demandam por mais redistribuição em um cenário de crescente desigualdade (Trump, 2013). As variáveis de interesse não econômicas conformam uma ampla gama, incluindo aspectos institucionais e sociais tais como as instituições eleitorais; heterogeneidade racial (Iversen; Goplerud, 2018); confiança na capacidade do governo (Hauk et al., 2020); a estrutura da distribuição de renda (Lupu; Pontusson, 2011); percepção de mobilidade ascendente (Benabou; Ok, 2001), entre outros.

A maioria dessas variáveis não são objeto de estudo dessa tese, mas considero nas seções subsequentes algumas delas. O denominador comum entre essas abordagens é que tem como ponto de partida como o indivíduo percebe sua realidade e projeta sua melhoria de vida intertemporalmente. Segundo Rueda e Stegmüller (2019), uma das razões para a falta de consistência do modelo RMR é o equívoco na mensuração do auto interesse material através da renda corrente. Dessa forma, foco em entender, nas seções subsequentes, os argumentos da renda esperada (Rueda; Stegmüller, 2019); da perspectiva de mobilidade ascendente (Benabou; Ok, 2001) e mensurações alternativas da distribuição de renda (Gimpelson; Treisman, 2017).

### **2.1.1 Dinâmica das perspectivas de mobilidade e apoio à redistribuição de renda**

Diversos trabalhos pontam as limitações dos pressupostos do auto interesse material sobre as motivações das preferências por redistribuição (Rueda; Stegmüller, 2019). Muitos constatam que a concepção do auto interesse material está atrelada à renda corrente, ao pleno conhecimento do indivíduo acerca da distribuição de renda de seu país e que suas preferências

se modificam dinamicamente conforme as circunstâncias econômicas se alteram (Margalit, 2019).

A influência da renda corrente no apoio à redistribuição não tem sido corroborada plenamente em termos empíricos, visto que os achados são altamente heterogêneos. As análises com foco nas expectativas de renda futura e de mobilidade ascendente abrem portas para se entender por que os mais pobres são menos inclinados a apoiar a redistribuição do que o esperado, dado sua renda corrente (Benabou; Ok, 2001; Rueda; Stegmueller, 2019). Conforme Hirschman e Rothschild (1973)<sup>1</sup>, setores da sociedade são tolerantes à desigualdade ao observarem experiências de mobilidade de pessoas próximas devido ao desenvolvimento econômico. Os autores referiram-se a este efeito como o efeito túnel em artigo clássico da literatura de economia política, estabelecendo paralelo com motoristas em um túnel engarrafado, os quais veem positivamente o aumento de velocidade na faixa vizinha. A analogia do túnel é mobilizada para elucidar a satisfação individual e tolerância à desigualdade. Em um túnel com engarrafamento uma das faixas (que não a sua) começa a se mover gradualmente. Mesmo que você não possa se mover, o motorista vê positivamente o movimento porque a sua expectativa é que a sua irá se mover em breve. Caso a sua pista não se mova, ele(a) se sentirá injustiçado e buscará fazer algo para corrigir essa injustiça.

A percepção de progresso ou êxito alheio reduz e contradiz sentimentos como inveja, já que as pessoas são empáticas e esperam alcançar sucesso semelhante no futuro (Méndez; Waltenberg, 2016). Segundo Méndez e Waltenberg (2016), o efeito positivo acontece quando respeitadas as seguintes condições: i) sociedade ser composta majoritariamente por indivíduos que tem empatia; ii) homogeneidade de língua, religião, etnia; iii) fortes laços familiares; iv) ser dominante a concepção de que o sucesso é associado à sorte; e v) visão otimista quanto a expectativa futura de melhoria de vida. Contudo, se ao longo do tempo essa desigualdade não diminuir, os indivíduos tornam-se intolerantes a suas expectativas não atendidas e com sentimento de injustiça.

Segundo Piketty (1995), o histórico de mobilidade social e econômica progresso na sociedade influencia as crenças individuais sobre esforço e sorte. Segundo o autor, os indivíduos passam por um processo de aprendizado individual a partir das experiências passadas na sociedade. Ou seja, em sociedades com alta (baixa) mobilidade no passado, os

---

<sup>1</sup> Os autores foram precursores em introduzir as percepções de mobilidade social na ciência econômica (Méndez; Waltenberg, 2016).

indivíduos possuem crenças voltadas ao papel do esforço (sorte) e, conseqüentemente, menos (mais) favoráveis à redistribuição.

Tal abordagem sobre expectativas futuras foi aperfeiçoada levando ao desenvolvimento da hipótese *prospect of upward mobility* (POUM), que propõe que até mesmos os pobres podem apoiar baixos níveis correntes de redistribuição, caso antecipem, no futuro, que eles ou seus descendentes possam ter uma progressão em sua renda (Benabou; Ok, 2001). Isto é, futuramente sejam um contribuinte líquido e que não se beneficiem das taxas de impostos e políticas de redistribuição. A hipótese POUM opera sob algumas premissas: as políticas escolhidas hoje, devem perdurar a longo prazo; os indivíduos não devem ser muito avessos ao risco e os mais pobres devem esperar tornar-se mais ricos que a média posteriormente<sup>2</sup>. Alesina e La Ferrara (2005) mensuram a perspectiva futura de mobilidade via três indicadores: histórico individual da mobilidade passada, percepção do indivíduo acerca do seu padrão de vida e índice de mobilidade de renda.

Logo, sociedades com alta mobilidade social pode optar por baixos níveis de redistribuição. Em sociedades onde essa mobilidade é baixa, os resultados hipotetizados pelo teorema do eleitor mediano iriam prevalecer e conseqüentemente os pobres demandariam mais redistribuição (Alesina; Stantcheva; Teso, 2018).

Essa perspectiva otimista da hipótese POUM parece não ser corroborada na América Latina. Gaviria (2007) apresenta uma perspectiva pessimista dos latino-americanos quanto às suas experiências de mobilidade. Eles consideram que a sua situação socioeconômica atual é a mesma de seus pais. As preferências por redistribuição na região ainda são bastante proeminentes entre os indivíduos pobres. Já aqueles que acreditam estar no mesmo status socioeconômico que seus pais e que o mercado oferece perspectivas, afirmam estar sob condições sociais injustas. De acordo Méndez e Waltenberg (2015), brasileiros que acreditam ter ocorrido uma forte melhoria na sua situação econômica com respeito aos últimos cinco anos são os menos favoráveis à redistribuição. Em contrapartida, a perspectiva de mobilidade futura não reduz, mas aumenta as preferências por uma redistribuição mais igualitária e uma intervenção do governo a fim de reduzir a desigualdade. Esse perfil é reforçado entre os indivíduos com maior nível de renda.

Além disso, as crenças sobre mobilidade social estão politizadas e crescentemente polarizadas: A indivíduos de esquerda são mais pessimistas quanto à mobilidade ascendente e,

---

<sup>2</sup> A validade do modelo teórico desenvolvido pelos autores possui limitações empíricas à generalização da hipótese para outros países, bem como a necessidade incorporação de medidas objetivas e subjetivas (MENDEZ e WALTENBERG, 2015)

devido a esse ceticismo, são mais propensos a apoiarem a redistribuição. Já os indivíduos de direita não apresentam tal mecanismo devido as suas visões extremamente negativas sobre o governo (Alesina; Stantcheva; Teso, 2018).

Em suma, o pessimismo dos indivíduos sobre a mobilidade ascendente aumenta o apoio à redistribuição, principalmente em relação a políticas de igualdade de oportunidades (Benabou; Ok, 2001; Gaviria; 2007; Alesina et al., 2018). A relação entre renda e preferências redistributivas teria assim uma variável interveniente de destaque, a perspectiva de mobilidade social.

Rueda e Stegmuller (2019), inspirado na abordagem de perspectiva de mobilidade ascendente, desenvolveram o argumento de que os indivíduos formam suas preferências por redistribuição em função de dois elementos: sua renda corrente e sua expectativa sobre sua renda futura. Segundo os autores, a expectativa da renda futura é mais influente que sua renda corrente. A formação das expectativas da renda futura é moldada por dois fatores principais: as habilidades individuais adquiridas em função da idade (como *proxy* para experiência no trabalho) e ao nível educacional (Rueda; Stegmuller, 2019)<sup>3</sup>. Em essência, indivíduos possuem algum conhecimento sobre o ciclo de vida da renda de pessoas com mesmo nível de educação. Esses perfis são médias que integram típicas experiências no mercado de trabalho: probabilidade de encontrar um trabalho, de vivenciar o desemprego, etc. Com a ideia geral de como pessoas com mesmo nível educacional progride através da sua vida profissional, indivíduos observam sua própria idade e projetam um provável perfil da sua renda futura.

Apenas nos últimos anos pesquisas no âmbito da opinião pública passaram a explorar como a dinâmica das experiências econômicas possuem influência nas opiniões dos indivíduos e no seu comportamento político (Ares; Bürgisser; Häusermann, 2021). Ambas as abordagens supracitadas deixam em segundo plano acontecimentos exógenos que aumentam o risco e a insegurança dos indivíduos, como crise ou choques econômicos. As preferências, seguindo esse argumento, acabam sendo estáticas no tempo e impermeáveis a mudanças econômicas circunstanciais. Para esse caso, o posicionamento ideológico e o raciocínio motivado levam os indivíduos a manter suas crenças com o passar do tempo, tendo efeito marginal nas mudanças das preferências dos indivíduos.

---

<sup>3</sup> Rueda e Stegmuller (2019) reconhecem que a exposição ao risco influencia as preferências por redistribuição e é inversamente proporcional as habilidades individuais, conforme demonstrado por Iversen e Soskice (2001). Contudo, sua análise sobre renda futura não tece diferenciação entre as habilidades específicas e habilidades gerais dos indivíduos.

Em paralelo, alguns estudos também mostram que choques econômicos negativos possuem efeitos heterogêneos nas preferências individuais (Margalit, 2019). Tais achados sugerem que as atitudes dos indivíduos são fundamentadas a partir da posição no mercado de trabalho e a maior probabilidade de perda de emprego (Rueda; Stegmüller, 2019). Nesse caso, os choques econômicos geram impacto atitudinal transitório nos cenários onde os indivíduos retornam a sua posição na distribuição de renda pré-choque. Em outras palavras, nos casos em que a conjuntura se altere e ditarem interesses diferentes, os indivíduos se adaptam e buscam mecanismos de compensação a fim de garantir uma posição econômica segura para evitar possíveis recaídas futuras (Margalit, 2019). Já uma terceira abordagem afirma que os choques econômicos podem ter o efeito de aprendizagem. Ou seja, conviver em cenários de crise econômica pode levar os indivíduos a atualizar suas crenças e ideologia, levando a uma mudança de longo prazo (Margalit, 2019). Segundo Ares et al. (2021), estudos acerca de condições macroeconômicas e opinião pública indicam que uma contração econômica tende a deslocar os cidadãos para a esquerda do espectro político e aumentar o apoio aos gastos sociais.

## 2.2 O PAPEL DA AFINIDADE SOCIAL E A ESTRUTURA DA DESIGUALDADE

Em muitas situações econômicas, conscientemente ou não, os indivíduos se veem como pertencentes a grupos (Shayo, 2009, 2020). Dessa forma, os grupos sociais são como categorias que os indivíduos reconhecem e convivem em uma sociedade. A autodefinição dos indivíduos com pertencentes a grupos específicos possui três características. Primeiramente, os indivíduos não precisam de permissão para se identificar com determinado grupo, a identidade habita a mente do indivíduo. Além disso, o status do grupo revela seu valor para o indivíduo. Isto é, indivíduos realizam comparações sociais entre grupos a fim de adquirir para si status atrelado ao grupo ao qual pertence (Shayo, 2020).

No geral, a literatura sobre identidade social aponta que os indivíduos são mais propensos a (i) se identificar com grupos que percebem como semelhantes a eles; e (ii) com grupos de status superior. Isto é, se orgulham de se verem como membros de grupos de status elevado, com a possibilidade de enfrentar custo cognitivo caso esse grupo seja muito distante deles (Shayo, 2020).

Entre as diferentes abordagens do apoio a decisão política, a ideia de pertencimento a grupos está atrelada ao apoio à redistribuição de renda. Os indivíduos podem apresentar apoio à redistribuição em consonância com a afinidade social, ou seja, se preocupam mais com o bem-

estar de outras pessoas pertencentes ao grupo, à medida que elas são mais parecidas com eles próprios (Cavaillé; Trump, 2015; Shayo, 2020). O apoio político, portanto, é sociotrópico, referido a grupos (Lupu; Pontusson, 2011).

Segundo Shayo (2009), as pessoas podem ter potencialmente múltiplas identidades: elas podem se autodeclararem como classe trabalhadora, branca, brasileira e assim por diante. Tais identidades são potenciais atalhos que determinam suas preferências redistributivas. Mais especificamente, tais indivíduos podem pensar em si como pertencendo a uma classe econômica específica ou como pertencendo a uma nação específica.

Dessa forma, a tributação preferida pelo eleitor mediano depende de sua identidade (Shayo, 2020). Especificamente, a identidade de classe significa que os indivíduos da classe trabalhadora se preocupam com o status relativo de sua classe. A identidade nacional, por outro lado, muda diz respeito ao status de sua nação. Como resultado, a taxa de imposto ideal para a classe trabalhadora é menor se ela se identifica com sua nação do que se ela se identifica com sua classe (Shayo, 2009, 2020). Dessa forma, Shayo (2009) demonstra que indivíduos que se identificam mais fortemente com a nação tendem a preferir menos redistribuição. Ainda segundo a autora, na maioria dos países, partidos nacionalistas tendem a apoiar menos redistribuição.

A importância das identidades concorrentes é então determinante das preferências. Essa abordagem nos dá subsídios para demonstrar como as identidades podem emergir endogenamente como parte de um equilíbrio em que todos se comportam de acordo com sua identidade e as relacionam com a identidade dos demais (Iversen; Goplerud, 2018).

A hipótese de *social affinity* segue o pressuposto econômico já citado de que os indivíduos são maximizadores do interesse próprio, mas como membro de grupos sociais ou redes. As percepções de semelhança podem depender de inúmeros atributos como renda, nacionalismo, diferenças religiosas e étnicas (Shayo, 2009; Lupu; Pontusson, 2011; Cavaillé; Trump, 2015).

Outrossim, a identificação dos indivíduos com grupos específicos — sejam esses raciais, econômicos ou de nacionalidade — podem ser determinantes tanto quanto seu auto interesse econômico (Iversen; Goplerud, 2018). Algumas análises afirmam que esse comportamento sociotrópico tem características altruístas, principalmente quando os indivíduos formulam suas preferências em detrimento de ganhos individuais a fim de melhorar o bem-estar do grupo com o qual se identifica (Shayo, 2020). Tal altruísmo é muito particular e limitado ao grupo ao qual os indivíduos se veem como parte (Sands, 2017). Outro ponto a destacar é que esse altruísmo não é motivado pela desigualdade relativa, mas pela identificação como grupo social (Cappelen;

Tungodden, 2017; Alger; Weibull, 2019; Rueda; Stegmueller, 2019). Isto é, quando a identidade é saliente, o aumento da desigualdade pode não ter efeito linear sobre as preferências redistributivas (Shayo, 2009; Iversen; Goplerud, 2018).

Já Lupu e Pontusson (2011) sugere que na ausência de tais clivagens étnicas, enquanto não houver uma classe que corresponda uma maioria no eleitorado, as políticas redistributivas serão definidas pela formação de coalizão entre os dois grupos, a qual provavelmente irá incluir a classe média. Desse modo, a política governamental tende a tornar-se mais redistributiva à medida que a metade superior da distribuição de renda possui seus rendimentos mais dispersos e a metade inferior possui seus rendimentos mais concentrados. Essa inferência é em parte uma função de distância entre as duas posições. Segundo os referidos autores, quando a distância dos pobres para os grupos de classe média é pequena, os membros dessa classe enfrentam uma maior probabilidade de serem pobres ou de seus filhos serem. Essa proximidade e, por conseguinte, compressão dos rendimentos reforça a afinidade da classe média com os pobres. Por outro lado, as perspectivas de mobilidade destacam a afinidade entre a classe média e os ricos.

Por essa perspectiva, os eleitores de renda média seriam inclinados a aliar-se aos eleitores de baixa renda e apresentar preferências redistributivas, devido à distância entre os indivíduos de classe média e os pobres ser menor do que os indivíduos de renda média e os ricos. A classe média teria, portanto, um papel pivotal na implementação de políticas redistributivas (Lupu; Pontusson, 2011). Dessa forma, a questão central dessa análise se concentra em averiguar se os indivíduos de renda média se consideram semelhantes às classes mais pobres ou mais ricas.

Além disso, a diferença de preferências entre ricos e pobres pode ser explicada pela estrutura da desigualdade (Lupu; Pontusson, 2011). Segundo esse argumento, os indivíduos pobres dão importância à redistribuição em consequência das e transferências imediatas. Entretanto, as preferências dos ricos são significativamente menos sensíveis a esses dois fatores. Estudos apontam que o que torna os ricos sensíveis à redistribuição são as externalidades negativas da desigualdade (Lupu; Pontusson, 2011).

Tais externalidades podem explicar a variância de preferências redistributivas dos ricos, uma vez que os pobres em regiões de alta ou baixa desigualdade não possuem variação significativa no apoio à redistribuição. Esses apresentam um alto apoio à redistribuição sob qualquer nível de desigualdade indistintamente (Rueda; Stegmueller, 2019).

Esse efeito condicional de desigualdade pode ser explicado por micro fatores distintos, sendo o mais importante a preocupação com crime, uma vez que é a externalidade negativa

mais visível da desigualdade (Lupu; Pontusson, 2011). Assim, as preferências redistributivas de um indivíduo rico em uma região de baixa desigualdade diferem nitidamente de um indivíduo de renda semelhante em uma região de alta desigualdade, concomitante a um maior ou menor medo do crime.

Contudo, Alesina e Giuliano (2011) afirma que considerar o medo do crime como uma externalidade negativa da desigualdade e assim inferir que os ricos apresentassem preferências redistributivas a fim de gastar menos em segurança pode ser um raciocínio problemático. Esse argumento implica que haveria mais redistribuição que o previsto tanto pelo modelo de Meltzer e Richard, como pela hipótese POUM e possui uma suposição implícita de que custaria menos para os ricos redistribuir do que aumentar os gastos com segurança.

Segundo Cavallé e Trump (2015), ao invés de buscar qual abordagem, seja ela do auto interesse material ou da afinidade social, possui maior poder explicativo, deve-se considerar que os dois motivos sugeridos pela literatura influenciam componentes distintos das atitudes em relação à redistribuição. A perspectiva do auto interesse econômico leva em questão às preferências redistributivas, entendida a partir da posição do indivíduo como potencial beneficiário da redistribuição dos ricos. Isto é, destaca os ganhos materiais do cidadão advindos da redistribuição. Em contrapartida, a abordagem da afinidade social enfatiza a posição do indivíduo como potencial contribuinte da redistribuição para os pobres. O argumento dos autores é que, enquanto alguns indivíduos possuem opiniões conservadoras ou liberais em ambos os aspectos da redistribuição, outros são liberais em um e conservadores, em outro. O impacto das mudanças econômicas nas tendências das atitudes redistributivas pode, portanto, diferir dependendo do componente da demanda por redistribuição examinado.

### 2.3 PERCEPÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Uma abordagem emergente afirma que a percepção individual da desigualdade de renda explica melhor as preferências redistributivas do que a desigualdade real de renda (Weisstanner; Armingeon, 2021). Estudiosos apontam que as limitações do modelo RMR podem ser devido ao fato dos indivíduos em geral apresentarem *misperceptions* acerca da distribuição de renda do país em que vivem, apresentando tanto visões pessimistas quanto otimistas acerca da distribuição de renda real. Esta abordagem é, portanto, consistente com a existência de viés cognitivo na percepção dos atores, como amplamente sugerido pela chamada economia comportamental.

Autores como Gimpelson e Treisman (2018) e Niehues (2014) destacam que a percepção sobre a desigualdade de renda é primordial para compreensão do sistema tributário e das transferências de renda. Uma variedade de *cross-national surveys* demonstram que, nos últimos anos, os indivíduos comuns têm ideia distorcida ou enviesada sobre o nível de desigualdade em seus países (Turgeon; Rennó, 2010; Méndez; Waltenberg, 2016; Gimpelson; Treisman, 2017; Méndez; Waltenberg, 2018). Desse modo, tais autores defendem uma reformulação teórica sobre os efeitos políticos da desigualdade. Adotam, portanto, como variável independente a percepção da desigualdade, uma vez que testes empíricos demonstram que é através da percepção que são construídas as demandas por redistribuição. Segundo Flynn et al. (2017), há uma distinção importante entre ser desinformado e mal-informado. Enquanto no primeiro caso o indivíduo não possui uma crença ou uma resposta correta a uma questão factual, no segundo caso, o indivíduo apresenta uma crença falsa ou não corroborada pela realidade. As *misperceptions*, que condiz com os indivíduos mal-informados, podem distorcer as opiniões dos indivíduos sobre problemas relevantes na política, ciência e medicina.

Segundo Rocha e Urani (2007), os brasileiros, em especial os mais ricos, não detêm informação precisa sobre a distribuição de renda do país, visto que revelam possuir forte viés na autopercepção em estratos mais baixos que seu nível de renda real. Argumento semelhante desenvolvido é de que os cidadãos apresentam *misperceptions* sobre o gasto público federal e isso afeta suas preferências políticas. Turgeon e Rennó (2010), em um estudo experimental no Brasil, questionam se a informação política é importante para a formação de opiniões. Especificamente, os autores, a fim de testar tal argumento, examinam como a informação sobre o governo federal brasileiro afeta preferências políticas do cidadão em termos de gasto público. O acesso à informação contribui para preferências por um estado menos extrativo e com gasto público reduzido.

É importante ressaltar dois pontos importantes a partir de achados experimentais: a renda percebida é parcialmente endógena à renda real e seu efeito sobre as preferências por redistribuição são condicionais à ideologia (Weisstanner; Armingeon, 2021). O segundo ponto é que tal argumento alternativo não exclui totalmente da análise a distribuição de renda real. Na verdade, questiona-se se os indivíduos realmente apresentam uma informação acurada se são relativamente pobres ou relativamente ricos. Isso não quer dizer que o indivíduo desconheça sua própria renda, mas sim que possivelmente possui um viés cognitivo ou inferências equivocadas sobre a distribuição de renda do grupo de referência (Gimpelson; Treisman, 2017). Os indivíduos, assim, sabem pouco sobre a extensão da desigualdade de renda em suas sociedades, se tem aumentado ou diminuído e, principalmente, onde eles se encaixam

individualmente nessa distribuição. Não obstante os níveis de desigualdade reais serem os melhores indicadores de distribuição de renda, não coincidem com as preferências redistributivas. *As melhores estimativas atuais que se relacionariam com as preferências por redistribuição são os níveis de percepção de desigualdade* (Niehues, 2014; Gimpelson; Treisman, 2017).

Tais achados demonstram que precisamos de um modelo que construa suas premissas para além do já estabelecido com a abordagem do auto interesse material. Em termos gerais, estudos variados vem se debruçando sobre outras abordagens que tenham como base o impacto da desigualdade na vida dos indivíduos e nos demais valores subjetivos atrelados a mesma, como será discutido nas próximas seções.

### 3 PERCEPÇÕES DE JUSTIÇA E OS IDEAIS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O julgamento sobre o que é certo e errado, justo ou injusto é comum a todos os indivíduos e essa base normativa é constitutiva da economia política de qualquer sociedade (Tyler, 1997; 2006). A concepção de justiça passou a ser investigada na Psicologia Política (Tyler, 2006), Economia Política (Roemer, 1993; Alesina; Angeletos, 2005), e Ciência Política (Trump, 2013) com o propósito de entender quais crenças refletem o que a sociedade considera como justo (Tyler, 2006). O pressuposto é que a concepção de justiça era uma variável omitida central para a modelagem das preferências por redistribuição.

Os achados dessas diferentes contribuições fornecem uma base rigorosa de como as considerações de responsabilidade individual podem ser incorporadas em um raciocínio igualitário (Cappelen, 2020) e sobre os desdobramentos que podem existir no debate da redistribuição de renda. Os estudiosos analisaram a percepção de justiça vis-à-vis o papel redistributivo do estado, e a legitimidade dos governos (Tyler et al., 1997); explorando a questão na perspectiva da desigualdade justa (Sen, 2000; Trump, 2020; Cappelen, 2020) e de apoio à redistribuição de renda (Durante, 2009).

Isto é, a percepção de justiça está atrelada a direitos e obrigações que unem e garantem certa coesão global entre a população, governo e mercado em relação ao funcionamento da sociedade. O consenso das regras, portanto, que orienta o *welfare state* é forjado com base em valores e crenças sobre justiça compartilhados (Tyler, 2006).

Dessa forma, as crenças ou concepções das pessoas sobre a distribuição de renda podem ser influenciadas por suas ideias a respeito do que é normativamente tolerável e pelo que elas realmente observam na sociedade ao seu redor (Sen, 2000). Segundo Akbas et al. (2019), o debate sobre justiça transita em estabelecer domínio da responsabilidade individual e as circunstâncias que afetam esse resultado fora desse domínio. Assim, parte considerável das análises até então sobre preferências por redistribuição são incompletas, pois não consideram as percepções dos indivíduos sobre como eles classificam como justa as condições de desigualdade que deve existir (Durante, 2009).

Estudos celebres como de Fong (2001) e Alesina et al. (2005), contrapõe a visão canônica que o auto interesse é o que define o apoio à redistribuição de renda, demonstrando que as diferentes crenças dos indivíduos estão ancoradas sobre se a sociedade oferece oportunidades iguais ou se há perspectivas de mobilidades futura (Durante; Louis; Weele, 2014; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018). Assim, ao invés de ser uma relação linear, a relação entre

desigualdade de renda e atitudes em relação à redistribuição depende de vários fatores, incluindo as percepções e crenças sobre a desigualdade (García-Sanchez et al., 2019).

Neste capítulo, apresento os argumentos desenvolvidos que demonstram que o apoio à redistribuição não opera conforme o auto interesse, mas é oriundo das experiências, crenças e percepções dos indivíduos sobre justiça (Cappelen; Tungodden, 2020; García-Sanchez et al., 2019).

Embora uma literatura canônica tenha testado como as percepções de justiça (Fong, 2001; Alesina; Angeletos, 2005; Cappelen; Tungodden, 2020) se relacionam com a desigualdade de renda, pouca atenção foi dada a como essas variáveis preveem o apoio à redistribuição (Garcia-Sanchez et al., 2019). Além disso, poucos trabalhos analisam a percepção de justiça em contextos que exista agência e igualdade de oportunidades (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019).

Dessa forma, nas seções seguintes apresento uma revisão das diferentes percepções de justiça e como este conceito foi se moldando nas discussões empíricas das Ciências Sociais. As teorias de justiça podem ser divididas em dois grupos, aquelas que focam na abordagem utilitarista e aquelas que não estão baseadas nela (Patty; Penn, 2019). Sigo aqui abordagens precedentes que atraíram mais atenção dos teóricos da escolha social sobre teoria de justiça e analiso aquelas que dependem da utilidade dos indivíduos. Em seguida, discuto como essa heterogeneidade se configura a nível individual e suas implicações para manutenção do status quo da desigualdade e no apoio à redistribuição de renda.

### 3.1 DEFINIÇÃO DA PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA: A NECESSIDADE DE UM MUNDO JUSTO

Ainda que indivíduos racionalizem suas escolhas na tomada de decisão, suas visões de mundo estão subjacentes a como formulam suas preferências (Gallenstein, 2021). Cada um tem a configuração de um mundo ideal com base nas suas crenças sobre o que considera como justo e está disposto a sacrificar seus ganhos em soluções que avalia como justa (Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010). A desigualdade existente leva os indivíduos a questionarem até que ponto são recompensados pelo seu esforço individual ao longo da vida (Benabou; Tirole, 2006). Mas como conceituar justiça?

Primeiramente, é importante destacar que foram desenvolvidas quatro subáreas de pesquisa sobre justiça social nas Ciências Sociais. Defini-los é importante, pois os estudos

experimentais mais avançados sobre percepção de justiça e desigualdade comumente utilizam a conceituação de justiça distributiva e processual como base.

Segundo Tyler et al. (1997), a primeira onda de pesquisas teve como foco entender o que motivava revoluções, greves e manifestações. Os estudiosos da justiça concluíram que o grau de insatisfação ou satisfação dos indivíduos com a distribuição de renda está atrelado ao que as pessoas têm e o que elas acham que deveriam ter. Essa condição de merecimento está ancorada na crença de que as recompensas ou a renda que as pessoas recebem devem ser proporcionais as suas contribuições (Fong, 2001; Bueno De Mesquita, 2016). Em suma, o critério-chave para a justiça seria a responsabilidade individual (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019). Já a segunda onda de estudos sobre justiça teve como foco a justiça na distribuição de resultados. Essa abordagem demonstrou que os indivíduos se preocupam com a justiça e suas crenças são formadas pelo princípio se os resultados da sociedade são justos e injustos (Tyler et al., 1997).

Complementar a segunda abordagem, foi desenvolvida a perspectiva que as crenças dos indivíduos não estariam atreladas ao resultado, mas a cadeia de processo que engloba a resolução de conflitos e alocação de recursos. Dessa forma, o esperado é que adoção de procedimentos justos para resolver disputas poderia levar a aceitabilidade dos resultados como justa entre todos os envolvidos, inclusive os perdedores (Rawls, 1971). Por fim, a quarta onda de pesquisa sobre justiça buscou entender como os indivíduos reagem a quebra de regras sociais. Aqui o foco é posto principalmente sobre a justiça criminal (Tyler et al., 1997).

Dessas quatro perspectivas, os estudos das diferentes áreas da psicologia política e economia política utilizam a segunda e terceira onda — justiça distributiva e processual — a fim de compreender como as percepções de justiça com base em crenças advindas do funcionamento do governo e do mercado influenciam o apoio à redistribuição e a legitimidade da desigualdade (Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010). Tais estudiosos argumentam que, independentemente da influência do auto interesse, as motivações da justiça têm uma influência adicional e distinta nas preferências políticas (Tyler, 2004).

No geral, as discussões sobre as percepções de justiça, desigualdade e redistribuição de renda se concentram na satisfação individual sobre os resultados do mercado e governo (Zmerli; Castillo, 2015; Bueno De Mesquita, 2016; Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019; Cappelen; Tungodden, 2020; Trump, 2020). Somado a isso, também é considerado nessas discussões a avaliação do processo. Isto é, como indivíduos analisam o esforço individual frente às dinâmicas de mercado (Gallenstein, 2021).

Segundo Bueno de Mesquita (2016), as estruturas normativas fornecem orientação sobre duas questões: a) Como devo me comportar? — vinculado a moralidade privada e b) Como o governo deve se comportar? — ligada a moralidade pública. A linha tênue entre a moralidade privada e a moralidade pública gera diferentes percepções dos indivíduos acerca do que classifica como justo. Conforme o referido autor argumenta:

A política governamental pode alcançar uma redistribuição em larga escala. E assim, diz, o governo deve fazê-lo porque a igualdade social é importante. Mas a caridade individual não consegue redistribuir em larga escala. Então, diz, um indivíduo não tem o dever de doar unilateralmente sua riqueza. Pode-se imaginar argumentos semelhantes em muitos cenários. (Bueno De Mesquita, 2016. p. 17, tradução própria)

Consoante a perspectiva utilitarista, a percepção de boas ações, políticas ou arranjos sociais maximiza a utilidade agregada à sociedade. Isto é, apesar das preferências serem individuais, a escolha da melhor política ou arranjo social será aquela que obtenha a melhor utilidade agregada a toda sociedade (Bueno De Mesquita, 2016). Em contrapartida, o igualitarismo, sob a ótica da igualdade de oportunidades, também desenvolveu estrutura normativas acerca da melhor política ou arranjo social. Segundo Bueno de Mesquita (2016), tal escolha a partir da igualdade de oportunidades funciona enquanto a sociedade elimina as desvantagens devido à discriminação ou especificidades de nascimento e origem dos indivíduos.

A concepção de justiça torna-se multifacetada: os indivíduos avaliam a dinâmica do mercado e se a consideram justa. Caso os resultados decorrentes sejam considerados injustos, os indivíduos analisam se a intervenção governamental é justificada (Tyler, 2004). Nessa etapa, é considerado o esforço individual frente à dinâmica do mercado. Além disso, paralelamente, os indivíduos também realizam uma avaliação retrospectiva se as decisões governamentais tomadas são justas. Em particular, segundo Tyler (2004), indivíduos apoiam as políticas de intervenção de mercado quando acreditam que os procedimentos de alocação social são injustos.

Portanto, os indivíduos podem considerar como justa a desigualdade de renda porque acreditam que as regras do mercado produzem resultados justos e legítimos, determinando quem tem mais ou menos. Nesse contexto, segundo Zmerli e Castillo (2015), são considerados fatores da macro justiça como resultados do mercado, a legitimidade e avaliação das ações do governo e os fatores de micro justiça como esforço individual frente as regras postas pelo mercado e governo. A partir dessa classificação, o debate sobre a desigualdade consiste em

equilibrar dois fatores potencialmente opostos: recompensar o esforço individual enquanto compensa diferenças injustas dos resultados (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019).

Para tanto, a percepção de justiça refere-se à distribuição de recursos na sociedade que o indivíduo considera como justo (Gallenstein, 2021). A literatura recente identifica que existe heterogeneidade nas percepções de justiça (Cappelen, 2009). Dessa forma, as preferências por justiça na sociedade são aquelas mensuradas por aquilo que o indivíduo valoriza na sua concepção de justiça e pode ser importante para comportamento social (Gallenstein, 2021).

No que tange aos fatores de micro justiça (Zmerli; Castillo, 2015), isto é, o papel do esforço individual frente as dinâmicas do mercado, o pluralismo das percepções de justiça transita em percepções igualitárias, libertárias ou igualitária liberal. Os indivíduos que possuem a percepção de justiça igualitária são aqueles que defendem que toda desigualdade deve ser equalizada. Já os adeptos da concepção de justiça libertária afirmam que a solução justa é cada indivíduo ser recompensado pelo seu esforço. A justiça igualitária liberal engloba aqueles indivíduos com uma percepção intermediária, visto que só aceitam as desigualdades decorrentes do controle individual (Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010; Cappelen; Tungodden, 2020). Dessa forma, para esta última as pessoas devem ser responsabilizadas por fatores sob seu controle, mas não por aqueles que fogem a sua responsabilidade (Cappelen; Tungodden, 2017, 2020; Trump, 2020).

Conseqüentemente, as desigualdades decorrentes de fatores de não responsabilidade são ilegítimas e devem ser eliminadas, enquanto as desigualdades decorrentes de fatores de responsabilidade são legítimas e devem ser aceitas. Assim, uma questão-chave e de descenso nos estudos sobre percepções de justiça é traçar a linha entre os fatores de responsabilidade e não-responsabilidade (Cappelen; Tungodden, 2020).

No geral, em vez de serem avessas à desigualdade em si, as pessoas se opõem à desigualdade apenas quando ela viola as regras de alocação que podem justificar resultados desiguais como justos. As regras de alocação usadas para julgar a justiça dos resultados econômicos tendem a ser amplamente aceitas. Isto é verdade mesmo em situações em que as pessoas discordam em suas avaliações de uma instância concreta de desigualdade (Trump, 2020).

### 3.2 PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA E O DEBATE SOBRE REDISTRIBUIÇÃO

Grupos de trabalhos empíricos distintos por volta dos anos 2000 lideraram a discussão sobre o papel da percepção de justiça em dois âmbitos. O primeiro, recorrendo a uma

abordagem experimental, considerou sob quais condições os indivíduos avaliam desigualdade como justa. Nessa perspectiva, foram estudados os diferentes tipos de concepção de justiça a partir de experimentos em laboratório (Cappelen; Tungodden, 2020). O segundo, concomitantemente, desenvolveu pesquisas para compreender o papel da percepção de justiça nas preferências por redistribuição e na percepção da desigualdade ideal a partir de dados observacionais de *surveys* (Alesina; Angeletos, 2005; Benabou; Tirole, 2006; García-Sánchez et al., 2019).

Os primeiros resultados contêm evidências de que a percepção de justiça é formada endogenamente em função da posição individual na distribuição de renda (Hochleitner, 2022); se correlaciona com as diferentes políticas redistributivas adotadas nos países (Fong, 2001; Alesina; Angeletos, 2005; Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010; Cappelen; Tungodden, 2017; Gallenstein, 2021) e também influencia a percepção da desigualdade de renda (Fong, 2001) e a sua legitimidade (Trump, 2020).

Os estudos observacionais foram cruciais para demonstrar a relação entre as percepções de justiça e as crenças das causas da desigualdade (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019). Segundo Alesina e Angeletos (2005) as sociedades atingem seu equilíbrio a partir das percepções de justiça. Aqueles que vivem nos Estados Unidos possuem um equilíbrio dominante de justiça que o esforço individual determina a renda e, conseqüentemente, apoiaram baixo imposto e redistribuição de renda. Já os países europeus possuem um equilíbrio de justiça divergente, no qual a pobreza se configura como uma armadilha da qual é difícil de escapar. Dessa forma, o equilíbrio de justiça está para além do esforço individual com a intervenção do governo no aumento dos impostos e da redistribuição de renda.

Fong (2001) argumenta que existe uma diferença do apoio à redistribuição atrelada a como os resultados da distribuição de renda são produzidos. A variável central é a crença sobre as causas da pobreza e riqueza. Dessa forma, aqueles que acreditam que os resultados são produzidos a partir do trabalho duro e que estão sob controle individual possuem menos chances de apoiar a redistribuição de renda. Já aqueles que acreditam que a distribuição de renda é determinada por fatores exógenos, para além do controle individual, como a sorte ou falta de oportunidade, são mais propensos a apoiar a redistribuição de renda (Fong, 2001; García-Sánchez et al., 2020). Roemer (*apud* García-Sánchez et al., 2019) distingue desigualdade de esforços — semelhante a resultados advindos da diferença de mérito — de desigualdade de oportunidades — que consiste em fatores externos que ajudam ou dificultam as perspectivas de sucesso. Complementar a essa análise, outras contribuições mostram que as percepções de

justiça têm uma forte associação com a confiança política. (Zmerli; Castillo, 2015). O autor conclui, no entanto, que em níveis mais altos de desigualdade essa relação torna-se fraca.

A literatura experimental, foi além nos estudos subsequentes, mostrando haver heterogeneidade nas percepções de justiça dos indivíduos. Segundo Cappelen et al. (2020), as pessoas diferem no a) peso que atribuem à justiça; e b) como classificam desigualdades como justas ou injustas.

Por exemplo, indivíduos podem observar a desigualdade de renda como injusta porque acreditam que ela está determinada na maioria pela sorte, enquanto outros podem classificá-la como justa porque reflete em sua essência no esforço que os indivíduos despendem. Embora sorte e esforço estejam relacionados (Garcia-Sanchez et al., 2020), a questão crucial que perpassa o debate é sob quais condições uma distribuição desigual de renda deve ser vista como justa (Cappelen; Tungodden, 2020).

Segundo Cappelen et al. (2020), há uma ampla literatura que demonstra que as pessoas são fortemente motivadas por considerações de justiça. Experimentos na Economia Política, que utilizam o clássico jogo do ditador<sup>4</sup>, demonstram que uma fração substancial de indivíduos está disposta a sacrificar seu próprio interesse econômico para evitar resultados injustos. A aceitação ou rejeição da desigualdade econômica depende se a desigualdade em questão é percebida como justa (Trump, 2020).

Essa heterogeneidade das percepções de justiça sobre a desigualdade na sociedade surge principalmente de ambiguidades sobre quais das regras de alocação podem explicar adequadamente o cenário de desigualdade percebido. O primeiro fator que contribui para essas ambiguidades existentes é que as avaliações dos indivíduos sobre as condições que geram a desigualdade são substancialmente afetadas pela informação disponível (Cappelen; Sørensen; Tungodden, 2010; Trump, 2020). De acordo com Cappelen et al. (2020), os indivíduos têm poucas informações precisas sobre a desigualdade existente. Contudo, tais informações só levam a maior aceitação da desigualdade em contextos econômicos onde tal informação causa incerteza sobre quem merece a renda mais alta. Quando essas informações limitadas não produzem incerteza sobre merecimento na distribuição de renda, não há interferências no apoio ao status quo.

Ademais, a percepção de justiça na desigualdade existente está endogenamente influenciada pela posição do indivíduo ou do grupo na distribuição de renda (Alesina;

---

<sup>4</sup> O jogo do ditador funciona da seguinte forma: uma quantia, X, deve ser distribuída entre dois participantes A e B. A deve propor uma distribuição a B, que deve aceitá-la. Portanto, A tem todos os poderes de distribuição e deve procurar maximizar a quantidade de dinheiro que receberá (Cappelen et al., 2020).

Angeletos, 2005; Cappelen; Tungodden, 2017; Trump, 2020; Gallenstein, 2021). Segundo Gallestein (2021), tanto os indivíduos de baixa quanto de alta renda possuem self-serving bias<sup>5</sup> na percepção de justiça. Dessa forma, os mais abastados são inclinados a sustentar que a justiça não está associada à redistribuição ou que a distribuição de recursos não deve estar determinada pela sorte e acaso, mas ser proporcional aos recursos iniciais. Já os mais pobres acreditam que a justiça está atrelada à redistribuição, e ser independente da sorte. Em contrapartida, Valero (2022) afirma que tais evidências são limitadas em endossar que as percepções sobre sorte e esforço na avaliação dos resultados individuais está relacionado ao apoio a políticas redistributivas. A referida autora confirma em sua análise experimental que crenças egoístas sobre as causas da desigualdade de renda são motivadas principalmente por excesso de confiança e preocupações com a autoimagem e não para justificar políticas redistributivas favoráveis (Valero, 2022).

Akbas et al. (2019) revelam um padrão interessante de como os indivíduos distribuem os pesos sobre a justiça processual (igualdade de oportunidades) e o poder de agência — (capacidade do indivíduo de determinar sua renda). Quando há a presença tanto da justiça processual quanto do poder de agência, praticamente não se observa redistribuição. Já quando é considerado apenas a justiça processual, a maioria dos indivíduos opta pela redistribuição de renda. Tais resultados demonstram como a agência impacta nas percepções de justiça, isto é, o apoio à redistribuição tende a refletir o quanto de agência os indivíduos possuem e o grau em que enfrentam oportunidades iguais.

Por exemplo, alguns pesquisadores argumentam que as desigualdades advindas da sorte são injustas porque fogem do controle individual. Enquanto outros argumentam que esse cenário é justo porque consideram que as pessoas têm direito à sua própria renda nos casos em que não viole os direitos de terceiros (Cappelen; Tungodden, 2020; Gallenstein, 2021; Valero, 2022). O apoio à redistribuição estará relacionado tanto como as pessoas formulam suas percepções de justiça, quanto a quão desigual é a distribuição de renda em que vivem (Cappelen; Tungodden, 2017; Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019; Cappelen; Tungodden, 2020).

Somado à informação limitada e a posição do indivíduo na distribuição de renda, outro fator que explica por que há uma heterogeneidade nos juízos normativos quanto à desigualdade que é relacionado à justificação do sistema (Trump, 2020). Tal motivação advém do viés em considerar a realidade como a realidade ideal. Dessa forma, a justificação do sistema faz com que as pessoas interpretem a desigualdade existente como justa.

---

<sup>5</sup> Esse viés ocorre quando atribuímos eventos positivos nosso próprio caráter, mas culpamos os resultados negativos a fatores externos não relacionados ao nosso caráter.

Achados apontam que endossar crenças que justificam a desigualdade minam o apoio à redistribuição (Garcia-Sanchez et al., 2020). Segundo os autores, a associação entre desigualdade percebida e apoio à redistribuição varia segundo as crenças que justificam a desigualdade. Ou seja, o tamanho percebido da diferença de renda correlaciona-se positivamente com a crença de que é responsabilidade do governo reduzir a desigualdade entre aqueles que rejeitaram crenças que justificam a desigualdade, enquanto não houve associação para aqueles que endossaram essas crenças. Da mesma forma, a desigualdade econômica percebida se correlacionou positivamente com o apoio à tributação progressiva, mas essa associação foi mais fraca entre aqueles que endossaram crenças meritocráticas e de igualdade de oportunidades. Esses resultados demonstram que as ideologias influenciam a relação entre a desigualdade percebida e as atitudes em relação à redistribuição, e que o apoio à redistribuição varia consoante a política é estruturada (Garcia-Sanchez et al., 2020).

Como pode ser visto, a análise sobre as percepções de justiça e sua associação ao apoio à redistribuição é uma área ainda muito a ser explorada tanto por abordagens experimentais e observacionais. Em suma, os resultados encontrados pela literatura apontam até então que equilíbrio das crenças individuais sob a responsabilidade individual e as circunstâncias fora de controle são peça-chave para apoio à redistribuição de renda.

#### 4 O PAPEL DA CONFIANÇA: O QUE NÓS SABEMOS?

A perspectiva convencional define a confiança como propulsora de múltiplos benefícios para a legitimidade do regime democrático (Norris, 2022). A sua existência é fundamental para a economia, política e interações sociais. Ou seja, quando a confiança é baixa ou ausente, há consequências negativas como a instabilidade política, deterioração na qualidade das políticas públicas, desaceleração do crescimento econômico e declínio do bem-estar social (Keefer; Scartascini, 2022).

Apesar dos primeiros estudos focarem nas causas da confiança política (Cleary; Stokes, 2006; Norris, 2022), um expressivo conjunto de estudos na Ciência Política visou entender os efeitos do apoio ao governo e seus líderes sobre uma variedade de domínios. A confiança é vista como facilitadora da ação coletiva e como variável crítica para o estudo de muitos fenômenos, inclusive para a legitimidade das políticas tributárias e redistributivas implementadas (Kiser; Karceski, 2017) — seja no aumento de impostos ou na redução dos gastos sociais.

No que se refere à questão dos determinantes das preferências redistributivas, a confiança é variável crítica: ela possui efeitos importantes no apoio a políticas explicitamente redistributivas (Hetherington, 1998). Isto é, todas as políticas que necessitam de sacrifícios materiais — aumento de impostos — para o benefício de grupos específicos nas democracias pressupõem níveis de confiança política nas instituições (Peyton, 2020).

Muitos autores argumentam que nas últimas décadas a importância da confiança tem se intensificado. Em uma era em que a confiança permanece em níveis históricos mínimos (Citrin; Stoker, 2018; Peyton, 2020; Keefer; Scartascini, 2022), ao que se soma crescente polarização (Norris, 2022), esta variável pode ter efeitos de grande magnitude sobre a crescente desigualdade e sua aceitabilidade ao redor do mundo (Meer; Zmerli, 2017; Zmerli; Castillo, 2015). Estudiosos, em geral, possuem a mesma preocupação sobre os sinais de cinismo excessivo em sociedades específicas ou declínio da confiança ao longo do tempo (Norris, 2022). Atualmente, os principais resultados apontam que as fontes de variação e mudança da confiança são políticas e multifacetadas (Citrin; Stoker, 2018).

Em suma, duas abordagens distintas foram desenvolvidas até o momento acerca dos efeitos da confiança no apoio à redistribuição de renda. De um lado, formou-se um consenso entre os especialistas que a confiança tem um efeito linear sobre o apoio à redistribuição de renda (Hetherington, 1998; Hetherington; Rudolph, 2015). Os indivíduos que confiam no governo são propensos a apoiar políticas pró-redistribuição. A explicação contrafactual para a

crescente desigualdade é que a crescente desconfiança dos eleitores em relação ao governo mina seu apoio a políticas destinadas a lidar com a desigualdade (Peyton, 2020).

Achados recentes oriundos de estudos experimentais, no entanto, vão de encontro a essa abordagem. Os resultados apontam que o aumento da confiança política não é suficiente para aumentar apoio à redistribuição. Segundo Peyton (2020), tais evidências levantam questões adicionais sobre a teoria de que confiança política causa apoio à redistribuição de renda.

Dessa forma, os efeitos da confiança política no apoio à redistribuição mostram-se mais complexos do que as teorias precedentes apontam (Peyton, 2020). Rudolph e Evans (2005) e Hetherington (1998) abordaram a confiança política como atalho heurístico que ajuda os indivíduos no apoio ou não as ações governamentais. Sob essa perspectiva, e reconhecendo as limitações da abordagem desses autores, demonstro como a confiança pode ser considerada atalho cognitivo para os indivíduos no apoio à redistribuição. Meu argumento, que será explanado detalhadamente ao final desse capítulo, é que a confiança realmente funciona como moderadora, implicando na força ou direção da relação. Como será discutido nos capítulos 5 e 6, esse mecanismo deve ser visto conjuntamente com o papel e avaliação das instituições políticas. Na verdade, a confiança política tem uma função moderadora no apoio à redistribuição.

O presente capítulo segue a seguinte linha de construção: na próxima seção apresento o conceito e debate da confiança nas Ciências Sociais; em seguida, apresento os principais trabalhos que construíram a abordagem do efeito linear da confiança no apoio à redistribuição e suas limitações; por fim, apresento como foi incorporado na Ciência Política a abordagem da confiança como heurística e concluo hipotetizando que possui um efeito moderador no apoio à redistribuição.

#### 4.1 O DEBATE SOBRE CONFIANÇA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A extensa literatura contemporânea discute a premissa de que a confiança seja mutuamente vantajosa. Segundo Norris (2022), a confiança está na base da delegação de ações tanto para os agentes (indivíduos) quanto para agências (instituições).

Três disciplinas debateram as causas da confiança nas ciências sociais: psicologia, sociologia e a economia política (Norris, 2022). Entender os mecanismos dessas três principais abordagens disciplinares é o primeiro passo para compreender o conceito de confiança que será utilizado ao longo dessa tese.

Segundo Norris (2022), os teóricos da psicologia abordam a confiança como resultado de um sentimento afetivo, advindo de características inatas, associadas à sociabilidade, otimismo e cooperação. Isto é, a confiança está atrelada a predisposições genéticas, que afetam a interação dos indivíduos conforme características de sociabilidade em sua idade adulta: com amigos ou estranhos, a outros grupos ou nações. Dessa forma, os tipos de personalidade são estáveis em todos os contextos e duradouros, sem muita interferência dos contextos sociais e experiências ao longo da vida. Para tanto, indivíduos que possuem características inatas de abertura confiam em amigos e familiares e possuem predisposição para confiar em vizinhos ou estranhos. No sentido inverso, aqueles que possuem comportamento mais reservado com baixa confiança em seu ciclo social próximo possuem menor probabilidade de confiarem em vizinhos, estranhos, ou aqueles que pertençam a outros grupos ou nações.

Já as teorias sociológicas, tiveram como foco entender as causas da confiança no nível macro, em que maior ou menor confiança esteja atrelada as condições econômicas e sociais dos indivíduos. Para tanto, tais condições persistem moldando suas crenças e valores nas sociedades por décadas ou séculos, sendo reafirmadas de geração em geração. A teoria da modernização foi a principal expoente dessa perspectiva, considerando que a experiência dos indivíduos que cresceram em economia pós-industriais e democráticas tendem a ter maior nível de confiança política. Em contrapartida, altos níveis de desconfiança seriam encontrados naquelas sociedades nas quais as experiências de formação fossem em nações mais pobres e em desenvolvimento, com governos autoritários e corruptos. A abordagem sociológica sugere que a confiança interpessoal e no governo pode evoluir lentamente na sociedade ao longo tempo conforme as nações caminham para o desenvolvimento econômico (Norris, 2022).

Por fim, a economia política e a escola comportamental, a partir do que ficou cunhado como teoria de desempenho, definem as atitudes de confiança de forma fluida, refletindo cálculos nos processos de tomada de decisão (Norris, 2022). Essa abordagem foi bastante desenvolvida para entender a confiança no governo. Assim, a confiança política é entendida a partir de percepções subjetivas ou por indicadores subjetivos de competência, eficiência e imparcialidade do governo. Segundo Norris (2022), essa visão é semelhante às teorias de voto econômico, que afirmam que os indivíduos atribuem responsabilidade aos governantes e recompensam ou penalizam os governos nas eleições.

A questão que surge dessa abordagem é que os indivíduos estariam mais preocupados com os resultados das políticas públicas do que com questões processuais de corrupção, justiça e inclusão. Uma perspectiva alternativa analisou o desempenho do governo segundo processo na tomada de decisão. Sob essa perspectiva, os indivíduos estão preocupados com a integridade

e imparcialidade no processo de formulação das políticas públicas, que são combativas a processos de corrupção em qualquer ramo do governo (Rothstein; Uslaner, 2005; Uslaner, 2018; Norris, 2022).

Apesar da abordagem de desempenho ter sido construída a partir de evidências empíricas, seu poder explicativo possui limitações. Há limitações empíricas em demonstrar como percepções subjetivas de processo afetam níveis de confiança interpessoal e política dos indivíduos. Além disso, a relação de causalidade ainda é indeterminada, enfrentando questões de endogeneidade (Peyton, 2020; Norris, 2022).

#### **4.1.1 Definição de Confiança política e Confiança social na Ciência Política**

Os principais estudos desenvolvidos na Ciência Política sobre as causas e consequências da confiança tiveram como pano de fundo a teoria do desempenho (Meer; Zmerli, 2017). Dessa forma, confiança pode ser entendida como premissa a cooperação entre os indivíduos, instituições ou sociedade. Crescente número de estudos sobre confiança e suas consequências refletem a convicção dos estudiosos de que a confiança é importante para eficácia e continuidade dos governos democráticos em uma era em que não se sabe ao certo o limiar para a crescente desconfiança corroer a legitimidade dos regimes e instituições democráticas (Citrin; Stoker, 2018).

A confiança política pode ser entendida como conceito que se refere aos sentimentos dos indivíduos em relação ao seu governo (Citrin; Stoker, 2018). Ou seja, a base da confiança política é que o indivíduo pode julgar o governo como confiável e sempre haverá uma área de domínio onde a confiança é dada ou negada. Dessa forma, a confiança no governo pode ser pensada como um aspecto de legitimidade ou como influente propulsor na atribuição da legitimidade nos sistemas democráticos (Citrin; Stoker, 2018). Essa função de legitimidade subscrita à confiança política está relacionada ao conceito de apoio político desenvolvido em obra clássica por David Easton (Zmerli; Castillo, 2015; Meer; Zmerli, 2017).

Aqui vale destacar que para além da confiança política também há o conceito correlato de confiança social<sup>6</sup>. Enquanto a confiança social está atrelada a noção de “capital social” desenvolvida por Putnam (*apud* Citrin; Stoker, 2018) e as normas de convívio no dia-dia, confiança política está atrelada a atitude política do indivíduo em relação a um ator político ou instituição. Essa última possui maior variabilidade ao longo do tempo por ser entendido como um ponto de vista da *accountability eleitoral*. Os indivíduos premiam elites políticas e

---

<sup>6</sup> Os estudos geralmente focam nos efeitos do *welfare state* ou da desigualdade na confiança

instituições pelo seu bom desempenho (aumentam a confiança) e os punem caso eles não atinjam as expectativas (desenvolvem uma baixa confiança). Confiar é uma crença de alto risco (Citrin; Stoker, 2018; Uslaner, 2018), uma vez que quem confia estar suscetível a perda, tanto material quanto psicológica, em consequência do indivíduo que receber a confiança possa não ser confiável. Desse modo, confiança é considerada modelo heurístico em que qualquer contrato social estabelecido — seja ele formal ou informal — terá a avaliação dos indivíduos sobre o desempenho futuro daqueles a quem foi depositado a confiança e que cumpriram a suas responsabilidades. Ou seja, são feitos julgamentos e avaliações críticas do desempenho passado de agentes e agências, especialmente seu histórico estabelecido para cumprir suas responsabilidades, refletindo os critérios de competência, integridade e imparcialidade, juntamente com a força de guardas de responsabilidade institucional, que servem para mitigar os riscos de maus atores. Norris (2022) classifica esse julgamento como positivo (confiança) ou negativo (desconfiança).

Tal definição é consensualmente utilizada quando se analisa a relação entre confiança e os sistemas tributários (Yamamura, 2014). Dessa forma, a partir desse conceito, achados apontam que maior confiança interpessoal aumenta a probabilidade dos indivíduos de pagarem impostos (Hetherington; Rudolph, 2015) ou determinar o tamanho do *welfare state* (Edlund, 2003). Ainda é encontrada associação entre confiança e evasão fiscal: maior confiança no governo reduz as chances de evasão fiscal.

As consequências adversas da confiança, de maneira geral, podem surgir devido a sua ausência ou uma confiança positiva incondicional (NORRIS, 2022). Enquanto esta última negligencia os mecanismos de *accountability* dos agentes no cumprimento de suas obrigações, a ausência da confiança pode ser revelada de duas formas: (i) sendo reflexo de dúvida ou ceticismo sobre a confiabilidade do outro, ou (ii) a crença estabelecida de que o outro não é confiável (Cleary; Stokes, 2006; Citrin; Stoker, 2018).

O consenso entre os principais estudos sobre confiança é que esta diminui quando governos e instituições deixam de cumprir o que se espera delas ou seguir as regras estabelecidas (Citrin; Stoker, 2018). Esse aspecto de desempenho do governo para haver confiança depende de onde a atenção dos indivíduos, em geral, está focada.

A análise de que a confiança influencia as preferências políticas dos indivíduos foi discutida por muitos estudiosos. O argumento central é que as pessoas não estarão dispostas a apoiar as políticas defendidas que impliquem risco ou sacrifício pessoal se não confiarem no governo. Quando os cidadãos confiam, o governo pode responder às demandas liberais por mais gastos governamentais e regulamentação porque pode obter a aquiescência de conservadores

confiantes, mas o governo também pode alcançar fins conservadores, como cortes de impostos e privatização de serviços sociais (Citrin; Stoker, 2018).

#### 4.2 CONFIANÇA E APOIO À REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA RELAÇÃO LINEAR?

Os estudos que buscam entender as temáticas ligadas a redistribuição de renda e confiança se concentram em duas abordagens: i) a relação entre confiança política e desigualdade (que possui interface tanto com corrupção, quanto legitimidade de governos democráticos) e com menor ênfase na ii) a relação de confiança política e social e apoio à redistribuição de renda (Edlund, 2003; Rothstein; Uslaner, 2005; Rudolph; Evans, 2005; Rothstein, 2011; Yamamura, 2014; Hetherington; Rudolph, 2015; Zmerli; Castillo, 2015; Meer; Zmerli, 2017; Peyton, 2020). Em geral, esses estudos colocam confiança como variável dependente e tem como base o *welfare state*, uma vez que a crescente desigualdade de renda reflete a capacidade redistributiva em diferentes sociedades.

O que, em geral, esses estudos apontam é que o tamanho do *welfare state* pode ser determinante para confiança social e política (Rudolph; Evans, 2005; Hetherington; Rudolph, 2015). *Welfare states* universais podem influenciar os indivíduos a pensarem que os grupos beneficiários são confiáveis e merecedores. Já *Welfare states* restritivos e cobertura marginal pode acarretar a crença que aqueles que se beneficiam são não confiáveis e indignos de receberem a provisão do governo.

Todavia, ainda é incerto sobre a direção da causalidade com bases teóricas e empíricas para confiança social e política. As discussões desenvolvidas até então são limitadas em entender a relação entre *welfare state* e confiança, além de possuir desafios empíricos-metodológicos acerca dos mecanismos causais (Edlund, 2003).

A grande limitação desses estudos é que ainda é incerto se os fundamentos do *welfare state* que impacta na confiança social e política ou o inverso (Zmerli; Castillo, 2015). Em outras palavras, conforme a teoria de desempenho, em cenários que a economia vai mal, é esperado que os níveis de confiança caiam. Contudo, para a economia apresentar bons números requer ações do governo que exigem que as pessoas confiem em suas medidas. Do lado do governo, a confiança política é necessária para garantir a legitimidade dos indivíduos aceitarem déficits em tempos difíceis ou implemente políticas que gastem mais dinheiro para estimular a economia (Hetherington; Rudolph, 2015).

As abordagens explicativas da origem da confiança política podem ser *top-down*, -visando a relevância do desempenho institucional para a formação da confiança política, ou *bottom-up* alegando que a erosão ou mesmo a completa ausência de capital social ou a falta de coesão social leva a um severo rebaixamento da confiança política. A desigualdade econômica representa um elemento-chave a ter em conta no que diz respeito à confiança política (Zmerli; Castillo, 2015).

Além disso, no que tange as consequências da desigualdade para a democracia, importantes discussões vêm sendo desenvolvidas em torno de sociedades com *welfare state* pequenos e alta desigualdade. Percepções individuais e as avaliações negativas da desigualdade de renda tem impacto direto na legitimidade e apoio político das democracias (Zmerli; Castillo, 2015).

Sociedades com alta desigualdade estão susceptíveis a baixa confiança e a existência de um ciclo vicioso, o qual Rothstein e Uslaner (2005) denominaram de “armadilha da desigualdade”. Há uma relação inversa entre a desigualdade e o nível de confiança (Keefer; Scartascini, 2022). Isto é, a desigualdade, a corrupção e o mau desempenho dos serviços providos pelo governo afetam negativamente a confiança política, bem como produzem o aumento da evasão fiscal. Esses resultados, por sua vez, reforçam o nexos desigualdade-corrupção, criando assim um círculo vicioso ou uma “armadilha” (Rothstein, 2011; Hauk; Oviedo; Ramos, 2022). Assim, altos níveis de desigualdade de renda impactam uma ampla gama de valores, crenças e comportamentos relacionados à desconfiança social, menos solidariedade, corrupção, má governança ou enfraquecimento do apoio político (Zmerli; Castillo, 2015; Keefer; Scartascini, 2022).

Dessa forma, tanto a desigualdade real quanto a percebida estão negativamente associadas à confiança política. Historicamente, países que enfrentaram guerras e exploração tendem a ter níveis mais baixos de confiança. A falta ou distorção de informação também afeta a confiança das pessoas em instituições ou na sociedade (Keefer; Scartascini, 2022). Isto é, a desigualdade de renda leva a um afrouxamento do vínculo entre os cidadãos e o Estado, apresentando uma associação negativa à disposição dos cidadãos em confiar nos atores e instituições políticas (Zmerli; Castillo, 2015).

Já a relação entre confiança e apoio à redistribuição de renda discutida em alguns trabalhos (Edlund, 2003; Yamamura, 2014; Peyton, 2020; Keefer; Scartascini, 2022) apontam que a desconfiança dos eleitores em relação ao governo mina seu apoio a políticas cujo foco é reduzir a desigualdade de renda.

Portanto, há uma relação linear de que oposição a gastos do governo em políticas sociais redistributivas pode ser explicada pela alta desconfiança no governo (Hetherington; Rudolph, 2015). A visão convencional pressupõe um raciocínio orientado para o auto interesse. Cidadãos com maior nível de renda possuem maior probabilidade de estarem satisfeitos com o desempenho do governo e, portanto, expressam mais confiança. Em contrapartida, aqueles que são mais pobres culpam o governo pela situação econômica, levando à baixa confiança política.

Em contraste, a teoria de justificação do sistema apresenta um argumento alternativo e contraintuitivo: indivíduos desfavorecidos, motivados a defender a intervenção do estado devido à sua situação de privação, que apoiam o sistema político, demonstram um maior nível de confiança (Braun; Fatke, 2019).

Dessa forma, a dissonância cognitiva de indivíduos mais pobres é reduzida, quanto maior for a desigualdade de renda. Isto é, apesar de uma pessoa pobre encontrar-se em uma situação relativamente pior que seus concidadãos, ela se sente cúmplice pelo seu status financeiro atual. Isso leva a reduzir a dissonância cognitiva ao expressar confiança no sistema político, o qual poderia ser responsável pelo status quo de desigualdade. Já uma pessoa rica pode culpar o desempenho do governo pelo status econômico sem se sentir cúmplice da distribuição desigual de renda. Dessa forma, a interação entre classe social e desigualdade econômica é a peça-chave para entender a variação da confiança política entre os diferentes estratos de renda (Braun; Fatke, 2019).

Resultados empíricos também apontam que indivíduos que desconfiam mais do governo exigem maior regulação governamental. Isso pode ser um dos mecanismos que explicam por que países com baixos níveis de confiança tendem a super regular e sub redistribuir. E os efeitos da confiança nas preferências políticas estão condicionados à qualidade das instituições. Quanto maior o nível de qualidade do governo em uma determinada região, mais os indivíduos de alta confiança gostarão da redistribuição do governo e não gostarão da regulamentação governamental que restringe as operações dos mercados livres (Charron; Haring; Lapuente, 2019).

Contudo, alguns estudos vão de encontro a esses resultados. Segundo Yamamura (2014), indivíduos com rendas acima da média são mais propensos a expressar preferências por redistribuição de renda e a perceber sua carga tributária como baixa quando seus vizinhos estão mais inclinados a confiar no governo.

Destarte, níveis mais altos de confiança nas instituições políticas reduzem a oposição dos mais ricos vis-à-vis impostos mais progressivos (Berens; Gelepithis, 2019). À medida que o governo é percebido como não confiável em lidar com a receita tributária de maneira

responsável, os detentores de maior nível de renda terão uma menor probabilidade de apoiar a carga tributária e contribuições fiscais mais elevadas. Os mais ricos ao aceitar uma maior carga de imposto se preocupam com a forma que o dinheiro transferido será utilizado e se os demais também irão contribuir com tal esforço. A credibilidade do governo é necessária, pois o horizonte temporal para implementar a redistribuição é sempre longo, isto é, perpassa a transferência fiscal até a implementação de políticas redistributivas.

Em contrapartida, estudos sobre confiança política vem confrontando os achados a partir de dados observacionais com uso de metodologias experimentais. Trabalhos recentes apontam uma relação bem estabelecida entre percepção de corrupção e confiança no governo (Uslaner, 2018; Peyton, 2020). Os dados mostram que a corrupção percebida influencia o apoio à redistribuição de duas maneiras: i) diminui a confiança no governo, reduzindo o apoio à redistribuição; e ii) diminui o nível de riqueza dos indivíduos, levando a uma maior demanda por redistribuição (Hauk; Oviedo; Ramos, 2022; Keefer; Scartascini, 2022)

Segundo Peyton (2020), o contrafactual, de que indivíduos que confiam no governo apoiam mais redistribuição, não se sustenta empiricamente. Três experimentos realizados pelo autor mostram que aumento na confiança política têm efeitos insignificantes no apoio à redistribuição que são indistinguíveis de zero. Tais achados fornecem evidências e levanta questões adicionais sobre a teoria de que a confiança política causa apoio à redistribuição (Edlund, 2003).

Em suma, trabalhos empíricos encontrados até o momento chegam a conclusões contraditórias sobre a relação linear da confiança política e o apoio à redistribuição. O consenso entre os principais achados é que confiança política possui algum nível de influência sobre o apoio à redistribuição. Contudo, algumas ressalvas até aqui precisam ser destacadas: i) as causas da baixa confiança política e social são multifacetadas e, em certa medida, sofrem a influência dos altos níveis de desigualdade; ii) a relação causal entre confiança e apoio à redistribuição podem ter resultados controversos a depender do uso de dados observacionais ou experimentais; e iii) entender como se configura o papel da confiança política frente a outras teorias explicativas das causas do apoio à redistribuição ainda deve ser objeto de pesquisa, conforme argumento ao final desse capítulo.

### 4.3 CONFIANÇA COMO ATALHO HEURÍSTICO

A relação entre confiança e apoio à redistribuição possui uma relação mais complexa do que previa a abordagem convencional e coloca como ponto de partida nessa tese uma

discussão mais aprofundada sobre as preferências políticas e crenças sobre o papel do Estado em uma era de erosão da confiança nas instituições políticas (Meer; Zmerli, 2017) e exacerbção da desigualdade (Peyton, 2020). Além disso, lança luz sobre os efeitos da confiança social e política no apoio à redistribuição. Segundo Citrin e Stoker (2018), os níveis baixos e decrescentes de confiança social possuem efeitos no equilíbrio da confiança política.

Diversas pesquisas na economia comportamental, psicologia e ciência política abordam o uso de atalhos heurísticos para julgamento de questões políticas a partir de informações mínimas (Ferrari, 2021; Norris, 2022). A heurística se constitui como atalhos mentais que permitem que as pessoas façam julgamentos rapidamente sem a necessidade de adquirir todas as informações disponíveis sobre um determinado assunto político (Ferrari, 2021).

Dessa forma, as complexidades presentes nas questões políticas são simplificadas pelos cidadãos quando estes a julgam utilizando a confiança política como heurística. Esta pode ser ativada quando i) os resultados das políticas são incertos ou ii) os resultados podem ser desejáveis (Rudolph; Evans, 2005; Hetherington; Rudolph, 2015). Assim, a confiança torna-se um importante preditor de satisfação dos indivíduos com a condução do governo e, portanto, a decisão de endossar ou rejeitar uma política gira em torno da confiança. Se os indivíduos confiam nas instituições políticas e nos tomadores de decisão, eles estarão inclinados a aceitá-las (Hetherington, 1998).

A complexidade existente em torno da desigualdade, renda e apoio à redistribuição não foge a essa regra. Indivíduos utilizam a confiança como heurística também para essa seara. Contudo, conforme demonstrado anteriormente, ela não é determinante, mas uma condição para os indivíduos avaliarem se a justiça do sistema e demandem por redistribuição de renda. Confiança política e justiça do sistema possuem funcionamentos diferentes na construção de crenças dos indivíduos. O argumento central é que os indivíduos não estarão dispostos a apoiar políticas que impliquem em algum nível de perda se não confiarem no governo (Citrin; Stoker, 2018). Enquanto a confiança funciona como sinal de avaliação da opinião pública sobre a condução do governo em diferentes áreas, a justiça do sistema apresenta as preferências dos indivíduos sob qual nível de desigualdade a sociedade deve estar ancorada e que a considera como justa.

#### 4.4 O PAPEL MODERADOR DA CONFIANÇA NO APOIO À REDISTRIBUIÇÃO

As consequências da confiança política no apoio à redistribuição são inconclusivas até o momento. Há, no entanto, consenso na literatura que a confiança política tem efeitos sobre muitos domínios: pode ser útil para a eficácia do governo, manutenção do sistema em tempos de crise, legitimidade, além de gerar incentivos formais a participação, como o voto (Braun; Fatke, 2019; Keefer; Scartascini, 2022; Norris, 2022). E ela permanece como variável crítica na agenda de estudos. Nos estudos sobre apoio à redistribuição de renda não deve ser diferente. É crucial entender os atalhos e mecanismos que os indivíduos utilizam para apoiar mais ou menos redistribuição de renda. Mesmo que a confiança não apresente uma relação causal como a abordagem experimental constatou, o potencial efeito moderador dessa variável continua em aberto.

Isto é, avançar nos estudos sobre a relação entre confiança política e apoio à redistribuição exigirá um exame atento dos fundamentos para apoio à redistribuição e quais mecanismos os indivíduos articulam entre o ambiente político e normativo. No próximo capítulo mostro como os indivíduos utilizam a confiança como primeira etapa para transformar sua visão de sociedade justa em apoio à redistribuição de renda.

## 5 ESTRATÉGIA EMPÍRICA: HIPÓTESES E MODELOS ESTIMADOS

Neste capítulo discuto de forma mais detalhada a estratégia empírica utilizada para explorar a pergunta de pesquisa desta tese, a qual foi objeto de síntese sumarizada na Introdução. A pergunta de pesquisa pode ser enunciada de forma mais concisa da seguinte maneira: *a confiança altera os efeitos da percepção de justiça no apoio à redistribuição de renda?*

Pesquisas anteriores analisaram os efeitos da confiança política no apoio à redistribuição (Rudolph; Evans, 2005; Yamamura, 2014; Zmerli; Castillo, 2015; Braun; Fatke, 2019) e das crenças de justiça na aceitabilidade da desigualdade existente (Trump, 2013; Sands, 2017; Trump, 2017) concomitantemente. Dado que o apoio à redistribuição não está associado apenas à confiança, mas também as crenças de justiça (Sen, 2000; García-Sánchez et al., 2019), o impacto das percepções de justiça tem no apoio à redistribuição pode depender do nível de confiança dos indivíduos (Holand, 2018).

A presente tese aborda essas duas perspectivas investigando o efeito moderador da confiança na relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. Ao fazê-lo foco no fato da redistribuição de renda ser enquadrada distintamente como inerente as prerrogativas do governo em reduzir as distorções do mercado (Garcia-Sanchez et al., 2019). Por um lado a redistribuição está associada ao papel de intervenção do governo nas desigualdades provenientes da dinâmica de mercado (Meltzer; Richard, 1981; Charron; Haring; Lapuente, 2019) por outro está associada a confiança que os indivíduos possuem na efetiva capacidade redistributiva do estado (Hetherington, 1998; Rudolph; Evans, 2005).

A intervenção do governo, seja pela tributação ou aumento de gasto social, podem levar a opiniões distintas em relação às políticas redistributivas (Garcia-Sanchez et al., 2019). Isto é, os resultados até aqui encontrados apontam que os indivíduos fazem cálculo a longo prazo sobre os efeitos de tais políticas redistributivas na sua vida futura. A perspectiva de mobilidade ao longo da vida pode levar os indivíduos a serem avessos ao aumento da tributação aos mais ricos ou aumento do gasto social com os mais pobres (Benabou; Ok, 2001; Turgeon; Rennó, 2010; Lupu; Pontusson, 2011). Essa mobilidade está atrelada a crença de justiça do esforço individual ao longo da vida.

Além disso, há uma literatura que enfatiza desconfiança generalizada no papel do estado. Isto é, a avaliação ruim do papel do estado em efetivar as políticas redistributivas podem acentuar essa desconfiança. Achados apontam que quando indivíduos descobrem o real nível de desigualdade há uma diminuição na confiança no governo (Kuziemko et al., 2015). Um

das explicações apontadas por Hvidberg et al (2023) é que as pessoas atribuem esses resultados ruins à incapacidade ou a falta de vontade dos políticos de enfrentar esse problema. Ainda, indivíduos que apresentam baixo nível de confiança política exigem maior regulação do governo e menor apoio às políticas redistributivas (Charron; Harring; Lapuente, 2019). Segundo Holand (2018), a crença dos indivíduos de que a cobertura dos programas sociais não atinge os mais pobres, podem também moldar as opiniões de apoio à redistribuição.

No que tange a confiança social, estudos apontam ciclos virtuosos da confiança em que sociedades com alta confiança social está correlacionada a baixos níveis de corrupção, que por sua vez promovem cidadãos mais dispostos a apoiar à redistribuição (Rothstein; Uslaner, 2005). Em suma, apesar dos resultados mistos encontrados até então, uma constatação recorrente e com potencial explicativo é que as baixas percepções de confiança podem reduzir o apoio à redistribuição.

Minha principal hipótese é que o nível de confiança irá moderar a relação entre a percepção de justiça e apoio à redistribuição. Como as pesquisas sobre a relação da confiança no apoio à redistribuição produziram resultados mistos, argumento que o grau de confiança provavelmente atua como moderadora e moldam essas associações. Especificamente, em cenários que não há confiança política, os indivíduos seriam céticos quanto a sua demanda por redistribuição, serem ouvidas e apresentariam um apoio reduzido à redistribuição.

O modelo central proposto neste estudo sugere que fatores não estritamente econômicos, ancorados em crenças normativas (percepção de justiça) e em aspectos políticos (confiança política e social), exercem influência sobre o apoio à redistribuição de renda. A confiança, enquanto atributo psicológico, pode influenciar a maneira como concepções fundamentais, tais como agência e igualdade de oportunidades, modelam essa predisposição as preferências redistributivas. Este fenômeno se deve ao papel da confiança na modulação das interações sociais e da relação do indivíduo com a sociedade (Keefer; Scartascini, 2022). Em ambientes onde a confiança, seja ela no governo ou na sociedade, é elevada, há uma tendência dominante de se acreditar na capacidade do Estado em atenuar desigualdades (Hetherington; Rudolph, 2015; Holand, 2018; Charron; Harring; Lapuente, 2019; Norris, 2022). Tal concepção deriva da confiança no governo e da percepção de diminuição de práticas corruptas e oportunistas. Assim, nesses contextos de alta confiança, a abordagem para contornar desigualdades é influenciada majoritariamente pela valorização do esforço individual ou pela busca de igualdade de oportunidades (Zmerli; Castillo, 2015; Ferrari, 2021; Keefer; Scartascini, 2022). De forma concisa, se a ênfase recai sobre o mérito individual, a redistribuição pode ser vista como um prêmio injusto aos descomprometidos. Já quando a crença se dá na direção da

igualdade de oportunidades, a redistribuição é entendida como um meio de equilibrar desequilíbrios inatos, garantindo a todos oportunidades equitativas a partir da intervenção do governo.

Assim, estabeleço três hipóteses de investigação. A primeira hipótese está ancorada no argumento convencional quanto ao papel da renda no apoio à redistribuição moderado pelo nível de confiança. Utilizo renda percebida e não auferida para capturar eventuais vieses comportamentais (Gimpelson; Treisman, 2017). O objetivo aqui é elucidar o papel condicional que a confiança exerce nas variáveis explicativas convencionais e não convencionais do apoio à redistribuição. Na sequência, as demais hipóteses referem-se ao argumento principal dessa tese e envolve as duas variáveis não econômicas de interesse, a saber, confiança e percepção de justiça.

Uma vez que a literatura aponta resultados mistos sobre o efeito da confiança no apoio à redistribuição (Peyton, 2020), ao inserir o efeito condicional da confiança — confiança política e confiança social — na abordagem convencional do teorema do eleitor mediano, tenho a seguinte hipótese:

**H1:** Alta confiança, aumenta a probabilidade de a renda percebida reduzir o apoio à redistribuição.

Na sequência, analiso a dimensão não econômica, a qual concentro a análise variante subjetiva da percepção de justiça. Aqui a hipótese testada possui duas *proxies* acerca da variável independente: agência, que considera crenças meritocráticas do esforço individual e de igualdade de oportunidades, que prima pelas condições de acesso<sup>7</sup>. Dessa forma, apresento duas hipóteses com mensurações distintas para percepção de justiça:

**H2(a):** Em cenários de alta confiança, a crença no papel do esforço individual (*agência*) para melhoria de vida tende a reduzir o apoio à redistribuição.

**H2(b):** Em cenários de alta confiança, a crença na igualdade de oportunidades tende a aumentar o apoio à redistribuição.

Como pode ser visto, o efeito condicional da alta confiança aqui proposto — política e social — leva a um aumento do apoio à redistribuição. Isso se deve ao fato de confiar no governo ou nos demais não ser um fim em si. No entanto, a confiança é um meio para as pessoas poderem expressar a suas crenças sobre a justiça do sistema e apoiar ou não a redistribuição de renda.

---

<sup>7</sup> Apenas no Capítulo 7, com a análise empírica dos dados do WVS foi possível obter a mensuração tanto para agência quanto para igualdade de oportunidades.

## 5. 1 METODOLOGIA E BANCO DE DADOS

Como as hipóteses aqui apresentadas dizem respeito ao nível individual de como as percepções sobre confiança e de justiça afetam o apoio à redistribuição, utilizo abordagem comparativa e observacional. Apesar da crescente literatura experimental acerca da percepção de justiça com uso de diferentes jogos experimentais<sup>8</sup>, optei por utilizar dados observacionais por duas razões não triviais. Primeiro, os estudos desenvolvidos sobre percepções de justiça com abordagem experimental em sua grande parte se concentraram em estudos com estudantes ou amostras restritas. Segundo Cappelen et al. (2020):

(...) é de grande importância prosseguir estudos de preferências de justiça em populações gerais em todo o mundo para esclarecer como as preferências de justiça se relacionam com o nível de desigualdade e redistribuição políticas na sociedade. (Cappelen; Tungodden, 2020, pp.19, tradução própria)

Dessa forma, as análises aqui realizadas são com dados da última rodada de duas importantes base de pesquisa convencionais com perguntas transversais sobre desigualdade de renda e redistribuição. Em segundo lugar, o referido autor salienta as limitações advindas de tais estudos com abordagens experimentais, uma vez que os achados sobre as preferências por justiça advêm de:

(...) contextos econômicos simples, nos quais há informações completas e sem interdependências no processo de produção. No entanto, a maioria dos casos do mundo real é caracterizada por informações limitadas e interdependentes. (Cappelen; Tungodden, 2020, pp.19, tradução própria)

Mesmo reconhecendo as limitações de robustez dos dados observacionais, meu objetivo é de contribuir com a literatura acerca da percepção de justiça considerando a racionalidade limitada e as informações incompletas dos indivíduos em seu cotidiano. Assim, três conceitos centrais são abordados nessa tese: apoio à redistribuição, percepção de justiça e confiança. O uso de diferentes fontes de dados, com suas respectivas qualidades e limitações, permite a) diferentes mensurações para cada um desses conceitos e b) permite uma análise *cross-sectional* com várias perguntas que capturaram as preferências dos entrevistados, incluindo dois de particular interesse para este estudo.

---

<sup>8</sup> Cappelen et al (2020) apresenta um *review* de uma seleção não exaustiva de jogos experimentais de natureza estratégica e não estratégica, incluindo o jogo do ultimato, jogo da confiança, jogo dos bens públicos, jogos de tomadores de decisão imparciais, entre outros.

O *International Social Survey Programme* (ISSP) é um programa de colaboração internacional que realiza pesquisas anuais sobre tópicos importantes para as ciências sociais, é o único que apresenta uma onda específica sobre as percepções da desigualdade social. Desde 1987, O ISSP realizou cinco rodadas de pesquisa sobre *Desigualdade Social*, o qual consiste em um dos onze módulos do *survey*. Os temas centrais são questões com percepções em relação à desigualdade de renda, visões sobre ganhos e rendas, legitimação da desigualdade, progressão na carreira e redes familiares, clivagens sociais e conflitos entre grupos e a posição social atual. Esta base de dados é uma das únicas em escala ao redor do mundo<sup>9</sup> que possui rodada específica com perguntas para desigualdade social e contribuiu para importantes discussões sobre a formação do apoio à redistribuição, principalmente no que tange as *misperceptions* da distribuição de renda (Rocha; Urani, 2007; Méndez; Waltenberg, 2016; Gimpelson; Treisman, 2017; Charron; Harring; Lapuente, 2019). Para tanto, utilizo dados do ISSP para a análise *cross-sectional* especificamente em relação à última onda disponível sobre desigualdade aplicada em 2019 e divulgada em 2021<sup>10</sup>. Ao todo, apesar da aplicação e divulgação dos dados terem sido comprometidas com a pandemia, o *survey* divulgou dados de 22 países<sup>11</sup> dos quatro continentes, com uma amostra de 35.127 respondentes com amostras representativas para cada país (variando de  $N_{\text{Finlândia}} = 996$  a  $N_{\text{Filipinas}} = 4250$ ). Como veremos nos achados dessa tese, as crenças e associações dos indivíduos permanecem, mesmo quando utilizamos as abordagens de *survey* distinto e em período anterior.

Além disso, utilizo também dados do *World Values Survey* (WVS) que compreende o período de 2010 a 2022. Tal base complementar se deve uma cobertura mais robusta e representativa dos 71 países ao redor do mundo, totalizando nas duas ondas um  $N$  de 177 387 observações<sup>12</sup> (variando de  $N_{\text{Polônia}} = 996$  a  $N_{\text{China}} = 5336$ ) e que nos permite inferir alguns fundamentos do apoio à redistribuição na última década.

---

<sup>9</sup>Possui limitações quanto a cobertura nos países da América Latina

<sup>10</sup> Optei por não usar a série histórica, por haver mudanças significativas nas perguntas ao longo das cinco ondas disponíveis, o que limitaria ainda mais a análise.

<sup>11</sup> Os países que participaram da onda de 2019 incluídos nessa análise foram: Suíça, Chile, Rep. Tcheca, Holanda, Dinamarca, Finlândia, Croácia, Itália, Japão, Nova Zelândia, Filipinas, Rússia, Eslovênia, Tailândia, África do Sul, Bulgária, Grã-Bretanha, Islândia, Israel, Lituânia, Suriname, Taiwan.

<sup>12</sup> Os países que participaram da 5ª e 6ª onda e incluídos nessa análise foram: Argélia, Argentina, Armênia, Austrália, Azerbaijão, Belarus, Brasil, Chile, China, Colômbia, Cyprus, Equador, Egito, Estônia, Geórgia, Alemanha, Gana, Hong Kong, Índia, Iraque, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Líbano, Líbia, Malásia, México, Marrocos, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Palestina, Peru, Filipinas, Polônia, Catar, Romênia, Rússia, Ruanda, Singapura, Eslovênia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Taiwan, Tailândia, Trindade e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Estados Unidos, Uruguai, Uzbequistão, Yemen, Zimbábue.

O WVS, desenvolvido por Ronald Inglehart, é um produto de um centro de pesquisa internacional com foco nos estudos acadêmicos acerca de valores culturais, religiosos, econômicos, políticos e sociais com atuação global e decorre desde 1981. Estudos seminais sobre apoio à redistribuição, para além da visão canônica do autointeresse material, se utilizaram das bases comparativas produzidas pelo WVS. Entre as principais contribuições estão os estudos de Alesina e La Ferrara (2005) acerca da perspectiva de mobilidade ascendente, percepções de justiça, entre outros.

Dessa forma, utilizo como técnica estatística a abordagem multinível, que permite que seja avaliado o efeito das variáveis contextuais sobre as variáveis dependentes a nível individual. Tal escolha tem em vista analisar como diferentes contextos nacionais afetam a relação entre confiança e justiça no apoio à redistribuição por indivíduo. Isso permite que análise da variação das preferências redistributivas ao nível de país corresponda a diferenças nos interceptos e *slopes*. As variáveis dependentes são categóricas ordinais, comuns em um vasto número de pesquisas empíricas, em particular naquelas que se utilizam de *surveys* para mensurar preferências e apoio dos indivíduos.

A estrutura dos dados em análise, conforme descrito, possui duas características essenciais: a natureza ordinal dos dados e a necessidade de considerar a influência preditiva de variáveis de diferentes níveis. Quando os dados são ordenados (Agresti, 2010), mas não atendem aos pressupostos dos dados intervalares ou de razão, tratamos essas variáveis como ordinais. Em muitas análises estatísticas, as variáveis ordinais são tratadas como contínuas, especialmente quando têm muitas categorias. Entretanto, é importante lembrar-se da natureza intrínseca desses dados. Já a natureza hierárquica dos dados, isto é, observações dentro de um grupo podem estar mais relacionadas entre si do que com observações de outros grupos, a análise linear é apropriada (Raudenbush; Bryk, 2002). Além disso, análise linear multinível permite modelar tanto os efeitos fixos quanto os aleatórios. Os efeitos fixos são semelhantes à regressão tradicional, onde se avalia o efeito médio de uma variável preditora no resultado. Por outro lado, os efeitos aleatórios permitem que os interceptos e/ou inclinações variem de acordo com os grupos (Snijders; Bosker, 2011). Assim, esta abordagem é flexível e mais informativa ao capturar a variabilidade tanto dentro quanto entre os grupos.

Como será observado nos próximos capítulos, executo os modelos a partir *Linear Mixed Effects Regression* com efeitos fixos na variável independente, *percepção de justiça*, e com efeitos aleatórios nas variáveis de agrupamento - *país* e *onda*, conforme a seguinte equação<sup>13</sup>:

---

<sup>13</sup> Mais especificações sobre equação utilizada em Bates et al (2015)

$$Y_{ij} = \beta_0 + \beta_1 X_{ij} + \beta_2 Z_{ij} + u_j + v_k + \epsilon_{ij} ,$$

onde:

$Y_{ij}$ : apoio à redistribuição para o indivíduo  $i$  no país  $j$  na onda  $k$ .

$X_{ij}$ : percepção de justiça para o indivíduo  $i$  no país  $j$  na onda  $k$ .

$Z_{ij}$ : confiança política para o indivíduo  $i$  no país  $j$  na onda  $k$ .

$\beta_0$ : intercepto do modelo.

$\beta_1$ : coeficiente associado à variável "percepção de justiça".

$\beta_2$ : coeficiente associado à variável "confiança política".

$u_j$ : efeito aleatório do país  $j$ .

$v_k$ : efeito aleatório da onda  $k$ .

$\epsilon_{ij}$ : erro aleatório associado à observação do indivíduo  $i$  no país  $j$  na onda  $k$ .

Para investigar as hipóteses aqui apresentadas, utilizo estimativas de máxima verossimilhança restrita (REML). Este apresenta estimativas viesadas pela variância e covariância dos efeitos aleatórios, principalmente nos casos em que o número de unidades de agrupamento é pequeno e as amostras são desequilibradas. É prudente tal escolha principal para a amostra de dados do ISSP, em que possuo 22 países no segundo nível. As análises foram realizadas usando o pacote lme4 desenvolvido para o software R e seguiram estratégias de análise semelhantes as utilizadas em Garcia-Sanchez et al (2020).

## 6 EVIDÊNCIAS *CROSS-SECTIONAL*: *INTERNATIONAL SOCIAL SURVEY PROGRAMME*

Para explorar o mecanismo teórico desenvolvido nessa tese, início a análise pelos dados do ISSP para o ano de 2019. A fim de obter achados substantivos para essa pesquisa, seleciono um conjunto de perguntas desse *survey* para discutir sobre os mecanismos operando a nível individual para formação das preferências por redistribuição.

No que tange à mensuração das variáveis<sup>14</sup> adoto um conjunto de perguntas do ISSP como *proxies* que podem ser englobadas em variáveis para mensuração do apoio à redistribuição (variável dependente), para mensuração da percepção de justiça (variável independente), para mensuração da confiança (variável interativa) e as variáveis de controle. Cada um dos itens a seguir tece mais informações sobre a codificação das variáveis utilizadas nos modelos e suas respectivas perguntas e no Quadro 1 apresento as perguntas selecionadas como *proxies* e suas respectivas assertivas.

### *Apoio à redistribuição*

A variável dependente é codificada a partir da pergunta sobre se é responsabilidade do governo de reduzir as diferenças de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Tal pergunta atribui ao governo a legitimidade e atribuição em reduzir as desigualdades. Os itens de resposta a essa pergunta foram reordenados a fim de que os altos valores reflitam mais apoio à redistribuição reduz a desigualdade econômica.

### *Agência — percepção de justiça*

Seguindo trabalhos observacionais acerca da percepção de justiça, utilizo pergunta do ISSP questionando a importância do trabalho duro ao longo da vida. Como controle a variável independente de percepção de justiça, incluo duas perguntas no modelo acerca das conexões nas relações individuais que podem mitigar as percepções utilitaristas de esforço pelas conquistas ao longo da vida. Ou seja, inseri nos modelos *proxies* acerca da importância de conhecer as pessoas certas e ter conexões políticas.

Aqui vale uma ressalva acerca da variável de percepção de justiça. Os estudos até o momento atribuem tal percepção a dois fatores: agência e igualdade de oportunidades. Na base de dados do ISSP não é abordado esse segundo fator.

### *Confiança política e social*

Para mensurar confiança adoto duas perguntas com objetivo de apresentar duas interações, quer seja pela confiança política, quer seja pela confiança social. Para primeira

---

<sup>14</sup> No Apêndice A apresento a matriz de correlação

utilizo a pergunta que questiona a percepção dos indivíduos quanto ao comprometimento da maioria dos políticos em reduzir a desigualdade. Em termos gerais, tal pergunta permite a percepção da confiança para além das perguntas convencionais. Demonstra nível de avaliação do comprometimento da maioria dos políticos com a redução da desigualdade de renda. Já a confiança social visa captar a confiança interpessoal dos indivíduos no dia-dia.

#### *Renda futura*

Além disso, vale destacar um conjunto de variáveis que denotam e mensuram renda. Enquanto uma delas questiona os indivíduos sobre melhoria de vida nos próximos dez anos, as outras duas referem noção de afinidade social (Shayo, 2009; 2020; Lupu; Pontusson, 2011; Cavailé; Trump; 2015), a partir da frequência com que os indivíduos têm contato com ricos ou pobres no dia-dia. Além disso, segundo os achados de Rueda e Stegumüller (2019), as expectativas sobre a renda futura são tão influentes quanto a renda atual. O teste de correlação entre a renda futura e a renda foi de 0.59. Assim utilizo a pergunta de renda futura que questiona o indivíduo onde ele percebe sua renda daqui há dez anos.

#### *Variáveis de controle*

Utilizo como variáveis de controle um conjunto de *proxies* sobre crenças e características individuais. As variáveis de controle que englobam as crenças dos indivíduos compreendem ideologia, percepção de distribuição justa da sociedade em que vivem, conexões (importância de conhecer as pessoas certas e ter conexões políticas) e renda futura. Já as variáveis acerca das características individuais são comumente utilizadas em análises de preferências por redistribuição, tais como, gênero do respondente, idade, raça, renda futura, contato com ricos e pobres.

Quadro 1 - Variáveis do ISSP

Survey	Variável	Pergunta	Categorias
ISSP (2019)	Apoio à redistribuição	É responsabilidade do governo reduzir as diferenças de renda entre as pessoas com alta renda e aqueles com baixa renda?	5 categorias, onde 1 – <i>concordo plenamente</i> e 5 – <i>Discordo totalmente</i>
	Percepção de justiça - Agência	Quão importante é o trabalho duro?	5 categorias, onde 1 – <i>essencial</i> e 5 – sem importância
	Confiança política	Até que ponto você concorda ou discorda da seguinte afirmação: A maioria dos políticos em [PAÍS] não se preocupa em reduzir as diferenças de renda entre pessoas de alta renda e pessoas de baixa renda.	5 categorias, onde 1 – <i>concordo plenamente</i> e; 5 – <i>Discordo totalmente</i>
	Confiança social	De um modo geral, você diria que as pessoas podem ser confiáveis ou que você não pode ser muito atencioso ao lidar com as pessoas?	4 categorias, onde 1- <i>pessoas quase sempre são confiáveis</i> ; 2- <i>pessoas usualmente são confiáveis</i> ; 3 – <i>usualmente você não pode ser muito atencioso com as pessoas</i> ; 4 – <i>quase sempre você não pode ser muito atencioso com as pessoas</i>
	Distribuição justa	Quão justa ou injusta você acha que é a distribuição de renda [PAÍS]?	4 categorias, onde 1 – muito justa e 4 – muito injusto
	Conexão pessoas	Quão importante é conhecer as pessoas certas?	5 categorias, onde 1 – <i>essencial</i> e 5 – sem importância
	Conexão política	Quão importante é ter conexões políticas?	5 categorias, onde 1 – <i>essencial</i> e , 5 – sem importância
	Contato pobre	Com que frequência você tem contato com pessoas que são muito mais pobres do que você quando está fora de casa? Pode ser na rua, no transporte público, nas lojas, no bairro ou no local de trabalho.	7 categorias, onde 1 – nunca e 7 – todo dia
	Contato rico	Com que frequência você tem contato com pessoas muito mais ricas do que você quando está fora de casa? Pode ser na rua, no transporte público, nas lojas, no bairro ou no local de trabalho.	7 categorias, onde 1 – nunca e 7 – todo dia
	Renda percebida	Na nossa sociedade existem grupos que tendem a estar no topo e grupos que tendem a estar na base. Abaixo está uma escala que vai de cima para baixo. Onde você se colocaria agora nesta escala?	Escala de 1 a 10
Renda futura	E pensando no futuro daqui a 10 anos, onde você acha que vai estar em uma escala de 1 a 10, onde 10 é o topo e 1 é a base?	Escala de 1 a 10	
Gênero	Sexo	1-masculino; 2 – feminino	
Ideologia	Escala ideológica com base em quem votou na última eleição	Escala de esquerda-direita	

Fonte: Elaboração da autora (2022)

## 6.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A partir dos dados do ISSP para sobre Desigualdade Social para a rodada de 2019, apresento análise descritiva das variáveis de interesse para o teste de hipóteses aqui sugerido. Uma vez que o banco de dados é composto prioritariamente por variáveis categóricas ordinais, para essa seção apresento gráficos de dispersão com as médias das variáveis por país. O exercício aqui proposto é ver como essas variáveis se comportam a partir da abordagem não econômica, ao demonstrar a dispersão das variáveis que se configuram como crenças dos indivíduos.

É importante frisar que a estratégia de utilizar as médias dos países referentes a essas variáveis visa apresentar comportamentos gerais ao nível de país. As análises mais acuradas, nos capítulos 6 e 7, irão apresentar os efeitos encontrados a nível individual entre as categorias das variáveis de interesse. Dessa forma, não incorro em qualquer tipo de falácia ecológica. Os gráficos com a dispersão das médias por país, portanto, são duas etapas: a) primeiro analiso as variáveis categóricas de interesse em relação ao apoio à redistribuição dos países; e b) na segunda etapa apresento os gráficos de dispersão por país com tanto para percepção de justiça, confiança política e confiança social e as variáveis de controle.

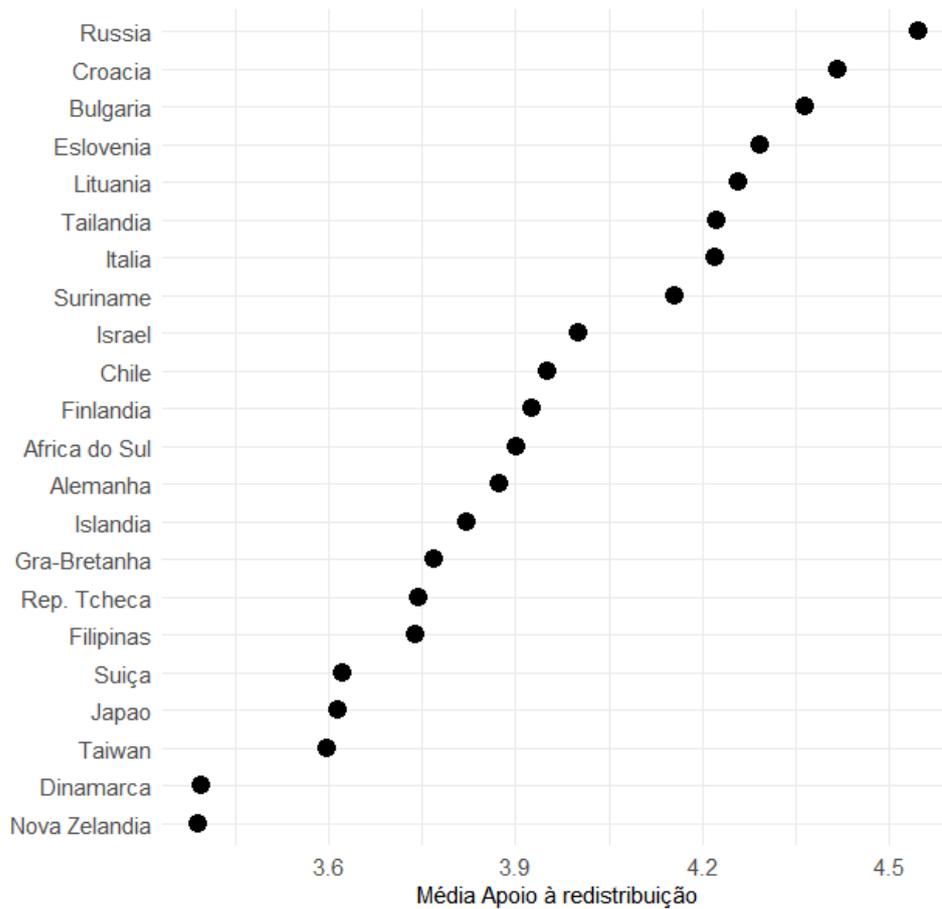
As categorias das variáveis utilizadas foram reordenadas a fim facilitar a interpretação da associação entre as variáveis e dos resultados aqui encontrados<sup>15</sup>. Portanto, todas as variáveis foram dispostas com os valores mínimos denotando nenhum tipo de concordância ou de importância a questão e os valores máximos correspondendo total concordância ou importância, a fim de facilitar a interpretação do comportamento das variáveis e dos resultados obtidos aqui nessa pesquisa.

Iniciando pela variável dependente, apoio à redistribuição, apresento sua distribuição nos 22 países da amostra no Gráfico 1. Como pode ser visto, as categorias finais, onde há concordância com a pergunta que denota apoio à redistribuição, apresentam os maiores valores percentuais. Trago aqui alguns destaques, a Dinamarca, Suíça e Japão são os países que apresentam menores percentuais, não ultrapassando os 40%. Já a Rússia (60%), Croácia (em torno de 40%) apresentam as maiores porcentagens entre os países no apoio à redistribuição.

---

<sup>15</sup> Excetua-se a variável de confiança política uma vez que o formato da pergunta e as assertivas já indicam a interpretação das categorias de nenhuma confiança para muita confiança

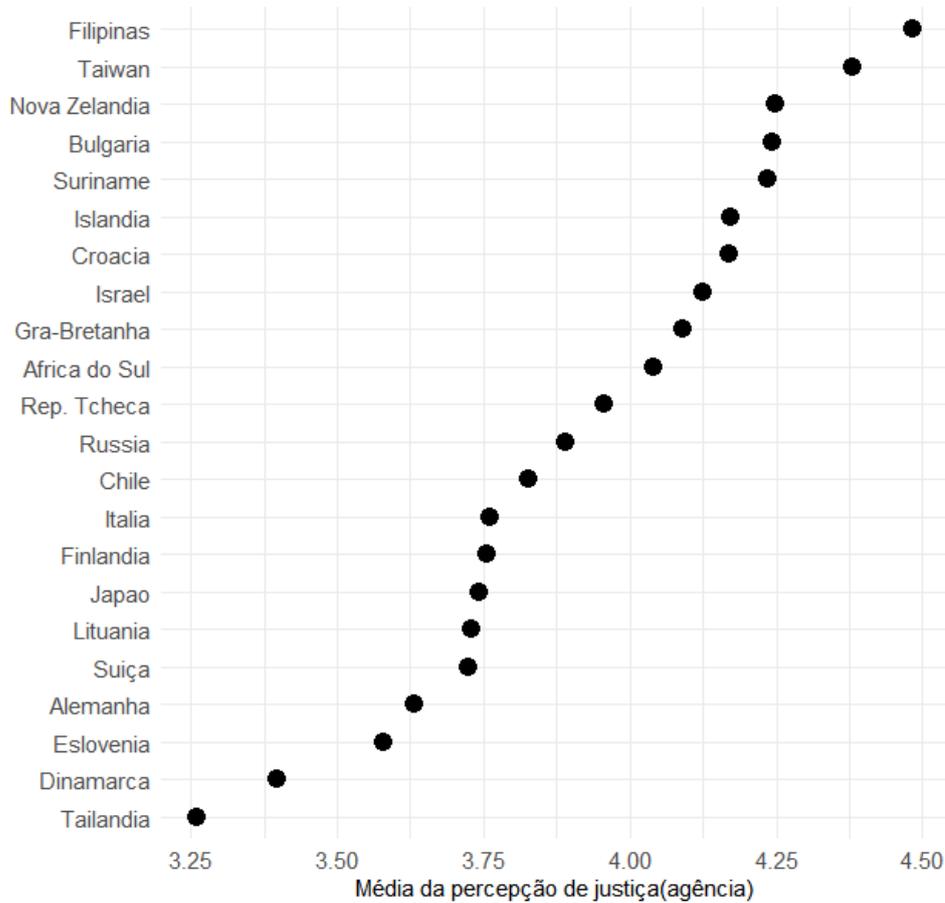
Gráfico 1 – Média Apoio à Redistribuição por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Em relação à variável independente, percepção de justiça, codificada pela percepção de agência individual, salienta-se que, entre os 22 países da amostra, a porcentagem entre aqueles que afirmam que não tem importância o trabalho duro é relativamente baixa se comparada às outras categorias. Além disso, a categoria essencial (5) não é unanimidade entre os respondentes, apresentando uma variabilidade no nível de importância. Em outras palavras, os indivíduos concordam com a importância do trabalho duro, mas o nível dessa importância é considerado de forma heterogênea entre os respondentes.

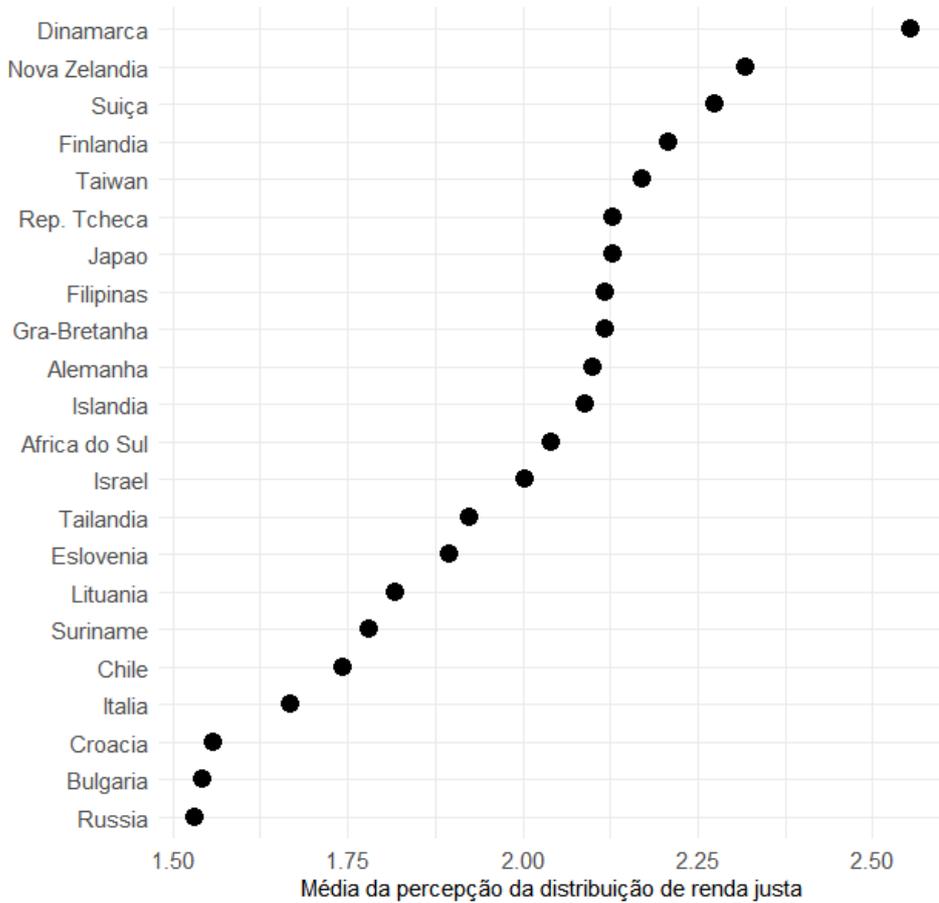
Gráfico 2 – Percepção de justiça (agência) por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Ademais, é crucial salientar que a variável de controlo de distribuição justa apresenta variações nas porcentagens entre as categorias, o que corrobora com o comportamento das percepções da variável dependente e independente. Em outras palavras, entre os 22 países avaliados, a percepção de que a distribuição de renda é injusta é predominante. Essa proporção ultrapassa os 40% em uma grande parte dos países, independentemente da desigualdade existente: Alemanha, Chile, Islândia, Israel, Lituânia e Finlândia. A crença generalizada de uma distribuição injusta pode estar relacionada a diversos fatores, incluindo as informações limitadas dos indivíduos sobre os níveis de desigualdade existentes nas sociedades em que vivem e qual seria considerado justo (Gimpelson; Treisman, 2018).

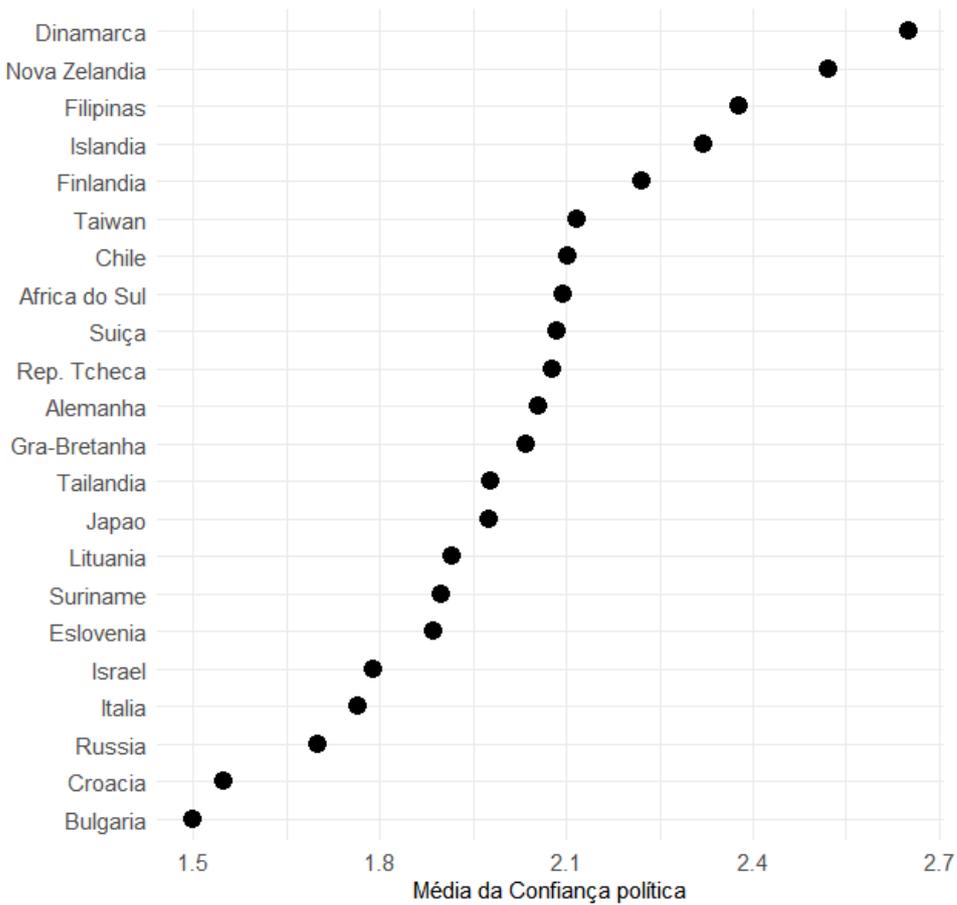
Gráfico 3 – Média da percepção da distribuição de renda justa por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

A variável condicional do modelo apresenta, no Gráfico 4, o grau de confiança política. Utilizo a seguinte concordância como *proxy*: aqueles que concordam plenamente que a maioria dos políticos não se importa em diminuir a desigualdade de renda apresentam baixa confiança política. Em contrapartida, aqueles que não concordam totalmente, demonstram uma elevada confiança política. Como pode ser observado abaixo, a maioria dos indivíduos é cética em relação ao compromisso dos políticos em reduzir a desigualdade.

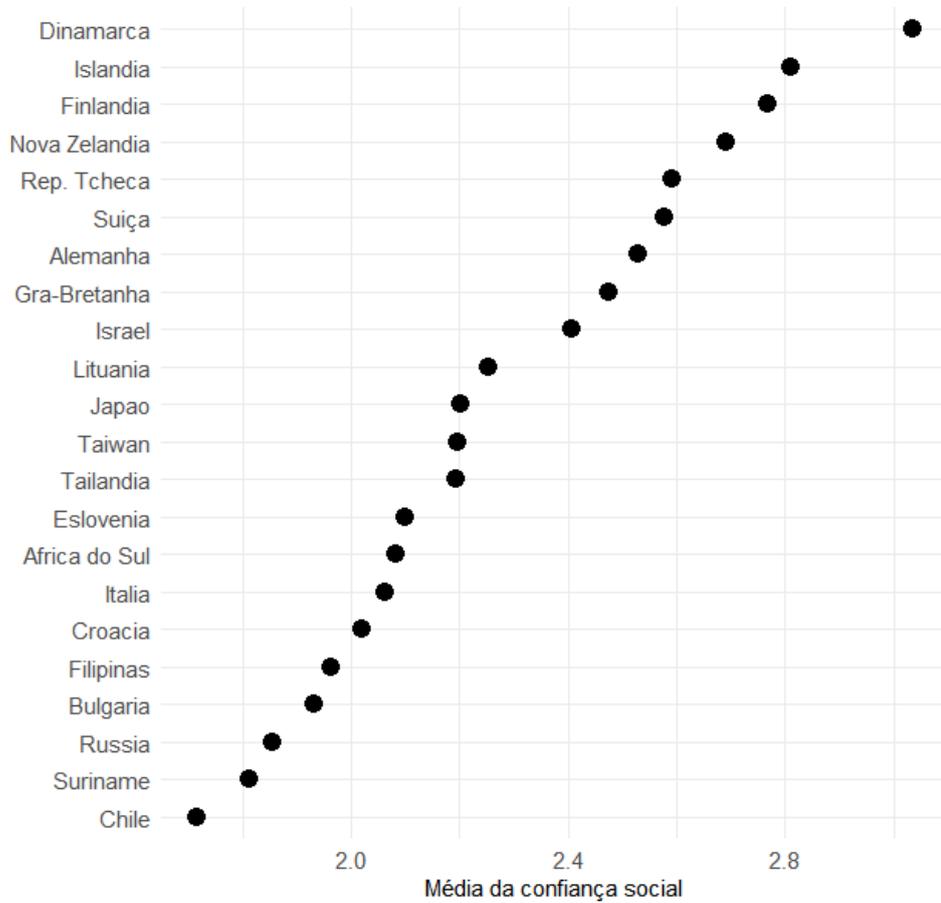
Gráfico 4 – Média da Confiança política por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Já no Gráfico 5, apresento outra maneira de denotar confiança: nível de confiança social. As assertivas foram reordenadas onde (1) significa que você quase sempre não pode se importar com as pessoas e (4) onde as pessoas podem ser quase sempre confiáveis. Na Alemanha, Finlândia e Nova Zelândia, os respondentes afirmam que quase sempre as pessoas podem ser confiáveis. Os demais países possuem concentração nas categorias que denotam baixo nível de confiança interpessoal.

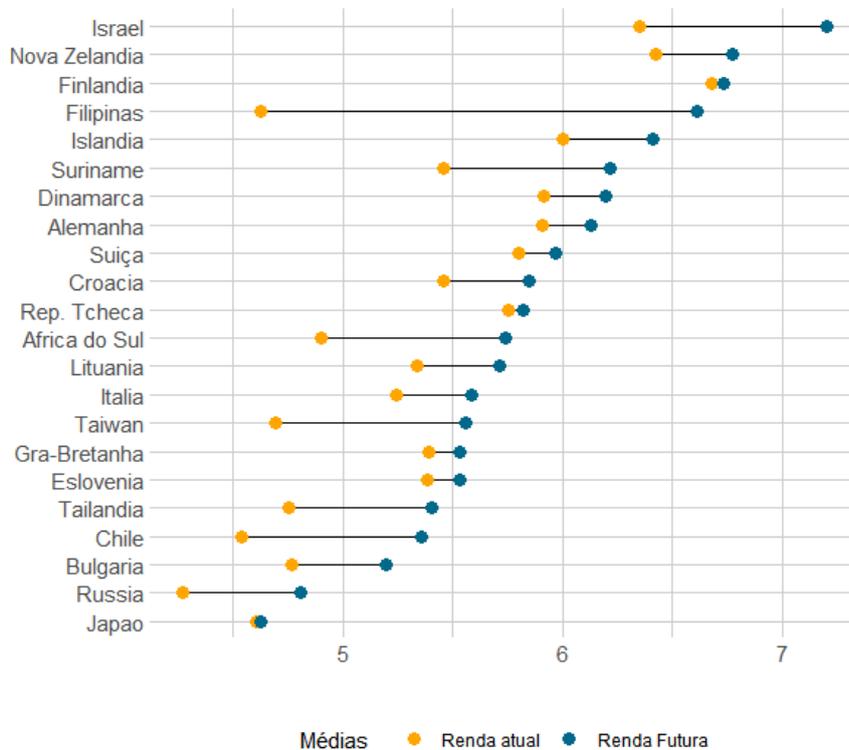
Gráfico 5 – Confiança social por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

As demais variáveis de controle, renda atual percebida e a renda futura, são representadas graficamente por diferença de médias. No gráfico 6, eu mostro a diferença entre as duas formas de avaliar a percepção de renda: uma pergunta sobre qual nível se encontra a renda do respondente hoje e outra pergunta sobre qual nível estará daqui a dez anos. Primeiro, os indivíduos nos países, em geral, apresentam expectativas tímidas sobre a melhoria de renda no período dos próximos 10 anos. As maiores médias que correspondem a expectativas otimistas são apresentadas pelos respondentes da Nova Zelândia e Israel. Segundo, a diferença de médias entre a renda percebida atualidade e a renda futura é quase nula no Japão. No entanto, a diferença mais significativa está localizada nas Filipinas.

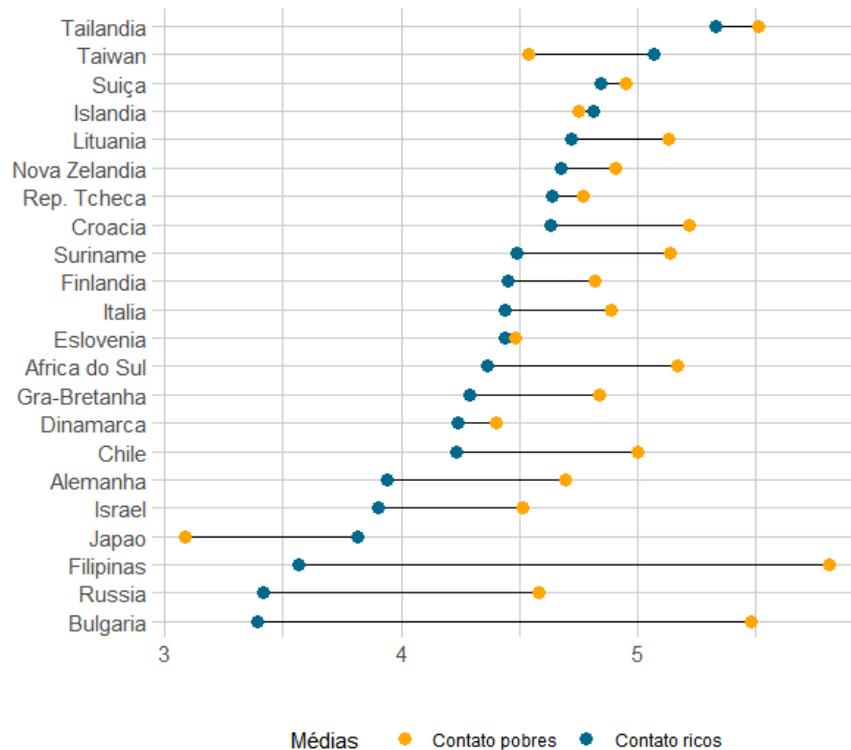
Gráfico 6 – Diferença de médias entre renda real e renda futura percebida



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Por fim, no Gráfico 7 destaco a diferença de médias acerca do contato entre ricos e pobres. Os indivíduos são abordados em duas perguntas distintas com que frequência tem contato com pessoas mais ricas e mais pobres que eles. As opções vão desde nunca até todo dia. A Eslovênia é o país com menor diferença de médias, indicando que os indivíduos nesse país têm contato várias vezes no mês com ricos e pobres quase que na mesma intensidade. Além disso, o Japão é o único país no qual a média de contato com pobres é inferior à média de contato com ricos. Por fim, países como Rússia, Bulgária e Filipinas possuem maior amplitude na frequência do contato com ricos e pobres. Ou seja, o contato com os pobres acontece uma vez por mês, enquanto com os ricos acontece pelo menos uma vez por semana.

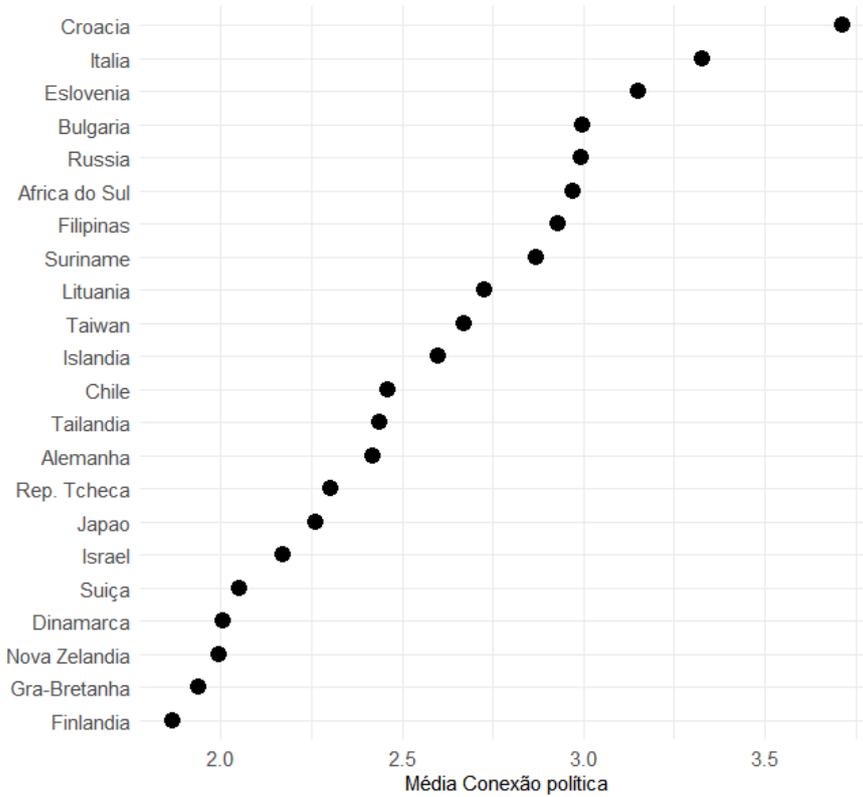
Gráfico 7 – Diferença de médias entre contato com ricos e pobres



Fonte: Elaboração da autora (2022).

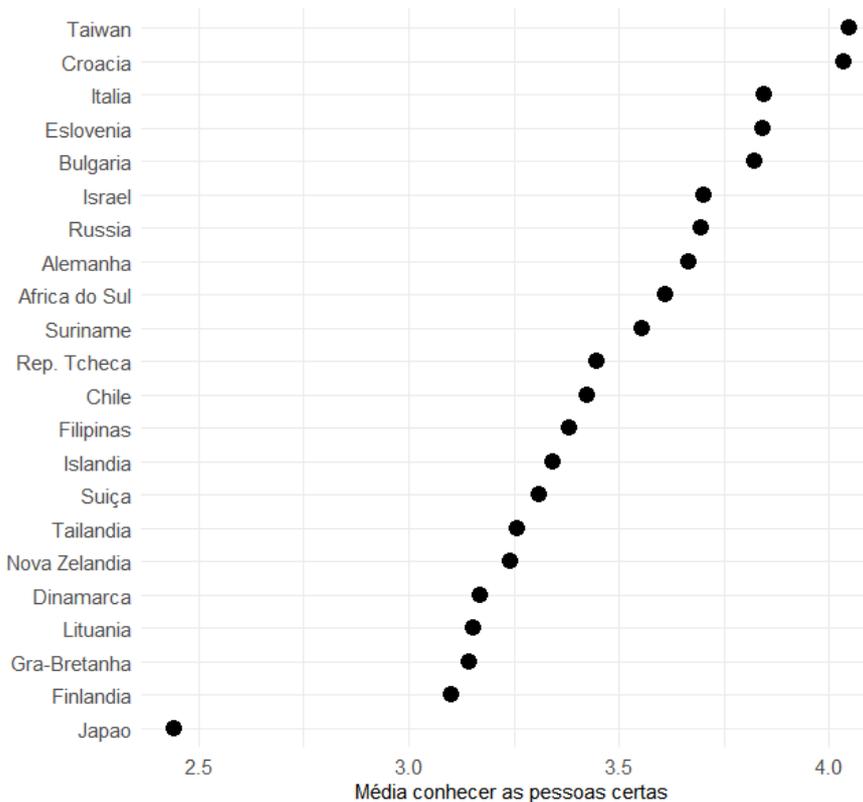
Os gráficos 8 e 9 mostram a percepção média das pessoas sobre a importância de se conectar com a política e conhecer as pessoas certas. Como é possível notar no Gráfico 8, países como Finlândia, Grã-Bretanha, Dinamarca e Nova Zelândia não dão muita importância às conexões políticas. Já os países como Croácia, Itália e Bulgária são os que dão maior importância à existência de conexões políticas ao longo da vida. No que diz respeito à relevância de conhecer as pessoas certas, no Gráfico 9, o país que menos percebe a relevância de ter essa conexão é o Japão. Já a média da Croácia e Taiwan está muito próxima da categoria muito importante.

Gráfico 8 – Médias da conexão política por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Gráfico 9 – Média de conhecer pessoas certas por país



Fonte: Elaboração da autora (2022).

A partir dessa análise descritiva, algumas tendências de percepção chamam atenção. Os indivíduos tendem a apoiar a redistribuição de renda e a considerar a distribuição de renda em seu país como injusta e desigual. Em contrapartida, acreditam que para melhorar de vida é preciso trabalho duro. Ao mesmo tempo, há um cenário de baixa confiança política e social. Consoante a discussão teórica do Capítulo 4 e os resultados desta seção, apresento a seguir como a variável confiança, enquanto termo interativo, pode ter efeito na relação da percepção de justiça e apoio à redistribuição de renda.

## 6.2 ANÁLISE EMPÍRICA

*A confiança altera os efeitos da percepção de justiça no apoio à redistribuição de renda?* Respondo essa pergunta de pesquisa utilizando como técnica estatística os modelos lineares hierárquicos através do Linear Mixed Effects Regression. Para tanto, considero aqui a variável dependente como numérica para facilitar a interpretação da relação entre as variáveis<sup>16</sup>.

Assim, a partir dos dados do ISSP, a variável dependente foi reordenada, indo de nenhum apoio à redistribuição para alto apoio à redistribuição, visando facilitar a visualização dos efeitos. A variável de controle, gênero, foi considerada categórica.

Adoto como variáveis independentes, *renda futura* e *agência*, como variável dependente, *apoio à redistribuição*, e como a variável moderadora, *confiança política* e *confiança social*. Também é importante destacar que 22 países fazem parte da amostra, com 8636 observações.

A Tabela 1 apresenta resultados dos modelos estimados de regressão linear multinível para o teste da hipótese H1. Analiso, portanto, os coeficientes que apresentam estimativas da direção e magnitude da relação entre a variável independente, *renda futura*, e variável dependente, *apoio à redistribuição*. Na seção seguinte deste capítulo, decomponho os resultados a partir da análise dos termos interativos.

O intercepto, ou valor esperado da variável dependente quando todas as variáveis independentes são iguais a zero, se mostrou estatisticamente significantes nos três modelos da Tabela 1. No Modelo 1, a variável independente *renda futura*, apresenta associação negativa e estatisticamente significativa com a variável dependente, *apoio à redistribuição*. Em outras palavras, quando as pessoas têm elevadas expectativas em relação à evolução da renda futura, a probabilidade de apoio à redistribuição é menor.

---

<sup>16</sup> Tal técnica estatística foi utilizada para dados similares ao abordados nessa tese como o trabalho do Garcia-Sanchez et al. (2020)

No Modelo 2 e no Modelo 3 utilizo as mesmas variáveis do Modelo 1, acrescidos de duas variáveis com efeito moderador, *confiança política* e *confiança social*, respectivamente. Testo, portanto, o termo interativo confiança no governo e confiança social na renda percebida futura (H1). No Modelo 2, a relação é positiva e não apresenta níveis convencionais de significância no apoio à redistribuição. Já no Modelo 3, a relação negativa entre *renda futura* e *apoio à redistribuição* se mantém e não é estatisticamente significativa.

No que concerne à variável *ideologia*, os três modelos convergem em seus resultados, indicando que quanto mais a direita há decréscimos no *apoio à redistribuição*. Este padrão é estatisticamente significativo em todos os modelos. Em contraste, a variável *idade* apresenta um comportamento heterogêneo entre os modelos: nos Modelos 1 e 3, a relação não é estatisticamente significativa no apoio à redistribuição; e no Modelo 2, um aumento na idade correlaciona-se a uma queda no apoio.

A análise também revela que, nos três modelos, o fato de ser mulher está positivamente associado a um maior *apoio à redistribuição*, relação esta que se mostra estatisticamente significativa. As variáveis de controle *conexão pessoas* e *conexão política* também exibem uma relação positiva e significativa com o *apoio à redistribuição* em todos os modelos analisados. Assim, aqueles que enfatizam a relevância de conhecer as pessoas certas também apoiam uma redistribuição de renda mais justa. Já a associação entre *conexão política* e *apoio à redistribuição* pode estar ligada a uma forma do indivíduo compensar a distribuição injusta atrelada as conexões políticas com maior apoio à redistribuição (Druckman; Lupia, 2000).

Adicionalmente, a percepção de uma *distribuição justa* é inversamente proporcional ao *apoio à redistribuição* em todos os cenários. Esta possui coeficiente (-0.55) mais elevado que a variável independente, *renda futura*, e as demais variáveis de controle utilizadas. Isto é, quanto mais as pessoas percebem a distribuição de renda como justa, menor a probabilidade de apoiar a redistribuição.

Esse resultado demonstra que o poder preditivo da percepção de justiça pode ser mais saliente que a perspectiva futura de melhoria de renda. Ademais, contribui para a discussão da nossa hipótese principal: o papel da percepção de justiça no apoio à redistribuição de renda. De certa forma, considerar a distribuição de renda de forma justa na sociedade em que vive pode ter diversos motivos, mas, conforme o Modelo 1, isso tem influência no apoio à redistribuição.

Já com relação às variáveis *confiança política*, *confiança social* e *apoio à redistribuição*, o Modelo 2 revela que um aumento na confiança política leva a uma redução no apoio à redistribuição. Por outro lado, no Modelo 3, a *confiança social* não é estatisticamente significativa. No contexto dos efeitos condicionais, destaca-se que a combinação entre *renda*

*futura e confiança política* no Modelo 2 tem efeito negativo e significativo, enquanto a interação com "Confiança Social" no Modelo 3 é negativo, contudo, não é significativo estatisticamente.

Ou seja, a associação apresentada apenas pela análise dos coeficientes indica que na medida que cresce a confiança interpessoal dos indivíduos aumenta a probabilidade de apoio à redistribuição de renda. Além disso, o termo interativo da confiança social no modelo não apresenta significância estatística.

Na sequência, para testar as principais hipóteses dessa tese, no Modelo 4 (Tabela 2) apresento o argumento discutido previamente nos capítulos anteriores sobre o efeito da percepção de justiça — mensurada pelas crenças meritocráticas — no apoio à redistribuição (H2a e H2b).

Primeiramente, o intercepto, ou valor esperado da variável dependente quando todas as variáveis independentes são iguais a zero, se mostrou estatisticamente significantes nos três modelos da Tabela 2. No Modelo 4, inicio a regressão linear multinível entre a variável independente, *agência*, e a variável dependente, *apoio à redistribuição*. Os achados apontam uma relação negativa, mas não estatisticamente significativa. O sinal negativo da variável *agência*, vis-à-vis *apoio à redistribuição*, indica a relação esperada: à medida que os indivíduos dão importância ao esforço individual, a agência reduz o apoio à redistribuição.

Nos Modelos 5 e 6 utilizo as mesmas variáveis do Modelo 4, acrescidos de duas variáveis com efeito moderador, *confiança política* e *confiança social*, respectivamente. Os resultados do Modelo 5 indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre *agência* e *apoio à redistribuição*. Já no Modelo 6 a relação se mantém positiva, contudo, não apresenta níveis convencionais de significância no apoio à redistribuição.

No que concerne à variável *ideologia*, os três modelos convergem em seus resultados, indicando que quanto mais a direita há decréscimos no *apoio à redistribuição*. Este padrão é estatisticamente significativo em todos os modelos. Contrariamente, a variável de controle *idade* é estatisticamente significativa em nenhum dos modelos.

A análise também revela que, nos três modelos, o fato de ser mulher está positivamente associado a um maior *apoio à redistribuição*, relação esta que se mostra estatisticamente significativa. As variáveis de controle *conexão pessoas* e *conexão política* também exibem uma relação positiva e significativa com o *apoio à redistribuição* em todos os modelos analisados, (p valor: 0.05).

No que tange à variável de controle *distribuição justa*, todos os modelos apontam uma relação negativa e estatisticamente significativa: uma maior percepção da distribuição justa da renda está inversamente relacionada ao *apoio à redistribuição*.

Para principal hipótese (H2a) do meu argumento aqui proposto nessa tese, apresento os modelos 5 e 6 em que é inserido o termo interativo confiança política e social, respectivamente. Ao adicionar o termo interativo da confiança política no modelo, obtenho os seguintes resultados: a agência por si passa a ter uma relação positiva, o que indica que à medida que aumenta a percepção da importância do esforço individual também há um maior apoio à redistribuição de renda. Além disso, o termo condicional da confiança política indica uma relação negativa e estatisticamente significativa vis-à-vis o efeito da agência na variável dependente. Isto é, conforme a magnitude e o sinal dos coeficientes, o efeito moderador da confiança sobre agência reduz o apoio à redistribuição. Em outras palavras, dado o aumento do nível de confiança política, na medida que os indivíduos percebem a maior importância da agência na melhoria de vida, há uma redução no apoio à redistribuição de renda.

Quando utilizo a confiança social como termo interativo, o modelo não apresenta significância estatística. Mas, além disso, o efeito moderador da confiança social na agência possui efeito negativo no apoio à redistribuição, conforme proposto na H2a.

Em suma, os achados aqui apontam que a confiança, mensurada como confiança política, possui efeito condicional na relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. Dessa forma, segundo essa primeira análise dos coeficientes, a renda futura e a percepção de justiça têm influência no apoio à redistribuição, em cenários de confiança política. Contudo, para interpretar o efeito dessas interações e chegar a resultados conclusivos sobre as hipóteses aqui propostas, utilizo *simple slope analysis*. Na seção seguinte apresento os efeitos marginais dos termos interativos dos modelos 2, 3,5 e 6.

Tabela 1– Modelos de Regressão Linear Multinível

Variável dependente – Apoio à redistribuição									
	Modelo 1. Efeito da renda futura			Modelo 2. Efeitos Interativos -Confiança Política			Modelo 3. Efeitos Interativos -Confiança social		
	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%
<b>Efeitos fixos</b>									
(Intercepto)	5.330***	0.108	5.118,5.542	5.377***	0.121	5.139,5.614	5.295***	0.144	5.013 – 5.576
Renda futura	-0.040***	0.006	-0.051, -0.028	0.020	0.012	-0.003, 0.043	-0.032**	0.016	-0.064 – -0.000
Ideologia	-0.090***	0.008	-0.107,-0.074	-0.085**	0.008	-0.102, -0.069	-0.090	0.009	-0.107 – -0.074
Idade	-0.001	0.001	-0.002,0.001	-0.002**	0.001	-0.003, -0.001	-0.001	0.001	-0.002 – 0.001
Gênero[mulher]	0.028**	0.013	0.002,0.054	0.028**	0.013	0.003,0.053	0.030**	0.013	0.004 – 0.057
Raça	-0.009	0.010	-0.029, 0.011	-0.014	0.010	-0.034, 0.006	-0.009	0.010	-0.029 – 0.011
Conexão pessoas	0.047***	0.012	0.023,0.070	0.032**	0.012	0.009,0.055	0.046***	0.012	0.023 – 0.069
Conexão política	0.028**	0.011	0.006,0.049	0.030**	0.011	0.009, 0.051	0.026**	0.011	0.004 – 0.048
Contato pobres	0.005	0.006	-0.007,0.017	0.008	0.006	-0.004 – 0.020	0.006	0.006	-0.007 – 0.018
Contato ricos	-0.001	0.006	-0.014, 0.011	-0.003	0.006	-0.015 – 0.009	-0.001	0.006	-0.013 – 0.012
Distribuição justa	-0.548***	0.017	-0.581, -0.515	0.455***	0.017	-0.488, -0.422	-0.546***	0.017	-0.579 – -0.513
Conf política				-0.089**	0.034	-0.156 – -0.023			
Conf social							0.009	0.040	-0.069 – 0.088
Renda futura*Conf política				-0.025***	0.005	-0.035 – -0.014			
Renda futura*Conf social							-0.003	0.006	-0.015 – 0.009
<b>Efeitos aleatórios</b>									
Variância residual	0.94			0.88			0.94		
Variância individual	0.05			0.04			0.05		
ICC	0.05			0.04			0.05		
N	16			16			16		
Observações	9467			9284			9388		
Marginal R2 /	0.158 /			0.207 /			0.158 /		
Condicional R2	0.204			0.241			0.203		
Deviance	26288.860			25174.180			26083.683		
AIC	26399.648			25305.655			26213.315		

Legenda: p < 0.1, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Tabela 2 – Modelos de Regressão Linear Multinível

Variável dependente – Apoio à redistribuição									
	Modelo 4. Efeito da percepção de justiça			Modelo 5. Efeitos Interativos -Confiança Política			Modelo 6. Efeitos Interativos -Confiança social		
	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%
<b>Efeitos fixos</b>									
(Intercepto)	5.090***	0.107	4.881 – 5.299	5.279***	0.132	5.021, 5.537	5.060***	0.169	4.729, 5.391
Agência	-0.007	0.011	-0.028 – 0.015	0.054**	0.024	0.008,0.101	0.006	0.034	-0.061, 0.073
Ideologia	-0.089***	0.008	-0.106 – -0.073	-0.085	0.008	-0.101,-0.069	-0.090***	0.008	-0.106 , -0.073
Idade	0.000	0.001	-0.001 – 0.002	-0.001	0.001	-0.002, 0.000	0.001	0.001	-0.001, 0.002
Gênero[mulher]	0.026**	0.013	0.002 – 0.051	0.028**	0.012	0.004 ,0.052	0.028**	0.013	0.003, 0.054
Raça	-0.007	0.010	-0.027 – 0.012	-0.013	0.010	-0.033, 0.006	-0.008	0.010	-0.028, 0.012
Conexão pessoas	0.043***	0.012	0.020 – 0.065	0.028**	0.011	0.006, 0.051	0.043***	0.012	0.020, 0.066
Conexão política	0.031**	0.011	0.010 – 0.053	0.032**	0.011	0.011 , 0.053	0.029**	0.011	0.007,0.051
Contato pobres	0.005	0.006	-0.007 – 0.017	0.008	0.006	-0.004,0.019	0.006	0.006	-0.006, 0.018
Contato ricos	-0.001	0.006	-0.013 – 0.011	-0.003	0.006	-0.015, 0.009	-0.000	0.006	-0.012,0.012
Distribuição justa	-0.563***	0.016	-0.594 – -0.531	-0.460***	0.016	-0.492, -0.428	-0.559***	0.016	-0.591, -0.527
Conf política				-0.131	0.042	-0.214, -0.048			
Conf social							0.009	0.053	-0.094, 0.113
Agência*Conf política				-0.030**	0.011	-0.051,-0.010			
Agência*Conf social							-0.006	0.013	-0.032 , 0.020
<b>Efeitos aleatórios</b>									
Variância residual	0.95			0.89			0.95		
Variância individual	0.06			0.04			0.06		
ICC	0.06			0.04			0.06		
N	16			16			16		
Observações	9916			9720			9826		
Marginal R2 /	0.147 /			0.198 / 0.232			0.147 /		
Condiciona R2	0.195						0.194		
Deviance	27659.781			26471.133			27415.545		
AIC	27769.629			26600.309			27542.790		

Legenda: p < 0.1, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

Fonte: Elaboração da autora (2022).

### 6.3 EFEITOS CONDICIONAIS DA CONFIANÇA

Termos interativos são utilizados nas Ciências Sociais para testar se os efeitos da variável independente na variável dependente são condicionados a variável moderadora (Bauer; Curran, 2005). Em outras palavras: “qual a relação de X em Y dado os valores de W?”. O efeito condicional não possui interpretação linear e, por isso, deve ser examinado com base nos efeitos marginais, uma vez que não se pode inferir sobre efeito condicional através apenas de seus parâmetros e significância estatística (Bates et al., 2015).

Desse modo, nessa seção apresento os efeitos marginais dos termos interativos presentes nos Modelos 2,3,5 e 6, uma vez que em tais modelos foram adicionados a variável moderadora, confiança política e social. A estratégia que adotei para analisar o efeito condicional da variável confiança tem duas etapas: i) a plotagem da relação dos parâmetros dos modelos; e ii) plotagem do efeito condicional da confiança com cálculo da interação da variável independente em cada condição da variável moderadora. Utilizo para isso, o pacote *interplot* que contém ferramentas de visualização para mudanças no coeficiente de uma variável em um termo interativo.

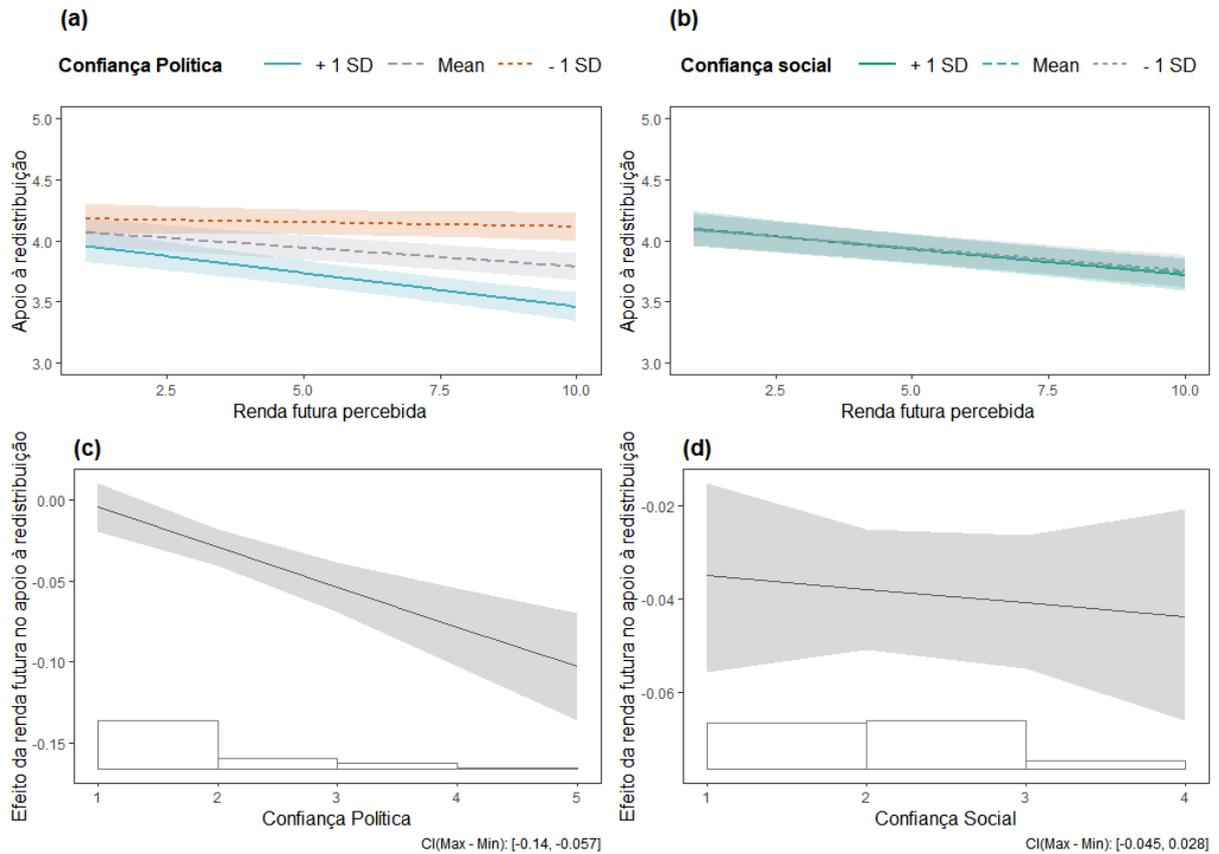
Recapitulando, a variável condicional confiança foi mensurada de duas formas: confiança política e confiança social, onde (1) significa baixa confiança e (5 ou 4, respectivamente) alta confiança. No Gráfico 16, a seguir, apresento os efeitos marginais da renda percebida futura sobre o apoio à redistribuição dado os níveis de nenhum ou muita confiança.

Realizei *simple slope analysis* e confirmando a hipótese 2, a relação entre renda futura percebida e o apoio à redistribuição do governo foi moderada tanto pela confiança social quanto pela confiança política. No Gráfico 10, os resultados indicam que a associação entre renda futura e apoio à redistribuição foi negativa e não significativa para aqueles que confiavam menos nos políticos em reduzir a desigualdade no governo (ou seja, — 1 SD, Painel A), onde  $b = -0.006$ ,  $SE = .0007$ ,  $t = 0.88$ ,  $p = .379$ . Já para aqueles que confiam mais no governo (+1SD) a relação foi significativa e negativa, onde  $b = -0.056$ ,  $SE = .0008$ ,  $t = 6.867$ ,  $p = .000$ .

O mesmo teste foi realizado para o efeito condicional da variável confiança social e o efeito negativo entre as categorias de confiança social na relação da renda futura e apoio à redistribuição foi praticamente o mesmo (Painel B). O parâmetro da inclinação da renda futura quando indivíduos confiam menos uns nos outros (-1SD) foi de  $b = -0.038$ ,  $SE = .0008$ ,  $t = 6.867$ ,  $p = .000$ . Já para aqueles que confiam mais (+1SD), os resultados foram de  $b = -0.044$ ,  $SE = .0008$ ,  $t = -5.258$ ,  $p = .000$ . O efeito da renda futura no apoio à redistribuição em função da confiança política e social são mostrados na Figura 1. Painel C e Painel D, respectivamente.

Vale notar a amplitude do intervalo de confiança, que não nos permite inferir tal causalção. Entretanto, em ambos os casos, os efeitos da confiança política e social atenuaram a relação entre renda futura percebida e o apoio à redistribuição.

Gráfico 10 - Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da renda futura



Legenda: *Slopes* da renda percebida no apoio à redistribuição nos diferentes níveis de confiança política (Painel A) e confiança social (Painel B), bem como o efeito estimado da renda percebida no apoio à redistribuição moderado pela confiança política (Painel C) e confiança social (Painel D).

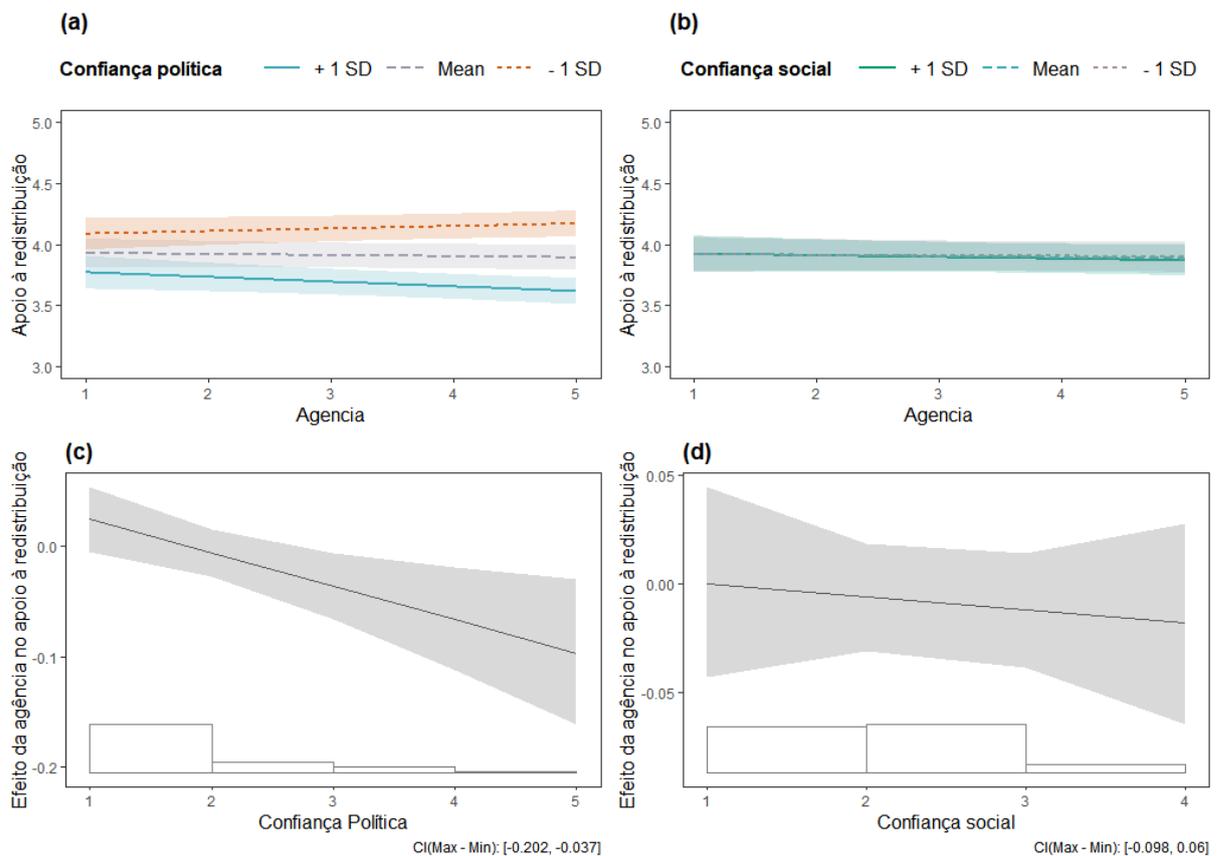
Fonte: Elaboração da autora (2022).

No Gráfico 11, realizo a mesma estratégia analítica com os efeitos marginais das principais hipóteses dessa tese. Primeiramente, analiso o efeito condicional da variável confiança política e social na relação da agência e apoio à redistribuição. O parâmetro da inclinação da agência quando indivíduos confiam menos nos políticos foi positivo e não significativo (-1SD) foi de  $b = 0.020$ ,  $SE = .0014$ ,  $t = 1.373$ ,  $p = .170$ . Já para aqueles que confiam mais (+1SD), o parâmetro foi negativo e significativo  $b = -0.041$ ,  $SE = .0016$ ,  $t = -2.576$ ,  $p = .010$ . A confiança política como efeito condicionante indica a relação negativa esperada. Ou seja, aqueles que confiam mais que os políticos estão comprometidos em reduzir a desigualdade, o efeito da agência no apoio à redistribuição é negativo.

Quando utilizo a confiança social como variável moderadora, o efeito negativo entre as categorias de confiança social na relação da renda futura e apoio à redistribuição foi praticamente o mesmo e não significativo (Painel B). O parâmetro da inclinação da agência quando indivíduos confiam menos uns nos outros (-1SD) foi de  $b = -0.004$ ,  $SE = .0015$ ,  $t = -0.286$ ,  $p = .775$ . Já para aqueles que confiam mais (+1SD), os resultados foram de  $b = -0.015$ ,  $SE = .0016$ ,  $t = -0.932$ ,  $p = .351$ . O efeito da agência no apoio à redistribuição em função da confiança política e social são mostrados na Figura 1, Painel C e Painel D, respectivamente.

Algumas ressalvas para esse achado é que, conforme demonstrado no Gráfico 11, o intervalo de confiança se torna maior conforme a inclinação da reta. O que denota que apesar da significância estatística, o número de observações nas últimas categorias da variável condicional limita tais achados.

Gráfico 11- Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da agência



Legenda: *Slopes* da renda percebida no apoio à redistribuição nos diferentes níveis de confiança política (Painel A) e confiança social (Painel B), bem como o efeito estimado da renda percebida no apoio à redistribuição moderado pela confiança política (Painel C) e confiança social (Painel D).

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Em suma, os resultados apresentados nessa seção foram consistentes com as hipóteses H1 e H2a. De fato, confiança sugere efeito moderador tanto na relação da renda futura com apoio à redistribuição (H1), quanto da relação da agência com a mesma variável dependente (H2a).

Os achados, a partir do efeito da inclinação, demonstram que a interação de confiança política e social com a renda futura possui efeito negativo e significativo no apoio à redistribuição de renda. Dessa forma, na medida que os indivíduos confiam mais nos políticos ou confiam mais uns nos outros, a percepção de melhoria da renda futura reduz o apoio à redistribuição. Tais resultados corroboram com os achados de Rueda et al. (2020) sobre o papel da renda futura no apoio à redistribuição de renda. Também complementa a abordagem trazida pelos autores, ao trazer novos desdobramentos sobre o efeito moderador da confiança política e social em seus resultados.

Dado que a confiança possui efeito moderador nas causas do apoio à redistribuição, ao testar a hipótese principal dessa tese, os resultados acima foram limitados. Conforme, os resultados encontrados a partir do efeito da inclinação da variável moderadora, apenas aqueles que confiam mais nos políticos tiveram efeito condicional negativo e significativo sobre a agência. Ou seja, em cenários de muita confiança política, as crenças sobre esforço individual (agência) levam a um menor apoio à redistribuição de renda. Tanto para aqueles que confiam menos nos políticos, quanto quando a confiança é mensurada a partir da confiança social, a associação não apresenta níveis convencionais de significância estatística.

Dessa forma, estendo minha análise ao capítulo 7, a fim de compreender se os resultados até aqui encontrados se confirmam e a fim de expandir a minha análise para testar também a hipótese H2b.

## 7 WORLD VALUES SURVEY

As evidências encontradas no capítulo anterior confirmam que o efeito da percepção de justiça (agência) sobre o apoio à redistribuição de renda é condicionado à confiança política dos indivíduos. Contudo, tal efeito só foi confirmado estatisticamente entre aqueles que confiam mais nos políticos. Não faço uma afirmação causal aqui, mas acrescento resultados complementares acerca de sob quais condições há maior demanda por redistribuição.

Neste capítulo, a fim de entender se tais percepções foram constantes na última década e a fim de testar a hipótese H2a, utilizo a base de dados o *World Values Survey*. Aqui vale algumas especificações acerca do uso desse banco de dados alternativo. As perguntas utilizadas para mensurar as variáveis do modelo não apresentam a mesma estrutura, levando os achados dessa seção como complementares e não como teste de robustez ao do capítulo 6. Assim, estabeleço sete modelos para o teste das 3 hipóteses já mencionadas no capítulo 5 com série temporal desde 2010 até 2020 para 71 países ao redor do mundo. Neste capítulo incorporo mais dois modelos, uma vez que foi possível identificar perguntas que englobem tanto o poder de agência quanto a igualdade de oportunidades presentes na percepção de justiça dos indivíduos.

No que tange a mensuração das variáveis adoto um conjunto de perguntas do WVS, presentes no quadro 2, que podem ser englobadas em variáveis para mensuração do apoio à redistribuição (variável dependente), para mensuração da percepção de justiça (variável independente), para mensuração da confiança (termo interativo) e as variáveis de controle.

### *Apoio à redistribuição*

Para a variável dependente utilizo a informação a partir do questionamento ao respondente se ele concorda com afirmação de que os governos devem tributar os ricos e dar subsídios aos pobres é uma característica essencial da democracia. Tal pergunta, além de expor o papel redistributivo do governo, também a associa aos preceitos democráticos dos respondentes. As primeiras discussões na Economia Política sobre redistribuição de renda, como apresentado nos trabalhos anteriores, tiveram como pergunta de pesquisa entender quais razões levam a expansão do tamanho do governo nas democracias (Meltzer; Richard, 1981). Além disso, ampla literatura foi desenvolvida na Ciência Política a fim de entender quais efeitos as instituições democráticas possuem para que países redistribuam mais que outros (Iversen; Soskice, 2006).

### *Percepção de justiça (agência e igualdade de oportunidades)*

Para variável independente percepção de justiça utilizo duas perguntas a fim de mensurar as percepções dos indivíduos quanto a agência e a igualdade de oportunidades. Ambas

possuem a mesma estrutura de escala da variável dependente. Isto é, os respondentes são questionados em qual dos pontos da escala concordam mais: “a longo prazo, trabalho duro geralmente torna a vida melhor” versus “Trabalho duro geralmente não leva ao sucesso — é mais uma questão de sorte e conexões”. Nos dados do ISSP, o extremo oposto ao trabalho duro, ou seja, conexões e sorte, são colocados como controle ao modelo. Para os dados do WVS<sup>17</sup>, o extremo oposto consta na própria variável em que será codificado como nenhuma concordância com o papel da agência na melhoria de vida. Já a mensuração de igualdade de oportunidades a partir do questionamento ao respondente, uma escala de concordância em se as pessoas devem tomar mais responsabilidade em prover a si mesmas ou o isso seria responsabilidade governo. Tal pergunta é a principal *proxy* utilizada nos estudos de apoio à redistribuição (Alesina; Angeletos, 2005) e aqui foi reordenada a fim de atribuir a assertiva da responsabilidade individual como nenhum apoio à redistribuição e responsabilidade do governo como muito apoio à redistribuição.

#### *Confiança política e social*

No que tange ao termo interativo confiança, utilizo duas formas de mensuração, uma para captar a confiança política e outra para captar confiança social. No que tange a pergunta referente a confiança política, esta apenas codifica a confiança no governo, o que pode levar os respondentes a incorrer que o nível de confiança é sobre o incumbente e não a atuação do governo no geral. Já a confiança social apresenta a mesma estrutura da variável utilizada no ISSP.

#### *Renda percebida*

Além disso, vale destacar que a base de dados do WVS para a 6.º e 7.º onda não apresenta perguntas em comum acerca da renda futura. Dessa forma, foi utilizada a pergunta sobre renda percebida.

#### *Variáveis de controle*

Utilizo como variáveis de controle um conjunto de variáveis sobre características individuais comumente utilizadas em análises de preferências por redistribuição, tais como, gênero do respondente, ideologia, idade, renda percebida e religião.

---

<sup>17</sup> No Apêndice B apresento a matriz de correlação

Quadro 2 - Variáveis de WVS

Survey	Variável	Pergunta	Categorias
World Values Survey (6° e 7° onda)	Apoio à redistribuição	Democracia: Governos devem tributar os ricos e subsidiar os pobres	10 categorias, onde 1= <i>não é uma característica essencial a democracia</i> 10= <i>É uma característica essencial a democracia</i>
	Confiança política	Vou citar várias organizações. Para cada um, você poderia me dizer quanta confiança você tem neles: Governo	4 categorias, onde 1 = <i>Muita</i> , e 4= <i>Nenhuma</i>
	Confiança social	Maioria das pessoas podem ser confiáveis?	2 categorias, onde 1 = <i>Maioria das pessoas podem ser confiáveis</i> , 2= <i>É preciso ter muito cuidado</i>
	Percepção de justiça – igualdade de oportunidades	Agora, gostaria que você dissesse a sua opinião sobre várias questões. Qual seu ponto de vista sobre essa escala? 1 significa que você concorda inteiramente com a declaração a esquerda; 10 significa que você concorda inteiramente com a declaração a direita; e se a sua opinião cai em algum lugar no meio, você pode escolher qualquer número entre os extremos.	10 categorias, onde 1= <i>As pessoas devem tomar mais responsabilidade para prover para si mesmos</i> e 10= <i>O governo deveria tomar mais responsabilidade para assegurar que todos sejam providos</i>
	Percepção de justiça – agência	“(1)A longo prazo, trabalho duro geralmente torna a vida melhor” versus “Trabalho duro geralmente não leva ao sucesso- é mais uma questão de sorte e conexões”	10 categorias, onde 1= <i>A longo prazo, trabalho duro geralmente torna a vida melhor</i> e 10= <i>Trabalho duro geralmente não leva ao sucesso- é mais uma questão de sorte e conexões</i>
	Gênero	Sexo	1-masculino; 2- feminino
	Renda percebida	Nível de renda	1= <i>mais baixo nível</i> a 10= <i>décimo nível</i>
	Ideologia	Auto posicionamento na escala política	1= <i>esquerda</i> , 2= <i>direita</i>
Religião	É uma pessoa religiosa?	1= <i>sou uma pessoa religiosa</i> ; 2= <i>não sou uma pessoa religiosa</i> e 3= <i>ateu</i>	

Fonte: Elaboração da autora (2022).

## 7.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A partir dos dados do WVS para a 6<sup>o</sup> e 7<sup>a</sup> onda, desenvolvo análise descritiva das variáveis de interesse para o teste de hipóteses aqui sugerido. Uma vez que o banco de dados é composto prioritariamente por variáveis categóricas ordinais, para essa seção apresento gráficos de dispersão com as médias das variáveis por país. Como destaque anteriormente, as variáveis tiveram suas categorias reordenadas<sup>18</sup> a fim de facilitar a interpretação dos modelos e a direção de efeito entre as variáveis. Dos Gráficos 12 ao 16 apresento mesma estratégia descritiva utilizada no capítulo 6 com a média das variáveis por onda para cada um dos 71 países.

Iniciando pela variável dependente, apoio à redistribuição, no Gráfico 12 destaco três comportamentos distintos de apoio à redistribuição: (1) países que apresentam um crescimento ascendente de apoio à redistribuição da 6.<sup>a</sup> onda para a 7.<sup>a</sup> onda, indicando maior apoio à redistribuição<sup>19</sup>; (2) países que a média do apoio à redistribuição se mantém estável<sup>20</sup> longo das ondas; (3) aqueles com queda na média do apoio à redistribuição<sup>21</sup>.

Ainda destaco que o Brasil e a Tailândia apresentam as menores médias na 7<sup>o</sup> onda do WVS. Em contrapartida, Bangladesh, Ucrânia, Rússia e Alemanha apresentam as maiores médias de apoio à redistribuição na mesma onda de pesquisa.

Tal amostra de países com variabilidade nos níveis de desigualdade possui heterogeneidade no apoio à redistribuição. Vale destacar que o crescimento ou redução do apoio à redistribuição de renda não necessariamente acompanha a oscilação da desigualdade dessas sociedades.

---

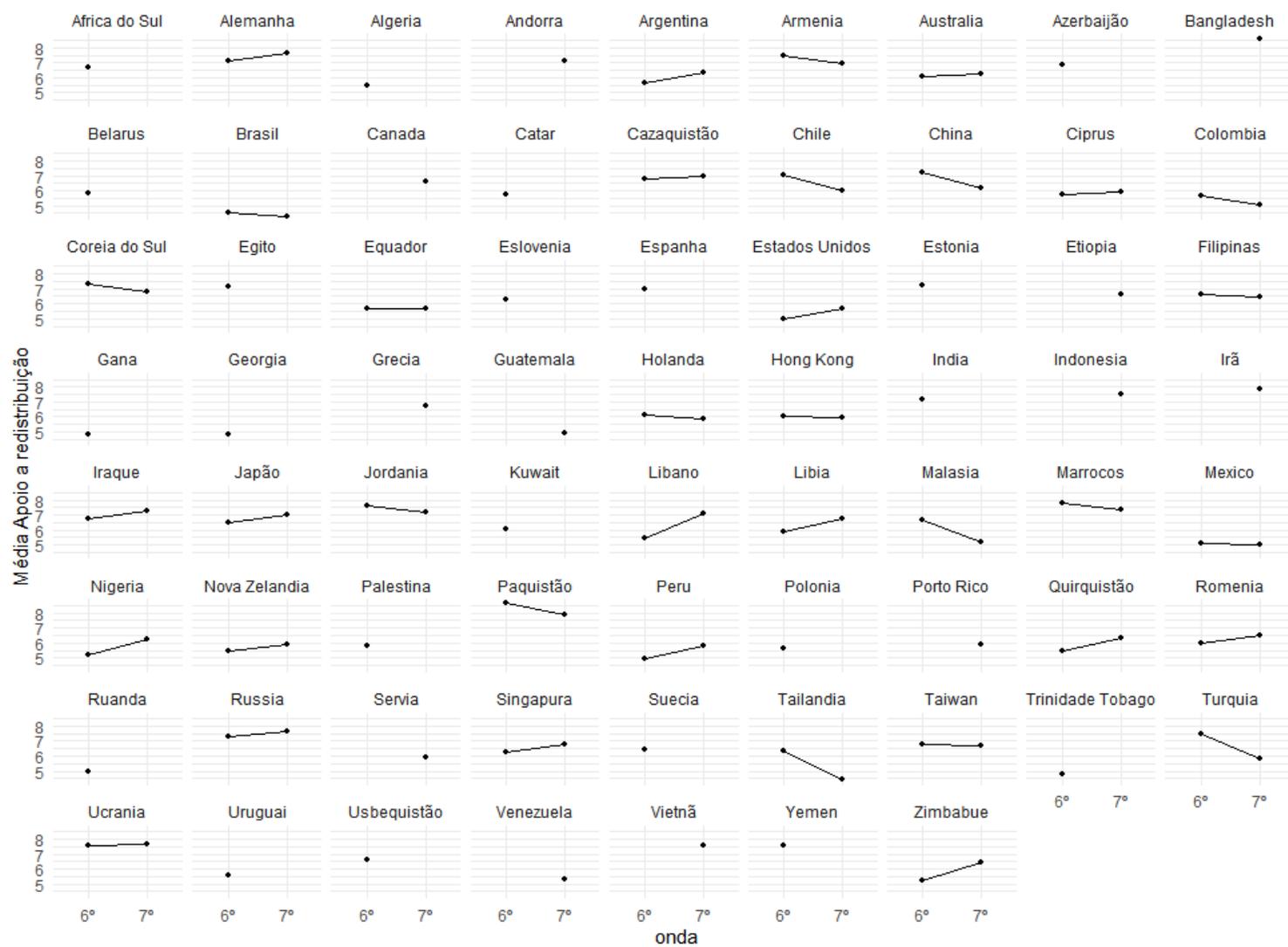
<sup>18</sup> Excetua-se a variável dependente apoio à redistribuição

<sup>19</sup> Argentina, Peru, Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Romênia, Japão, Iraque, Cazaquistão, Cingapura, Líbano, Líbia, Zimbábue, Nova Zelândia, Nigéria,

<sup>20</sup> Equador, Austrália

<sup>21</sup> Brasil, Chile, Holanda, Paquistão, Jordânia, Armênia, Coreia do Sul, China, Turquia, Malásia, Tailândia, Marrocos.

Gráfico 12- Média do apoio à redistribuição por país



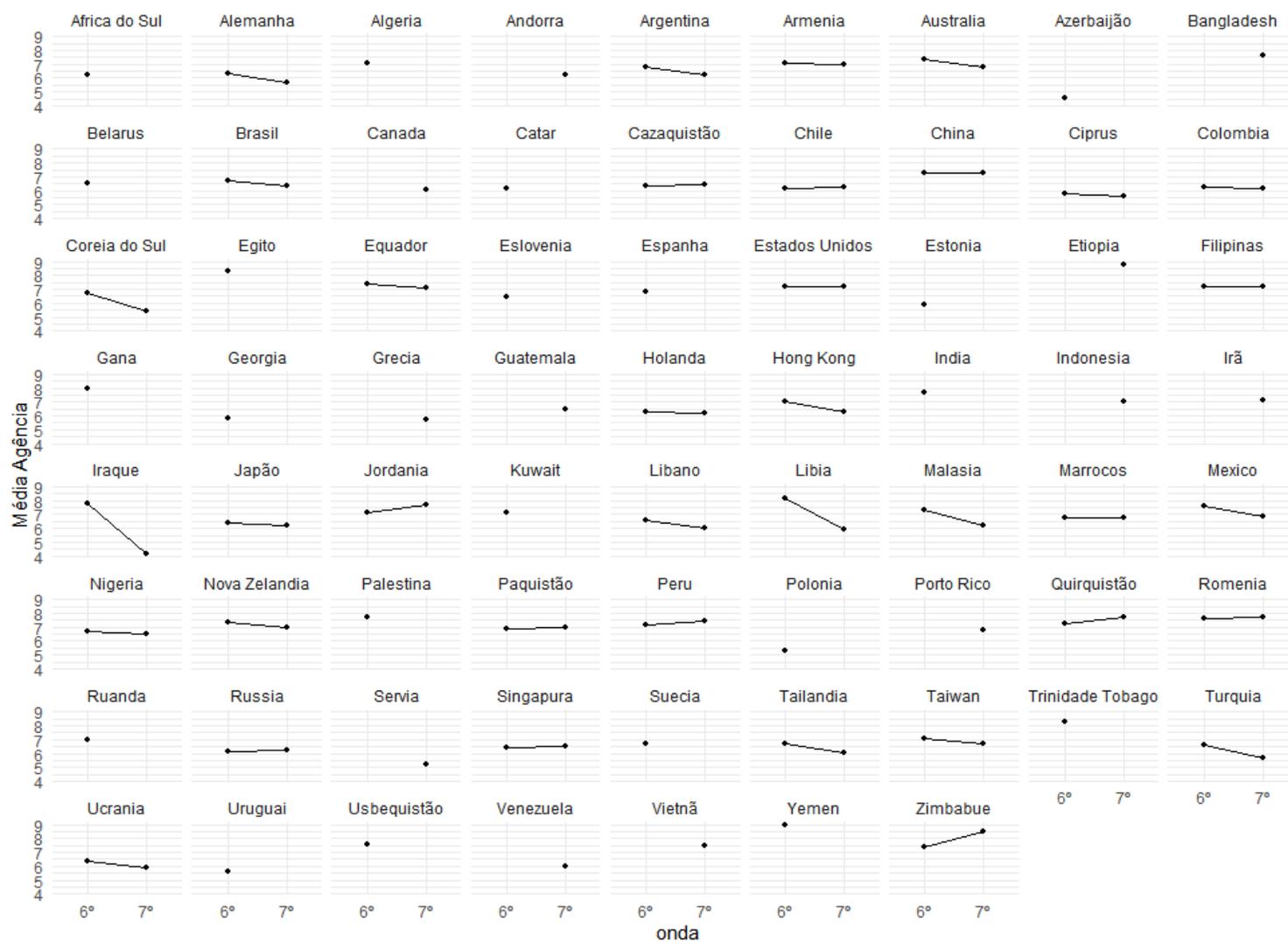
Fonte: Elaboração da autora (2022)

No que tange a variável independente, percepção de justiça, apresento a mesma disposição gráfica com a média da percepção de justiça por onda para cada um dos 71 países. Primeiramente no Gráfico 13, a maioria dos países possui médias superior a seis, o que indica que um viés nas respostas que o trabalho duro leva a melhoria de vida. Os países com as menores médias nas duas ondas são Azerbaijão, Uruguai e Iraque. Já Yemen, Trinidad e Tobago e Etiópia apresentam as maiores médias, com forte concordância com papel do trabalho duro.

Também destaco a média de tal variável para os Estados Unidos e os países europeus. Assim como Alesina e Angeletos (2005), pontuou há crenças distintas nesses dois exemplos: enquanto os países europeus possuem média reduzida e variável ao longo dos anos em concordar que o trabalho duro leva a melhoria de vida, os respondentes dos Estados Unidos possuem médias altas e praticamente estáveis no tempo para tal variável. Isto é, a crença do esforço individual na melhoria de vida é estável nesse país.

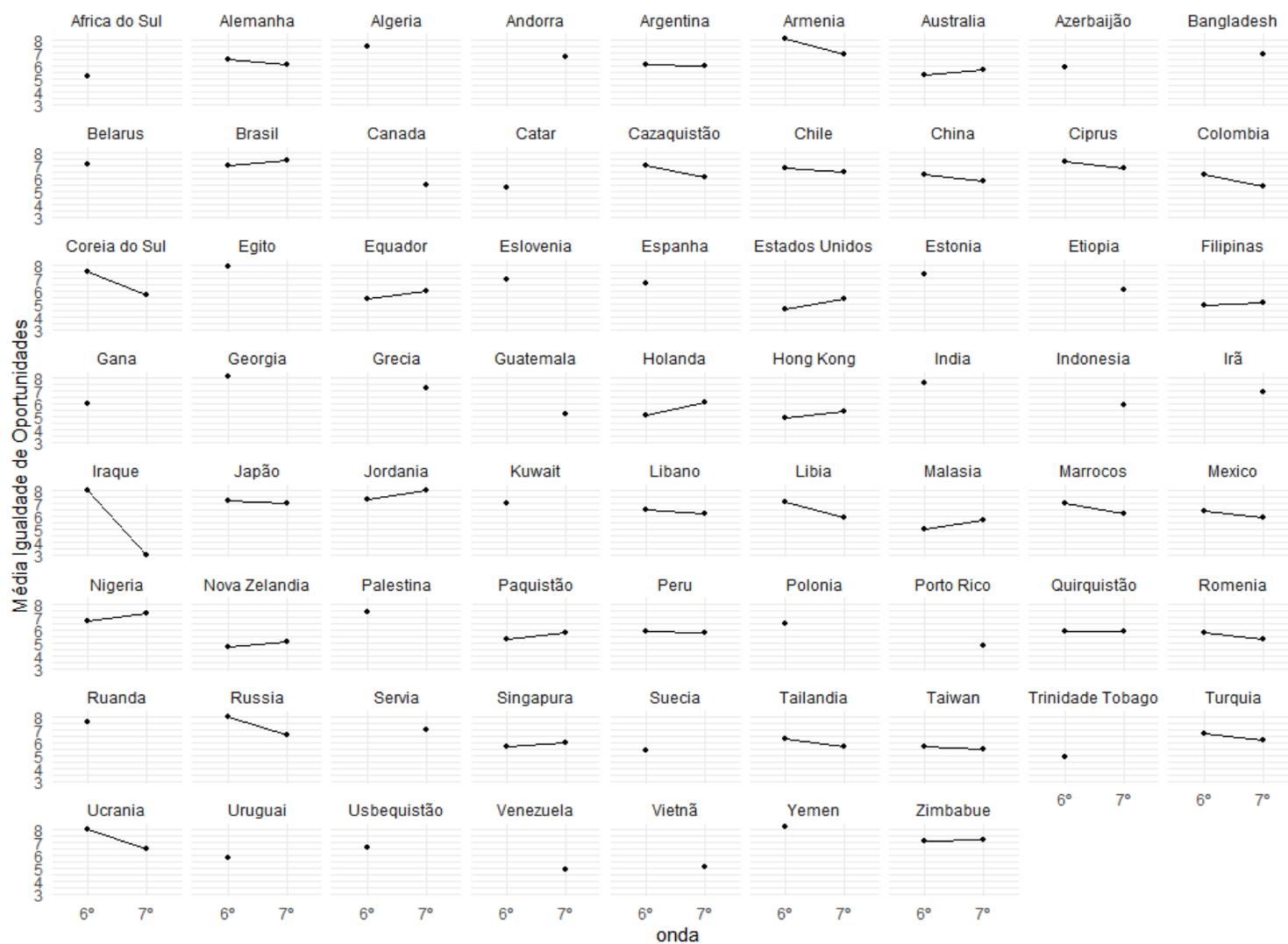
Logo em seguida, a codificação alternativa a percepção de justiça, no Gráfico 14, exponho a média da percepção de igualdade de oportunidades. A maioria dos países teve uma redução na média na última onda acerca da percepção de igualdade de oportunidades. Ou seja, a maioria dos respondentes passou a concordar menos na 7ª onda (2017 – 2022) de que é responsabilidade do estado de prover aos indivíduos. Em contrapartida, o Brasil, Zimbábue, Nigéria, Jordânia e Grécia são os países que apresentam maiores médias para essa afirmação.

Gráfico 13 - Média da percepção de agência por país



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Gráfico 14-Média da percepção de igualdade de oportunidades por país

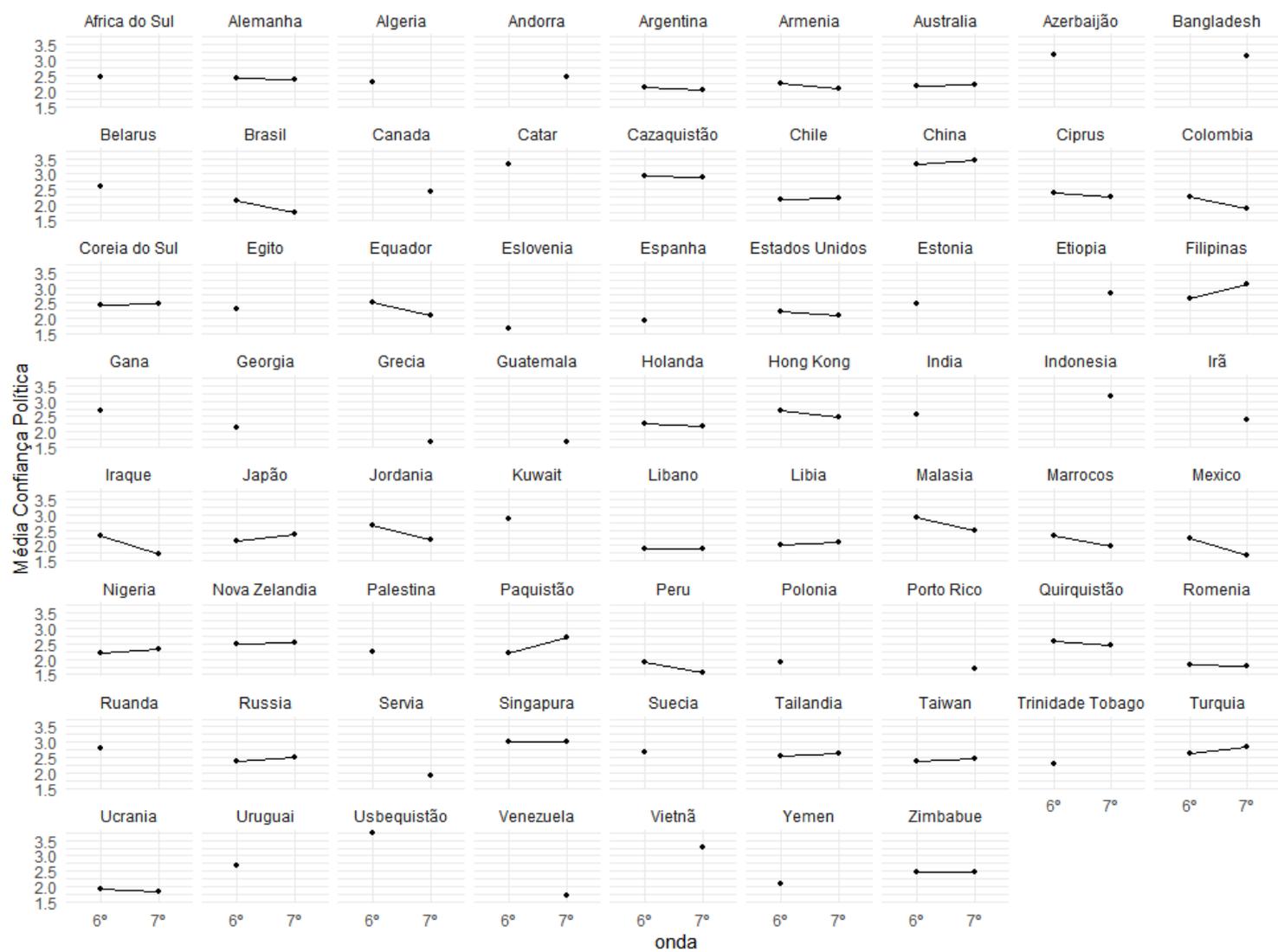


Fonte: Elaboração da autora (2022)

Já a variável confiança, mensurada através da confiança política, denota uma redução na média da confiança política nos países ao longo das ondas, conforme o Gráfico 15. Os países que apresentaram crescimento na média de confiança política foram Uruguai, Alemanha, Nigéria, Suécia e Nova Zelândia.

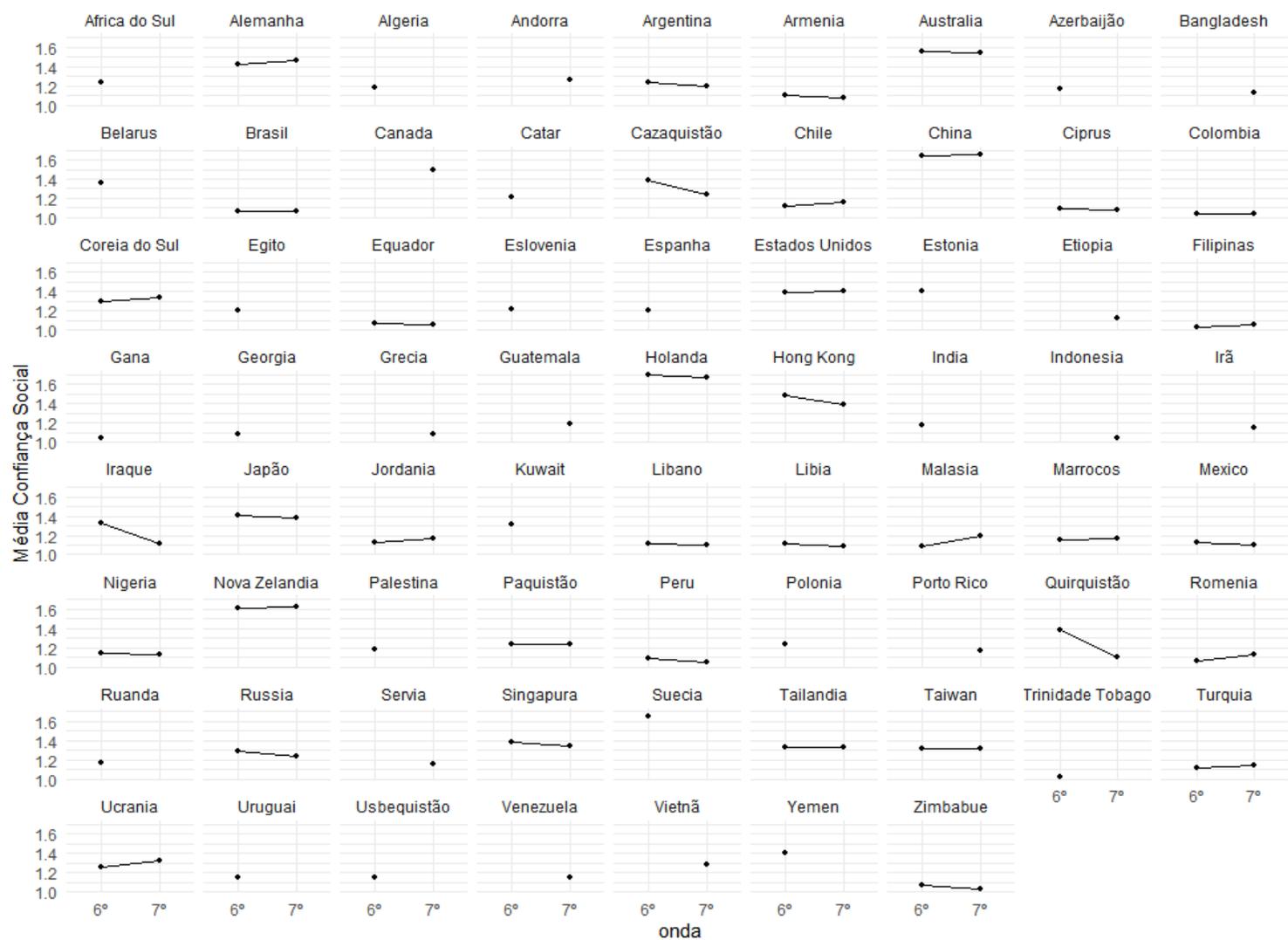
Para confiança social, presente no Gráfico 16, a média dos países entre as ondas permaneceu praticamente estável. É interessante notar que os países com maiores médias de confiança correspondem a Holanda, Suíça, China, Nova Zelândia, Austrália, Canadá e Alemanha. Já Trinidad e Tobago, Filipinas, Colômbia, Zimbábue, Gana, Indonésia, Brasil e Peru possuem médias próximas a 1 que correspondem a aqueles com nenhuma confiança social.

Gráfico 15-Média da Confiança Política por país



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Gráfico 16-Média da Confiança Social por país



Fonte: Elaboração da autora (2022)

## 7.2 ANÁLISE EMPÍRICA

Para testar a hipótese de que a confiança indica efeito moderador à relação de percepções de justiça vis-à-vis apoio à redistribuição, estimo oito modelos – Tabela 3, 4 e 5– de regressão multinível separados com a mesma variável de interesse, mas com diferentes preditores (agência e igualdade de oportunidades). Na primeira etapa dessas análises, estimo o efeito da renda percebida no apoio à redistribuição, moderada pela confiança política e social. Aqui o objetivo é entender a interação da confiança com outras causas do apoio à redistribuição.

Similarmente a sistemática adotada no capítulo 6, defini os modelos de apoio à redistribuição em função da renda percebida, percepção de justiça (agência e igualdade de oportunidades), confiança (política social) e adotei as variáveis de controle que mensuram crenças (ideologia) e características individuais (gênero do respondente, idade, raça e religião). Os três modelos apresentados possuem a correlação intraclasses (ICC) variando entre 0.76 e 0.77, o que significa que em torno de 77% da variação total no *apoio à redistribuição* é explicada pelas diferenças intergrupos.

Início com o Modelo 1, na Tabela 3, o qual testou os principais efeitos da renda percebida e a confiança política no apoio à redistribuição. Como pode ser visto, a relação negativa entre a renda percebida e apoio à redistribuição se mantém.

Em seguida, no Modelo 2 e 3, o coeficiente da variável independente, renda percebida, mantém o sinal negativo e estatisticamente significativo. Quando adiciono, respectivamente, as variáveis de confiança política e social em tais modelos, realizo o teste do efeito condicional na renda percebida. Entretanto, o coeficiente da interação entre confiança política e renda percebida torna-se positivo e significativo ( $p$  valor  $< 0.01$ ) no Modelo 2. Isto é, à medida que os indivíduos confiam mais no governo, o efeito da renda percebida sobre apoio à redistribuição é positivo. Já no modelo 3, apesar do parâmetro do efeito condicional não ser estatisticamente significativo, o aumento da renda percebida condicionada ao aumento da confiança social leva os indivíduos a apoiarem menos a redistribuição de renda.

Em resumo, notavelmente, a confiança política modera a relação entre renda percebida e apoio à redistribuição. Em contraste, a confiança social, quando interage com a renda percebida, não significância estatística. Os Modelos 5 ao 8, presentes na Tabela 4 e 5, estimam o efeito condicional das duas formas de mensurar confiança com as duas características inerentes a percepção utilitária da justiça.

Tabela 3 – Modelos de Regressão Linear Multinível

Variável dependente – Apoio à redistribuição									
Efeitos fixos	Modelo 1. Efeito da percepção de justiça			Modelo 2. Efeitos Interativos -Confiança Política			Modelo 3. Efeitos Interativos -Confiança social		
	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%
(Intercepto)	6.462***	0.120	6.227,6.696	6.446***	0.131	6.189, 6.702	6.460***	0.121	6.222,6.697
Renda percebida	-0.053***	0.004	-0.061,0.045	-0.078***	0.011	-0.099,-0.056	-0.054***	0.005	-0.064, -0.044
Ideologia	-0.018***	0.004	-0.025,0.011	-0.020***	0.004	-0.027, -0.013	-0.018***	0.004	-0.026, -0.011
Idade	0.034***	0.006	0.023,0.045	0.033	0.006	0.022,0.044	0.033***	0.006	0.022 – 0.045
Gênero [mulher]	-0.004	0.017	-0.038 – 0.029	-0.009	0.017	-0.043, 0.025	-0.005	0.017	-0.039,0.028
Religião	0.027	0.016	-0.004 – 0.058	0.032**	0.016	0.000,0.063	0.029	0.016	-0.003, 0.060
Conf política				0.012	0.023	-0.033,0.057			
Renda perc.*conf. Política				0.010**	0.004	0.001,0.018			
Conf. Social [confia]							0.055	0.054	-0.051, 0.161
Renda perc.* Conf. Social[confia]							-0.000	0.010	-0.019, 0.018
Efeitos aleatórios									
Variância residual	7.95			7.95			7.96		
Variância individual	25.95			25.38			25.76		
Variância intercepto ( $\tau_{11}$ pais.onda)	0.60			0.58			0.59		
Correlação inclinação intercepto( $\rho_{01}$ pais)	-0.99			-0.99			-0.99		
ICC	0.77			0.76			0.76		
N	64			64			64		
Observações	111365			109816			109547		
Marginal R2 /	0.001 /			0.001 /			0.001 /		
Condicional R2	0.762			0.766			0.762		
Deviance	758263.518			547365.074			539714.040		
AIC	758287.582			547427.379			539796.742		

Legenda: p < 0.1, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Já na Tabela 4, apresento no Modelo 4, os resultados da relação das variáveis independentes, agência e igualdade de oportunidades, no apoio à redistribuição. Ambas as variáveis apresentam significância estatística na relação com a variável dependente. Contudo, enquanto *agência* possui uma relação negativa, *igualdade de oportunidades* possui relação positiva.

Esses sinais se alteram quando adiciono efeito interativo da confiança nos modelos 5 e 6. No modelo 5, o efeito condicional do aumento da confiança política gera um coeficiente positivo de valores meritocráticos (*agência*) no apoio à redistribuição. Já o aumento da variável condicional confiança social produz coeficiente com sinal negativo (Modelo 6), apesar de não ser estatisticamente significante. À medida que aumenta a confiança social, a percepção da importância do esforço individual leva a redução do apoio à redistribuição. Os três modelos apresentados possuem a correlação intraclasse (ICC) de 0.77, o que significa que em torno de 77% da variação total no *apoio à redistribuição* é explicada pelas diferenças intergrupos.

No que tange ao Modelo 7, testo a relação da variável independente, *igualdade de oportunidades*, com *apoio à redistribuição* e adiciono efeito interativo da confiança. O efeito condicional do aumento da confiança política gera um coeficiente negativo e significante de da *igualdade de oportunidades* no apoio à redistribuição. Já no Modelo 8, a confiança social, como variável moderadora na igualdade de oportunidades apresenta efeito negativo e significante sobre o apoio à redistribuição. Dessa forma, as tabelas 4 e 5 evidenciam que a depender de como percepção de justiça for mensurada e confiança há resultados heterogêneos no apoio à redistribuição.

Contudo, esses resultados não são conclusivos. Conforme adiante no capítulo 6, essa seção foi importante para análise da magnitude e sinal dos coeficientes. Para compreender os reais efeitos dos termos interativos, na seção seguinte apresento os efeitos das categorias da variável condicional na estimativa da percepção de justiça no apoio à redistribuição.

Tabela 4 – Modelos de Regressão Linear Multinível

Variável dependente – Apoio à redistribuição									
Efeitos fixos	Modelo 4. Efeito da percepção de justiça			Modelo 5. Efeitos Interativos -Confiança Política			Modelo 6. Efeitos Interativos -Confiança social		
	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coefficiente	Erro padrão	IC – 95%
(Intercepto)	5.864***	0.119	5.630,6.097	6.337***	0.130	6.082, 6.593	6.297***	0.120	6.061,6.533
Agência	-0.030***	0.003	-0.037, -0.024	-0.040***	0.008	-0.055, -0.024	-0.015***	0.004	-0.022, -0.008
Igual oportunidades	0.076***	0.003	0.070,0.082						
Ideologia	-0.010**	0.004	-0.017, -0.003	-0.023***	0.004	-0.030,-0.016	-0.022***	0.004	-0.029, -0.014
Idade	0.042***	0.006	0.031,0.053	0.041***	0.006	0.030,0.052	0.042***	0.006	0.030,0.053
Gênero[mulher]	-0.007	0.017	-0.040, 0.027	-0.004	0.017	-0.038,0.029	-0.002	0.017	-0.035, 0.032
Religião	0.022	0.016	-0.009,0.053	0.025	0.016	-0.006,0.056	0.023	0.016	-0.008,0.054
Conf Política				0.007	0.023	-0.039, 0.052			
Conf social							0.265***	0.055	0.157,0.373
Agência* Conf. Política				0.007***	0.003	0.001,0.013			
Agência* Conf. Social							-0.034***	0.008	-0.049, -0.019
Efeitos aleatórios									
Variância residual	7.88			7.94			7.94		
Variância individual	25.88			25.72			26.05		
Variância intercepto ( $\tau_{11}$ pais.onda)	0.60			0.59			0.60		
Correlação inclinação intercepto( $\rho_{01}$ pais)	-0.99			-0.99			-0.99		
ICC	0.77			0.76			0.77		
N	64			64			64		
Observações	111674			110642			110307		
Marginal R2 /	0.002 /			0.000 / 0.764			0.000 / 0.767		
Condiciona R2	0.767								
Deviance	547927.553			543594.427			542065.232		
AIC	548002.313			543678.426			542065.232		

Legenda: p < 0.1, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Tabela 5 – Modelos de Regressão Linear Multinível

Variável dependente – Apoio à redistribuição						
Efeitos fixos	Modelo 7. Efeitos Interativos - Confiança Política			Modelo 8. Efeitos Interativos -social		
	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%	Coeficiente	Erro padrão	IC – 95%
(Intercepto)	5.236***	0.127	4.986 – 5.486	5.764***	0.118	5.533,5.996
Igual oportunidades	0.120***	0.008	0.105 – 0.135	0.056***	0.003	0.049, 0.062
Ideologia	-0.012**	0.004	-0.019 – 0.004	-0.009**	0.004	-0.016, -0.002
Idade	0.039***	0.006	0.028 – 0.050	0.041***	0.006	0.030, 0.052
Gênero[mulher]	-0.007	0.017	-0.041 – 0.026	-0.005	0.017	-0.038, 0.029
Religião	0.034**	0.016	0.003 – 0.065	0.029	0.016	-0.003, 0.060
Conf Política	0.186***	0.021	0.145 – 0.227			
Conf. Social Igual Oportunidades* Conf. Política Igual Oportunidades* Conf. Social	-0.020***	0.003	-0.026,- 0.014	-0.432***	0.048	-0.526, -0.337
				0.079***	0.007	0.065 – 0.093
Efeitos aleatórios						
Variância residual	7.90			7.90		
Variância individual	25.03			25.03		
Variância intercepto ( $\tau_{11}$ pais.onda)	0.57			0.58		
Correlação inclinação intercepto ( $\rho_{01}$ pais)	-0.99			-0.99		
ICC	0.76			0.76		
N	64			64		
Observações	110942			110609		
Marginal R2 / Condicional R2	0.002 / 0.760			0.002 / 0.761		
Deviance	544573.753			542898.328		
AIC	544657.970			542979.236		

Legenda: p < 0.1, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

Fonte: Elaboração da autora (2022)

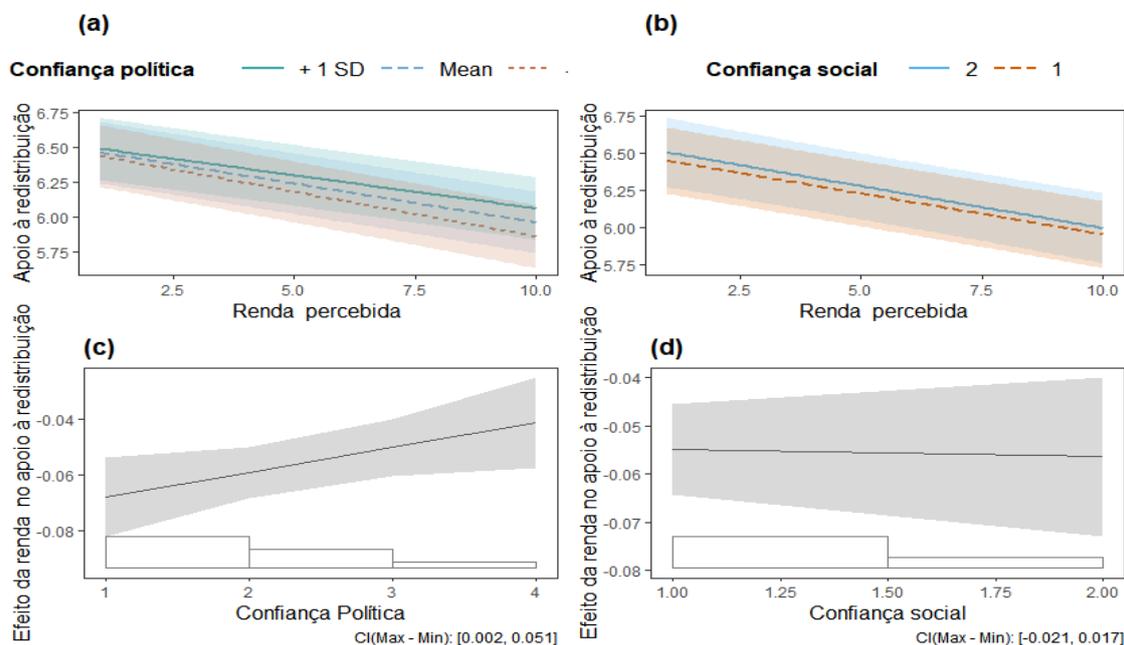
### 7.3 EFEITOS CONDICIONAIS DA CONFIANÇA

Por fim, seguindo a mesma estratégia analítica acerca do efeito condicional da confiança do capítulo 6, apresento nos Gráficos 17 ao 19, os efeitos marginais dos termos interativos presentes nos modelos 2,3,5,6,7 e 8. O objetivo se mantém, tais gráficos irão mostrar o efeito condicionante da variável confiança (política e social) da relação entre a variável dependente e independente.

Início pelo Gráfico 17 em que se analisa o efeito condicional da confiança na renda percebida. Realizei *simple slope analysis* e confirmando a H1, a relação entre *renda percebida* e o *apoio à redistribuição* foi moderada pela *confiança política*. Os resultados indicam que a associação entre renda percebida e apoio à redistribuição foi negativa para aqueles que confiavam menos no governo (ou seja, - 1 SD),  $b = -.064$ ,  $SE = .004$ ,  $t = -12.672$ ,  $p = .000$ , como também para que aqueles que confiam mais no governo (+ SD),  $b = -.047$ ,  $SE = .006$ ,  $t = -7.906$ ,  $p = 0.000$ . Enquanto isso, a associação foi significativa para aqueles que não confiam e confiam uns nos outros ( $\pm 1$  SD),  $b = -0.055$ ,  $SE = .005$ ,  $t = -10.891$ ,  $p = 0.000$  (ver Figura 1, Painel B).

Em suma, o efeito da renda vis-à-vis apoio à redistribuição, condicionado a confiança, é negativo e significativo. Assim, em ambos os casos, o efeito condicional da confiança atenuou a relação entre renda percebida e apoio à redistribuição. Como apresentado no Gráfico 17, Painel C e D, o efeito da renda no apoio à redistribuição praticamente se mantém estável entre as categorias de confiança social e política.

Gráfico 17- Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da renda percebida



Legenda: *Slopes* da renda percebida no apoio à redistribuição nos diferentes níveis de confiança política (Painel A) e confiança social (Painel B), bem como o efeito estimado da renda percebida no apoio à redistribuição moderado pela confiança política (Painel C) e confiança social (Painel D).

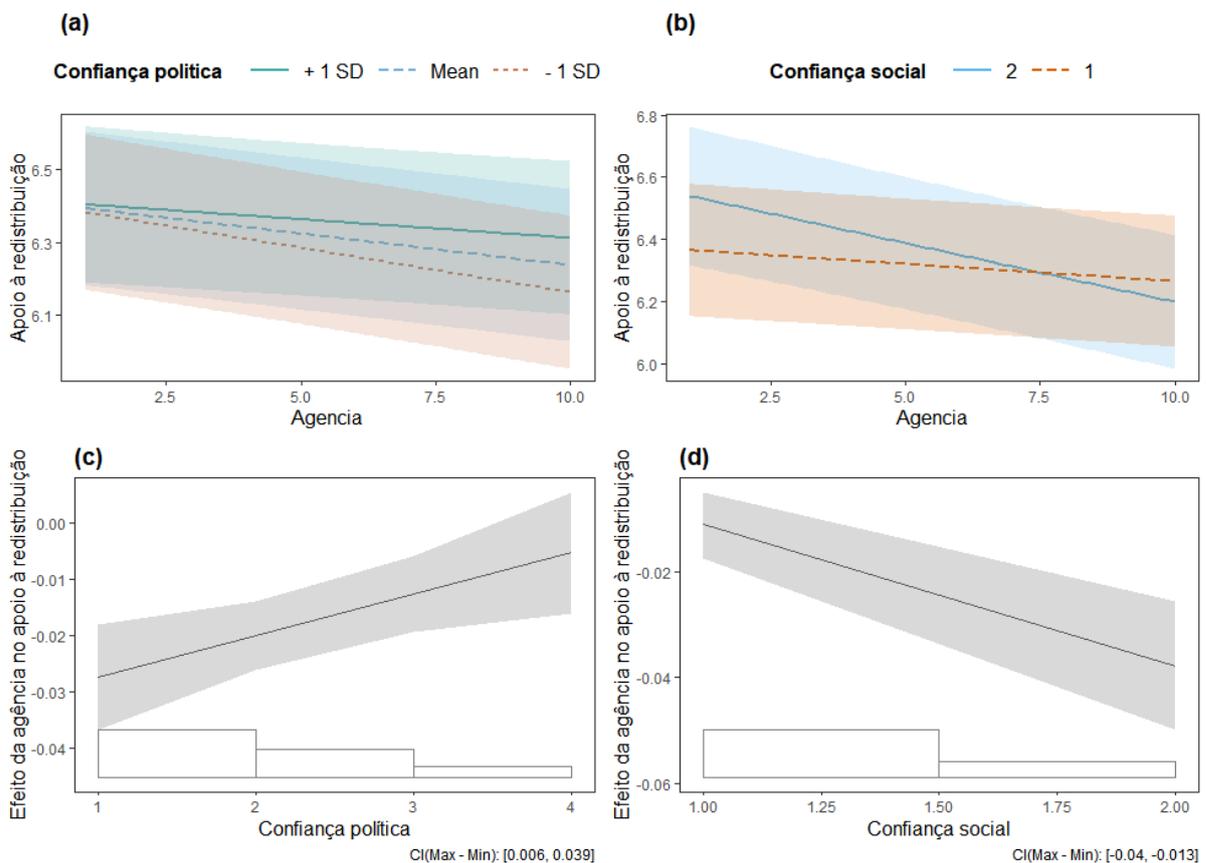
Fonte: Elaboração da autora (2022).

Para os Modelos 5 e 6, no Gráfico 18, analiso o efeito condicional na confiança política e social na relação entre agência e apoio à redistribuição. Conforme plotado no Painel A, os

resultados indicam que a associação entre agência e apoio à redistribuição foi negativa e significativa para aqueles que confiavam menos no governo (ou seja, - 1 SD, Painel A), onde  $b = -0.029$ ,  $SE = .004$ ,  $t = -6.782$ ,  $p = .000$ . Já aqueles que confiam mais no governo (+1SD), a relação foi significativa e negativa, onde  $b = -0.015$ ,  $SE = .004$ ,  $t = -3.442$ ,  $p = .001$ .

O mesmo teste foi realizado para o efeito condicional da variável confiança social. Os resultados indicam que a associação entre agência e apoio à redistribuição foi negativa e significativa para aqueles que confiavam menos uns nos outros (ou seja, - 1 SD, Painel B), onde  $b = -0.015$ ,  $SE = .004$ ,  $t = -4.162$ ,  $p = .000$ . Para aqueles que apresentam maior confiança interpessoal (+1SD) a relação se manteve significativa e negativa, onde  $b = -0.48$ ,  $SE = .007$ ,  $t = -6.943$ ,  $p = .000$ . O efeito da agência no apoio à redistribuição em função da confiança política e social são mostrados no Gráfico 18, Painel C e Painel D, respectivamente.

Gráfico 18- Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da agência



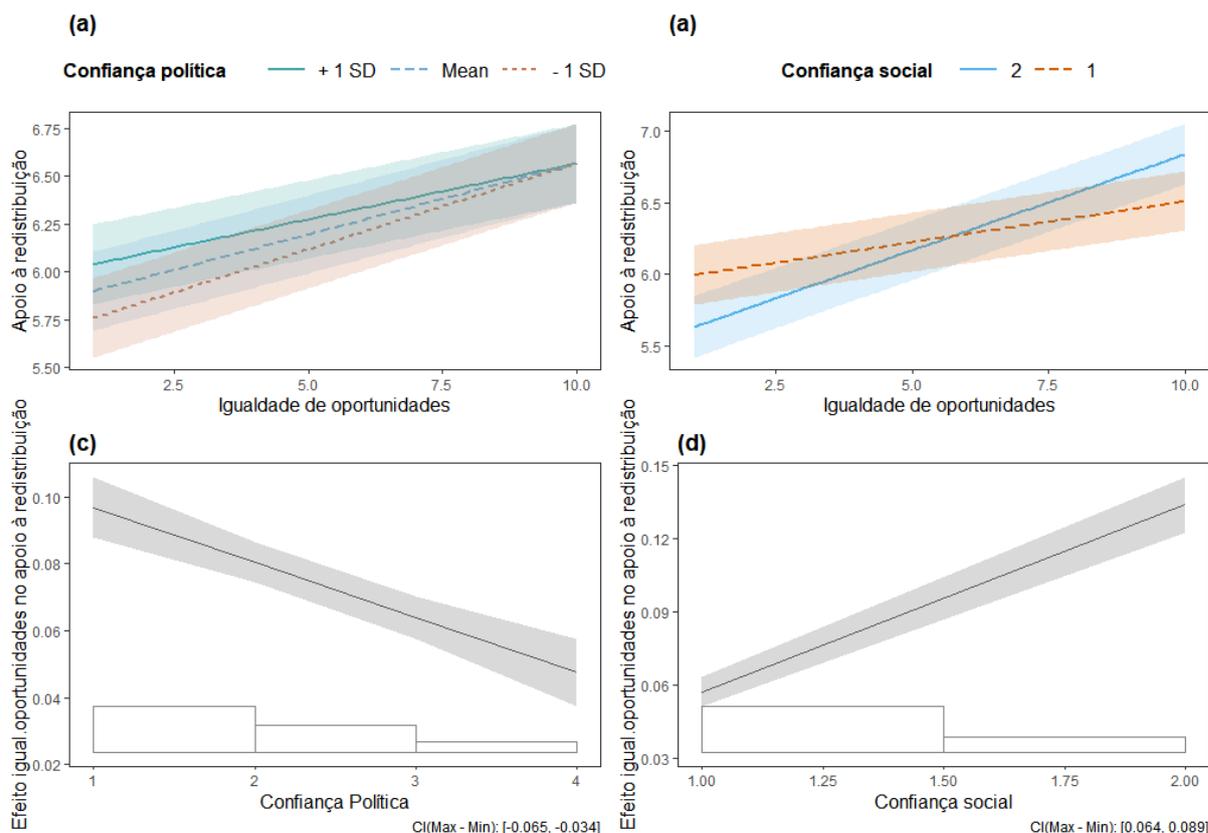
Legenda: *Slopes* da renda percebida no apoio à redistribuição nos diferentes níveis de confiança política (Painel A) e confiança social (Painel B), bem como o efeito estimado da renda percebida no apoio à redistribuição moderado pela confiança política (Painel C) e confiança social (Painel D).

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Quando mensuro percepção de justiça a partir da variável igualdade de oportunidades, o termo interativo da confiança possui um melhor ajuste. Conforme plotado no Painel A (Gráfico 19), os resultados indicam que a associação entre igualdade de oportunidades e apoio à redistribuição foi positiva e significativa para aqueles que confiavam menos no governo (ou seja, - 1 SD), onde  $b= 0.090$ ,  $SE= .004$ ,  $t= 21.436$ ,  $p=.000$ . Para aqueles que confiam mais no governo (+1SD) a relação foi significativa e se manteve, onde  $b= 0.055$ ,  $SE= .004$ ,  $t= 12.944$ ,  $p=.000$ . Dessa forma, à medida que os indivíduos confiam mais no governo, o efeito da igualdade de oportunidades no apoio à redistribuição é positivo.

Quando utilizo a confiança social como efeito condicional, a direção se mantém, conforme o Painel B. A proporção que há maior confiança interpessoal, a maior percepção de igualdade de oportunidades leva a um maior apoio à redistribuição de renda. Dessa forma, aqueles que confiam menos uns nos outros (1), a relação entre igualdade de oportunidades e apoio à redistribuição é positiva e significativa, onde  $b= 0.055$ ,  $SE= .003$ ,  $t= 16.070$ ,  $p=.000$ . O sinal se mantém positivo e significativo para aqueles que confiam mais uns nos outros (2), onde  $b= 0.135$ ,  $SE= .007$ ,  $t= 20.574$ ,  $p=.000$ . O efeito da igualdade de oportunidades no apoio à redistribuição em função da confiança política e social são mostrados no Gráfico 19, Painel C e Painel D, respectivamente.

Gráfico 19- Valores preditos do apoio à redistribuição em função da confiança e da igualdade de oportunidades



Legenda: *Slopes* da renda percebida no apoio à redistribuição nos diferentes níveis de confiança política (Painel A) e confiança social (Painel B), bem como o efeito estimado da renda percebida no apoio à redistribuição moderado pela confiança política (Painel C) e confiança social (Painel D).

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Em síntese, os resultados acima, juntamente com os resultados encontrados no capítulo 6 demonstram o papel moderador da confiança nas variáveis explicativas do apoio à redistribuição. Também demonstram que as diferentes percepções de justiça possuem relações distintas com apoio à redistribuição. Em termos gerais, a heterogeneidade das percepções de justiça e do tipo de confiança, seja ela política ou social, leva os indivíduos a apoiarem mais ou menos redistribuição de renda. Assim, ao que indica as análises dessa seção, podemos agrupar as seguintes condições para os indivíduos apoiarem mais ou menos redistribuição de renda.

Primeiro destaco que, a confiança condiciona efeito de renda no apoio à redistribuição, confirmando a H1. No que tange ao efeito da percepção de justiça os resultados dos testes da H2a e H2b são menos robustos e consistentes a depender do banco de dados utilizado.

Para os modelos testados com a base de dados do WVS, as crenças meritocráticas atreladas ao esforço individual, possui um efeito positivo da agência no apoio à redistribuição,

quando condicionados a confiança política. Ou seja, na medida que os indivíduos confiam mais no governo, a concordância com o esforço individual leva a aumento do apoio à redistribuição de renda. Tais achados vão de encontro a hipótese H2a. Contudo, quando o efeito condicional da confiança social está presente no modelo, o esforço individual leva a redução do apoio à redistribuição de renda, corroborando com a H2a. Já quando realizo os testes de efeitos marginais desses modelos, os resultados apontam que na medida que os indivíduos confiam mais no governo ou uns nos outros, a concordância com o esforço individual leva a redução do apoio à redistribuição de renda.

Segundo, no que tange as crenças acerca da igualdade de oportunidades, a confiança política e aqueles que confiam mais uns nos outros resulta em um efeito positivo da igualdade de oportunidades no apoio à redistribuição de renda. Isto é, quando os indivíduos passam a confiar uns nos outros e a confiar mais no governo, as crenças acerca da igualdade de oportunidades possuem efeito positivo no apoio à redistribuição.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente tese é contribuir para a identificação dos determinantes das preferências por redistribuição. Trata-se de uma questão analiticamente instigante, na fronteira da disciplina de ciência política e economia política, cujos achados poderão informar potencialmente à formulação de alternativas de política pública para a diminuição da desigualdade.

O conhecimento acumulado em torno da questão mostrou as limitações e insuficiência das explicações baseadas em modelos ancorados no Teorema do Eleitor Mediano e na renda como determinante variável de interesse (Alesina; Angeletos, 2005; Alesina; La Ferrara, 2005; Alesina; Giuliano, 2011; Lupu; Pontusson, 2011; Trump, 2013; Sands, 2017; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018; Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018; Iversen; Goplerud, 2018; Rueda; Stegmueller, 2019). Uma nova onda recente de pesquisas ampliou o elenco de variáveis potencialmente relevantes para além das variáveis econômicas (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019; Braun; Fatke, 2019; Cappelen; Tungodden, 2020; Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018; García-Sánchez et al., 2019; Peyton, 2020; Rueda; Stegmueller, 2019; Trump, 2020). Com efeito, iniciei esta tese visando desenvolver argumento sobre a importância de variáveis não econômicas como a concepção de justiça no apoio à redistribuição de renda, mas ampliei o escopo da discussão ao considerar variáveis que afetam esta última, como a confiança social e política. Para tanto, ao longo dos capítulos considero também outros fatores complementares que podem afetar as preferências individuais por redistribuição.

Menciono em várias partes dessa tese que a primeira geração de análises sobre preferências por redistribuição tinha como ponto de partida as contribuições advindas do modelo RMR (Downs, 1957; Romer, 1975; Meltzer; Richard, 1981). Contudo, a abordagem do auto interesse material como motivação para as preferências redistributivas é bastante limitada (Iversen; Goplerud, 2018). O foco exclusivo na renda como principal determinante para o apoio à redistribuição acaba sendo não intuitivo ao considerar os diversos fatores que explicam a formação de preferências (Rueda; Stegmueller, 2019).

À vista disso, as variáveis não econômicas não apenas influenciam a dinâmica política eleitoral, tendo consequências para as coalizões de apoio à redistribuição, mas também a política distributiva, a qual é inerentemente multidimensional (Dimick; Rueda; Stegmueller, 2018; Iversen; Goplerud, 2018). Uma vez que diversas dimensões políticas relevantes impactam o processo de formação de preferências, os benefícios e custos da política distributiva afetam diferencialmente grupos distintos (Iversen; Goplerud, 2018).

No capítulo 2, apresentei uma revisão de abordagens concorrentes, que aperfeiçoam as contribuições do modelo RMR. A primeira delas demonstra como os indivíduos moldam seu apoio à redistribuição a partir de perspectivas futuras de melhoria de vida (Benabou; Ok, 2001; Alesina; Giuliano, 2011; Alesina; Stantcheva; Teso, 2018; Rueda; Stegmueller, 2019). Para esse argumento, as crenças dos indivíduos de que a economia de mercado pode beneficiá-los ao longo do ciclo da vida mostra-se essencial. Ou seja, o apoio à redistribuição advém do tradeoff em demandar mais impostos aos mais ricos e sua expectativa futura como pagador desses impostos. Dessa forma, a questão é intertemporal: renda corrente não consegue captar como os indivíduos formulam essas projeções e quais incentivos são gerados para que se tenha menos apoio à redistribuição (Rueda; Stegmueller, 2019).

Além disso, é importante destacar como a identidade social pode ser um fator determinante para o apoio à redistribuição (Shayo, 2009; Lupu; Pontusson, 2011; Shayo, 2020). Há um amplo debate sobre a autoidentificação dos indivíduos acerca de grupos econômicos a que pertencem. Achados empíricos apontam que os mais pobres tendem a se classificar como classe média e a classe média em certas sociedades se sentem mais próximas dos ricos do que dos pobres (Lupu; Pontusson, 2011; Sands, 2017). Essa noção de pertencimento e o status atrelado aos grupos pode mitigar o apoio à redistribuição e ser um fator explicativo do porquê sociedades tão desiguais apresentam menos apoio à redistribuição.

Há debates metodológicos inconclusos a respeito de como renda e desigualdade devem ser mensurados. Mas para a investigação sobre a formação de preferências sobre redistribuição é crucial incorporar elementos sobre como a desigualdade é percebida pelas pessoas além de aspectos como vieses cognitivos subjacentes. Estudiosos alegam que os indivíduos formulam a suas preferências a partir da desigualdade percebida e não da desigualdade real. Esta última, conforme evidenciado em surveys diversos, não é conhecida acuradamente pelos indivíduos, os quais dispõem de representações fortemente incongruentes em relação à desigualdade real (Méndez; Waltenberg, 2016; Gimpelson; Treisman, 2017; Méndez; Waltenberg, 2018).

De modo geral, a principal discussão demonstra que a ótica de estruturas normativas, principalmente as utilitaristas, proporcionou explicações sobre como os indivíduos formulam sua visão de mundo justo e constroem crenças de justiça. Estas são moldadas a partir de percepções de moralidade privada e moralidade pública, ou seja, como indivíduo deve se comportar e como o estado deve se comportar (Bueno De Mesquita, 2015).

Os parâmetros de justiça individuais são forjados a partir de consensos e normas sociais existentes nas sociedades nas quais os indivíduos se socializaram (Tyler et al., 1997; Tyler, 2004). Isso não difere para as políticas redistributivas, uma vez que essas acabam gerando

custos para qualquer indivíduo. Em suma, estudos apontam a importância do senso de justiça na avaliação normativa da desigualdade existente e suas consequências para redistribuição de renda. É nesta perspectiva que a tese se insere.

É crucial compreender sob quais condições as diferentes percepções de justiça se tornam salientes, uma vez que pesquisas mostraram que elas podem explicar as diferenças na aceitação da desigualdade em uma sociedade e, que se refletem, nas políticas redistributivas (Hochleitner, 2022).

Além disso, apesar da percepção de justiça ter uma natureza normativa e psicológica, ela possui influência sobre as instituições políticas e sobre a legitimidade da intervenção dessas últimas (Trump, 2020). Os poucos estudos existentes, contudo, assumem que as ações governamentais de intervenção no mercado sempre são consideradas confiáveis ou potencialmente eficientes quando os indivíduos fazem juízos normativos sobre a justiça distributiva de algum arranjo específico.

No entanto, mostrei neste trabalho que este suposto é incorreto. Os juízos sobre justiça distributiva são influenciados pela avaliação que os indivíduos fazem sobre a capacidade do governo em redistribuir. Desenvolvi também a discussão de como a confiança é considerada na cadeia de formação de preferências por redistribuição. Assim, indivíduos confiam mais ou menos no governo de acordo com desempenho das ações sob sua responsabilidade. Este é considerado crítico no que se refere as expectativas sobre as possibilidades de mudança do status quo e quanto à justiça dos resultados econômicos produzidos.

Já sob as crenças do comportamento individual, os principais estudos sobre confiança e democracia foram desenvolvidos em relação à confiança interpessoal ou social. Conforme Rothstein e Uslaner (2005), sociedades onde os indivíduos confiam mais uns nos outros, criam um ciclo virtuoso que desarma a armadilha da desigualdade. Isto é, maior confiança interpessoal aumenta o apoio à redistribuição, reduzindo a desigualdade e a corrupção.

Estes temas são considerados na perspectiva teórica que informa a presente tese. Especificamente no que se refere à análise empírica apresentada, abordo o efeito condicional da confiança na relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. Conduzo dessa forma, pois a literatura sobre confiança é inconclusa, apresentando resultados mistos sobre seu efeito causal no apoio à redistribuição de renda. Meu ponto é que confiança é utilizada pelos indivíduos como atalho heurístico. Ou seja, à medida que aumenta a confiança, os indivíduos permitem considerar suas crenças de justiça para apoiar mais ou menos redistribuição.

Mais precisamente, a explicação oferecida sobre o apoio à redistribuição baseia-se em duas etapas complementares: primeiro, foram considerados os efeitos da percepção de justiça

sobre as preferências redistributivas; em seguida, considerou-se o papel da confiança no apoio à redistribuição. O argumento principal aqui desenvolvido é que variáveis não econômicas com base em crenças normativas (percepção de justiça) e políticas (confiança política e social) tem efeito preditivo no apoio à redistribuição.

A partir do uso de dados do ISSP (2019) e do WVS (2010 – 2022) apresento resultados que corrobora a hipótese que orientou a pesquisa, com algumas ressalvas. Mas antes disso é importante discutir os resultados da análise descritiva com base em ambas as bases de dados. Os indivíduos em geral apoiam redistribuição de renda, mas há uma variação importante entre países que apoiam mais e apoiam menos. A análise revelou que também houve uma paulatina redução nas médias em um conjunto de países acerca do apoio à redistribuição.

Ainda, os indivíduos também tendem a perceber a distribuição de renda em seu país como injusta e desigual. Ao mesmo tempo, há um cenário preponderante de baixa confiança política e social, sendo estas em patamares maiores em países principalmente desenvolvidos. Em contrapartida, a visão acerca do esforço individual (trabalho duro) e igualdade de oportunidades possui heterogeneidade nas médias entre países, deixando em aberto se a concordância com tais premissas são consensuais nas sociedades de modo geral.

Para testar o argumento principal desenvolvido nessa tese, construí 3 hipóteses a serem testadas. A primeira delas (H1) foi testada a fim de analisar o efeito condicional da confiança no apoio à redistribuição. Os efeitos marginais dos termos interativos com ambos os bancos convergiram para o mesmo resultado: na medida haver maior confiança política (social), uma maior percepção de renda (futura), está associada a um menor apoio à redistribuição. Tais resultados corroboram também o papel da importância da renda futura nas análises de apoio à redistribuição (Rueda; Stegmüller, 2019).

Já as hipóteses H2a e H2b estão relacionadas ao argumento principal da tese, a saber o efeito condicional da confiança nas percepções de justiça. A relação testada possui duas formas alternativas de mensuração da variável independente: agência, que considera crenças meritocráticas do esforço individual, e igualdade de oportunidades, que considera as condições de acesso. Os resultados encontrados no teste de hipóteses são consistentes.

Conforme a análise dos efeitos marginais dos termos interativos nos dois bancos de dados utilizados, posso desagregar os resultados em dois blocos, conforme a *proxy* utilizada para a percepção de justiça (agência ou pela igualdade de oportunidades). Para o primeiro bloco, considero a mensuração da percepção de justiça através das crenças sobre agência, presente em ambos os bancos. A hipótese H2a foi confirmada para aqueles que confiam mais no governo. Ou seja, em cenários que os indivíduos confiam mais no governo, na medida que os indivíduos

acreditam mais no esforço individual (agência) menor é o apoio à redistribuição. Tais achados vão ao encontro dos resultados encontrados pela literatura, uma vez que o esforço individual ancora sua estrutura normativa no utilitarismo e gera crenças dos indivíduos que a percepção de justiça é resultante do mérito e esforço individual. Tal crença gera desincentivos ao apoio à redistribuição entre aqueles que confiam mais no governo (Akbaş; Ariely; Yuksel, 2019; García-Sánchez et al., 2019; Cappelen; Tungodden, 2020).

Segundo os resultados da análise dos dados do WVS, para o teste de hipóteses em que percepção de justiça é codificada pela igualdade de oportunidades os resultados são mais promissores. Quando os indivíduos passam a confiar uns nos outros e a confiar mais no governo, as crenças acerca da igualdade de oportunidades possuem efeito positivo no apoio à redistribuição. Contudo, em cenários que os indivíduos confiam menos no estado, os resultados são mistos. A baixa confiança também possui efeito negativo na relação entre agência e apoio à redistribuição. Já os efeitos marginais dos termos interativos para a categoria menos confiança política possui sinal positivo e significativo. Além disso, a confiança social só apresenta significância estatística a partir dos dados do WVS e com sinal negativo.

Tais achados corroboram resultados encontrados nos trabalhos de Alesina e Angeleto (2005), Garcia-Sanchez et al. (2020) e Akbas et al. (2019) acerca dos efeitos das crenças de meritocracia e igualdade de oportunidades na percepção da desigualdade e no apoio à redistribuição. Como esperado, análise empírica mostrou que a confiança tem efeito moderador na relação de agência e apoio à redistribuição. Segundo Valero (2021), a associação negativa entre trabalho duro e apoio à redistribuição não ocorre devido a incentivos financeiros dos indivíduos, mas por uma percepção de merecimento devido à autoconfiança. Dessa forma, a percepção de justiça está atrelada a crenças dos indivíduos de que a redistribuição os prejudica injustamente, a partir de interações sociais, quando há a percepção de que podem ter se beneficiado injustamente das políticas redistributivas. Segundo os achados desta tese, o nível de confiança social nas sociedades de uma maneira geral é relativamente baixo, o que pode explicar em partes a relação negativa entre agência e apoio à redistribuição.

As reais implicações desses resultados é que a confiança política e social modera a associação da percepção de justiça no apoio à redistribuição. Para tanto, a formulação das políticas redistributivas não pode ser construída sem considerar as estruturas normativas presentes na sociedade. Conforme a literatura e a análise de dispersão das médias entre os países, a percepção de justiça é multifacetada e deve ser consideradas na formulação das políticas redistributivas. Segundo Akbas et al. (2019), o apoio a políticas redistributivas tende a refletir as crenças dos indivíduos sobre quanto esforço individual há nas circunstâncias de

suas vidas e como o estado atua em fomentar em diferentes grupos oportunidades iguais. Além disso, ainda há bastante espaço na abordagem observacional para compreensão dos comportamentos em escala do efeito condicional da confiança nas percepções de justiça.

Os achados aqui apresentados abrem espaço para algumas perguntas. Até que ponto os indivíduos atribuem maior peso à confiança política ou social como efeito condicional a relação entre percepção de justiça e apoio à redistribuição. Conforme Bueno de Mesquita (2016), esse limiar entre a moralidade privada e pública é bastante tênue. Ainda os estudos sobre confiança têm apresentado resultados mistos, abrindo a possibilidade de que estudos experimentais futuros desenvolvam jogos que permitam mensurar incentivos que aproximem os indivíduos da realidade político-social.

## REFERÊNCIAS

AGRESTI, A. **Analysis of Ordinal Categorical Data**. Wiley Series in Probability and Statistics, 2010.

AKBAŞ, M.; ARIELY, D.; YUKSEL, S. When is inequality fair? An experiment on the effect of procedural justice and agency. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 161, p. 114–127, 2019.

ALESINA, A.; ANGELETOS, G.-M. Fairness and Redistribution. **American Economic Review**, v. 95, p. 960–980, 2005.

\_\_\_\_\_; GIULIANO, P. Preferences for Redistribution. In: **Handbook of Social Economics**. v. 1, p. 93–131, 2011.

\_\_\_\_\_; LA FERRARA, E. Preferences for redistribution in the land of opportunities. **Journal of Public Economics**, v. 89, p. 897–931, 2005.

\_\_\_\_\_; STANTCHEVA, S.; TESO, E. Intergenerational Mobility and Preferences for Redistribution. **The American Economic Review**, v. 108, p. 521–554, 2018.

ALGER, I.; WEIBULL, J. W. Evolutionary Models of Preference Formation. **Annual Review of Economics**, v. 11, p. 329–354, 2019.

ARES, M.; BÜRGISSER, R.; HÄUSERMANN, S. Attitudinal polarization towards the redistributive role of the state in the wake of the COVID-19 crisis. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, p. 41–55, 2021.

BAUER, D. J.; CURRAN, P. J. Probing Interactions in fixed and multilevel regression: inferential and graphical techniques. **Multivariate Behavioral Research**, v. 40, p. 373–400, 2005.

BENABOU, R.; OK, E. A. Social Mobility and the Demand for Redistribution: The Poup Hypothesis. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 116, p. 447–487, 2001.

\_\_\_\_\_; TIROLE, J. Belief in a Just World and Redistributive Politics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 121, p. 699–746, 2006.

BERENS, S.; GELEPITHIS, M. Welfare state structure, inequality, and public attitudes towards progressive taxation. **Socio-Economic Review**, v. 17, p. 823–850, 2019.

BRAUN, D.; FATKE, M. **A Palliative For Those Who Feel Left Behind? Political Trust In The Face Of Economic Inequality**. 2019.

BUENO DE MESQUITA, E. **Political Economy for Public Policy**. Princeton University Press, 2016.

BUSSOLO, M. et al. I Perceive Therefore I Demand: The Formation of Inequality Perceptions and Demand for Redistribution. **Review of Income and Wealth**, v. 67, p. 835–871, 2021.

CAPPELEN, A. W.; SØRENSEN, E. Ø.; TUNGODDEN, B. Responsibility for what? Fairness and individual responsibility. **European Economic Review**, v. 54, p. 429–441, 2010.

\_\_\_\_\_; TUNGODDEN, B. Fairness and the proportionality principle. **Social Choice and Welfare**, v. 49, p. 709–719, 2017.

\_\_\_\_\_; TUNGODDEN, B. Fair and Unfair Income Inequality. Em: **Handbook of Labor, Human Resources and Population Economics**. [s.l.] Springer, 2020.

CAVAILLÉ, C.; TRUMP, K.-S. The Two Facets of Social Policy Preferences. **The Journal of Politics**, v. 77, p. 146–170, 2015.

CHARRON, N.; HARRING, N.; LAPUENTE, V. Trust, regulation, and redistribution why some governments overregulate and under-redistribute. **Regulation & Governance**, v. 15, p. 3–16, 2019.

CITRIN, J.; STOKER, L. Political Trust in a Cynical Age. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 49–70, 2018.

CLEARY, M. R.; STOKES, S. C. **Democracy and the Culture of Skepticism: The Politics of Trust in Argentina and Mexico**. Russel Sage Foundation, 2006.

DIMICK, M.; RUEDA, D.; STEGMUELLER, D. Models of Other-Regarding Preferences, Inequality, and Redistribution. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 441–460, 2018.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Harper and Row, 1957.

DURANTE, R.; LOUIS, P.; WEELE, J. VAN DER. Preferences for Redistribution and Perception of Fairness: An Experimental Study. **Journal of the European Economic Association**, v. 12, p. 1059–1086, 2014.

EDLUND, J. Trust in government and welfare regimes: attitudes to redistribution and financial cheating in the USA and Norway. **European Journal of Political Research**, v. 35, p. 341–370, 2003.

FERRARI, D. Material Heuristics and Attitudes Toward Redistribution. **A Journal of Politics and Society**, v. 33, p. 25–46, 2021.

FLYNN, D. J.; NYHAN, B.; REIFLER, J. The nature and origins of misperceptions: understanding false and unsupported beliefs about politics. **Political Psychology**, v. 38, p. 127–150, 2017.

FONG, C. Social preferences, self-interest, and the demand for redistribution. **Journal of Public Economics**, v. 82, p. 225–246, 2001.

GALLENSTEIN, R. **Wealth Inequality and Endogenous Fairness Views**. 2021. Disponible em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3886795](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3886795)>.

GARCÍA-SANCHEZ, E. et al. Attitudes toward redistribution and the interplay between perceptions and beliefs about inequality. **British Journal of Social Psychology**, v. 59, p. 111–136, 2019.

GIMPELSON, V.; TREISMAN, D. Misperceiving inequality. **Economics & Politics**, v. 30, p. 27–54, 2017.

HAUK, E.; OVIEDO, M.; RAMOS, X. Perception of Corruption and Public Support for Redistribution in Latin America. **European Journal of Political Economy**, 2022.

HETHERINGTON, M. J. The Political Relevance of Political Trust. **The American Political Science Review**, v. 92, p. 791–808, 1998.

\_\_\_\_\_; RUDOLPH, T. J. **Why Washington won't work : polarization, political trust, and the governing crisis**. The University of Chicago Press, 2015.

HOCHLEITNER, A. **Fairness in times of crisis: Negative shocks, relative income and preferences for redistribution**. 2022. Disponible em: <<https://www.nottingham.ac.uk/cedex/documents/papers/cedex-discussion-paper-2022-08r.pdf>>.

HOLAND, A. C. Diminished Expectations: Redistributive Preferences in Truncated Welfare States. **World Politics**, v. 70, p. 555–594, 2018.

HVIDBERG, K. B.; KREINER, C. T.; STANTCHEVA, S. The Review of Economic Studies. **Social Positions and Fairness Views on Inequality**, 2023.

IVERSEN, T.; GOPLERUD, M. Redistribution Without a Median Voter: Models of Multidimensional Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 295–317, 2018.

KEEFER, P.; SCARTASCINI, C. **Confianza: La clave de la cohesión social y el crecimiento en América Latina y el Caribe**. Banco Interamericano de Desarrollo, 2022.

KENWORTHY, L.; MCCALL, L. Inequality, public opinion and redistribution. **Socio-Economic Review**, v. 6, p. 35–66, 2007.

KISER, E.; KARCESKI, S. M. Political Economy of Taxation. **Annual Review of Political Science**, v. 20, p. 75–92, 2017.

KUZIEMKO, I. et al. How elastic are preferences for redistribution? Evidence from randomized survey experiments. **American Economic Review**, v. 105, p. 1478–1508, 2015.

LUPU, N.; PONTUSSON, J. The Structure of Inequality and the Politics of Redistribution. **The American Political Science Review**, v. 105, p. 316–336, 2011.

MARGALIT, Y. Political Responses to Economic Shocks. **Annual Review of Political Science**, v. 22, p. 277–295, 2019.

MEER, T. W. G. VAN DER; ZMERLI, S. The deeply rooted concern with political trust. In: **Handbook on political trust**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2017.

MELTZER, A. H.; RICHARD, S. F. A Rational Theory of the Size of Government. **Journal of Political Economy**, v. 89, p. 914–927, 1981.

MÉNDEZ, Y. S.; WALTENBERG, F. D. Aversão à desigualdade e preferências por redistribuição: A percepção de mobilidade econômica as afeta no Brasil? **Estudos Econômicos**, v. 46, p. 91–125, 2016.

\_\_\_\_\_. Desigualdade de Renda e Demanda por Redistribuição Caminham Juntas na América Latina no Período 1997-2015. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 61, 2018.

NORRIS, P. **In Praise Of Skepticism: Trust But Verify**. New York: Oxford University Press, 2022.

OBAMA, B. **Uma Terra Prometida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PATTY, J. W.; PENN, E. M. Measuring Fairness, Inequality, and Big Data: Social Choice Since Arrow. **Annual Review of Political Science**, v. 22, p. 435–460, 2019.

PEYTON, K. Does Trust in Government Increase Support for Redistribution? Evidence from Randomized Survey Experiments. **American Political Science Review**, v. 114, p. 596–602, 2020.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. **Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods**. Sage, 2002.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. 2. ed. [s.l.] Harvard University Press, 1971.

ROCHA, R.; URANI, A. Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida. Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos? **Brazil Journal of Political Economy**, v. 27, 2007.

ROEMER, J. E. A Pragmatic Theory of Responsibility for the Egalitarian Planner. **Philosophy & Public Affairs**, v. 22, p. 146–166, 1993.

ROMER, T. Individual Welfare, Majority Voting, and the Properties of a Linear Income Tax. **Journal of Public Economics**, v. 4, p. 163–185, 1975.

ROTHSTEIN, B. **The Quality of Government: Corruption, Social Trust, and Inequality Perspective**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

\_\_\_\_\_; USLANER, E. M. All for All: Equality, Corruption, and Social Trust. **World Politics**, v. 58, p. 41–72, 2005.

RUDOLPH, T. J.; EVANS, J. Political Trust, Ideology and Public Support for Government Spending. **American Journal of Political Science**, v. 49, p. 660–671, 2005.

RUEDA, D.; STEGMUELLER, D. **Who wants what? Redistribution Preferences in Comparative Perspective**. Cambridge University Press, 2019.

SANDS, M. L. Exposure to inequality affects support for redistribution. **PNAS**, v. 114, p. 663–668, 2017.

SEN, A. Social Justice and Distribution of Income. Em: **Handbook of Income Distribution**. Atickson, 2000.

SHAYO, M. Model of Social Identity with an Application to Political Economy: Nation, Class and Redistribution. **American Political Science Review**, v. 103, p. 147–174, 2009.

\_\_\_\_\_. Social Identity and Economic Policy. **Annual Review of Economics**, v. 12, p. 355–389, 2020.

SNIJDERS, T. A. B.; BOSKER, R. **Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling**. Sage, 2011

TRUMP, K.-S. **The Status Quo and Perceptions of Fairness: How Income Inequality Influences Public Opinion**. Cambridge: Havard, 2013.

\_\_\_\_\_. Income Inequality Influences Perceptions of Legitimate Income Differences. **British Journal of Political Science**, v. 48, 2017.

\_\_\_\_\_. When and why is economic inequality seen as fair. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 34, p. 46–51, 2020.

TURGEON, M.; RENNÓ, L. Informação Política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. **Opinião Pública**, v. 16, p. 143–159, 2010.

TYLER, T. et al. **Social Justice in a Diverse Society**. Westview Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Affirmative Action in an Institutional Context: The Antecedents of Policy Preferences and Political Support. **Social Justice Research**, v. 17, p. 5–24, 2004.

\_\_\_\_\_. Psychological Perspectives On Legitimacy and Legitimation. **Annual Review of Psychology**, v. 57, p. 375–400, 2006.

USLANER, E. M. **The Oxford Handbook of Social and Political Trust**. Oxford University Press, 2018.

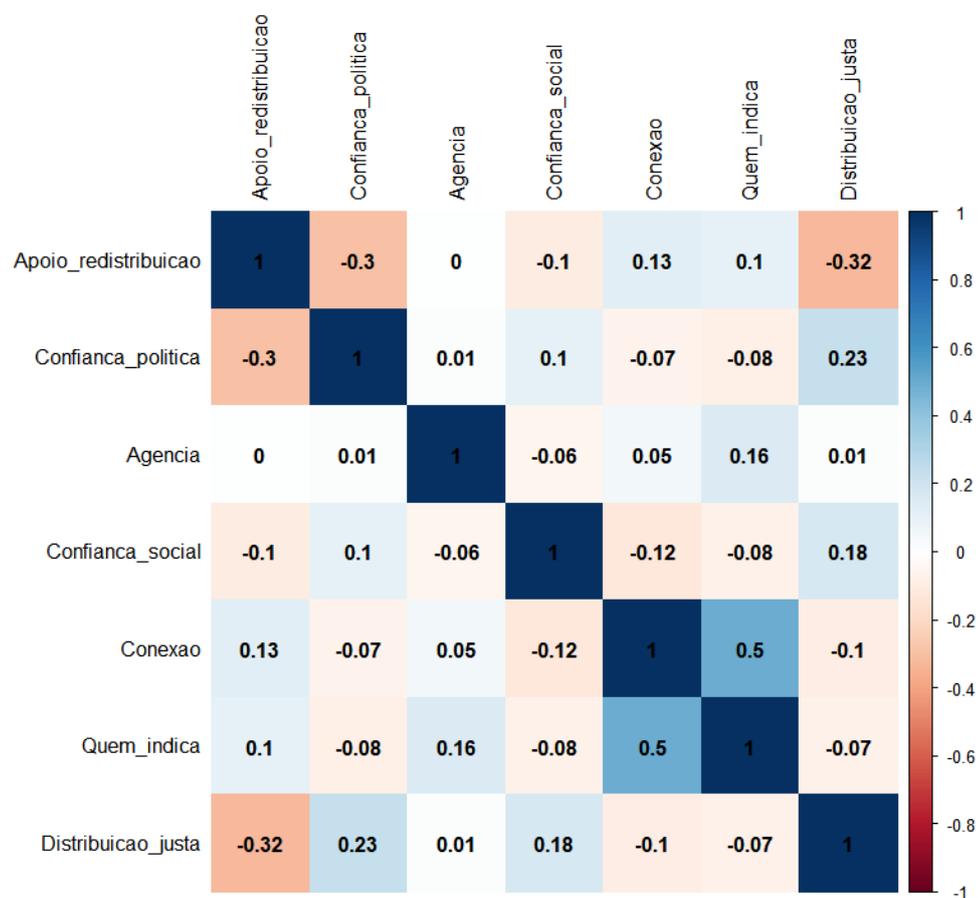
VALERO, V. Redistribution and beliefs about the source of income inequality. **Experimental Economics**, v. 25, p. 876–901, 2022.

WEISSTANNER, D.; ARMINGEON, K. Redistributive preferences: Why actual income is ultimately more important than perceived income. **Journal of European Social Policy**, v. 32, p. 1–13, 2021.

YAMAMURA, E. Trust in government and its effect on preferences for income redistribution and perceived tax burden. **Economic of Governance**, v. 15, p. 71–100, 2014.

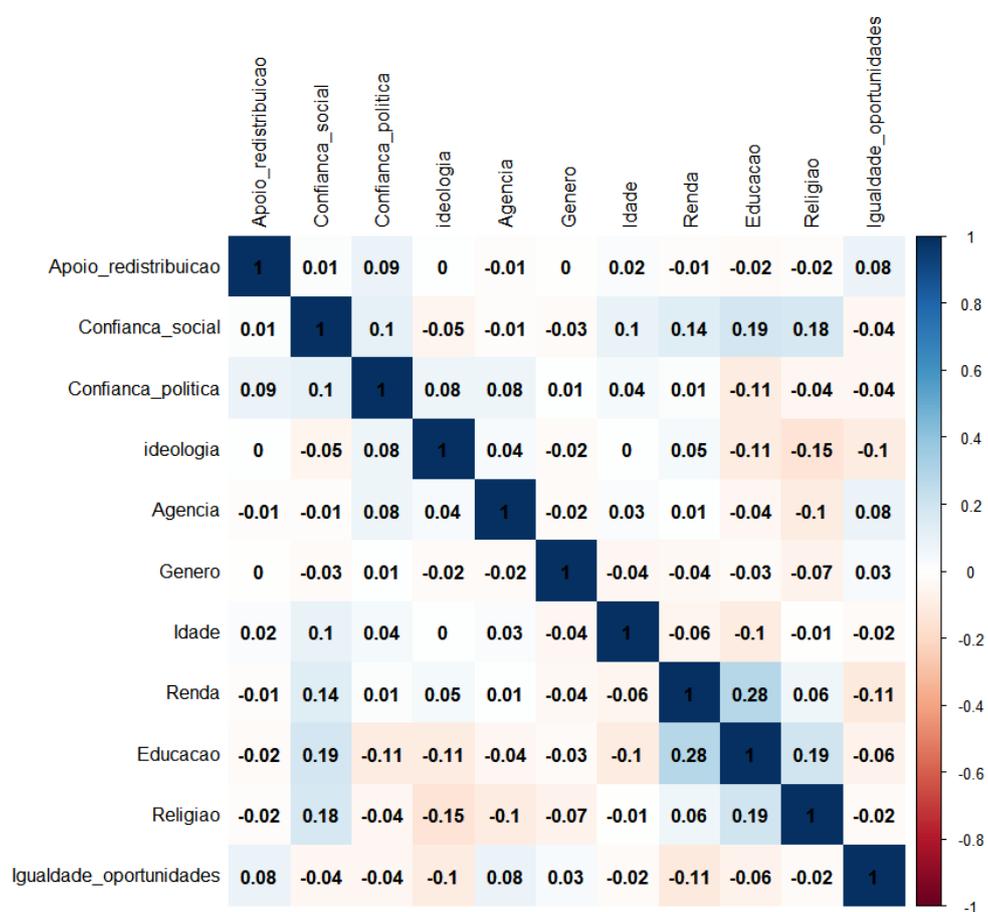
ZMERLI, S.; CASTILLO, J. C. Income inequality, distributive fairness and political trust in Latin America. **Social Science Research**, v. 52, p. 179–192, 2015.

## APÊNDICE A – MATRIZ DE CORRELAÇÃO ISSP



Fonte: Elaboração da autora (2022)

## APÊNDICE B – MATRIZ DE CORRELAÇÃO WORLD VALUES SURVEY



Fonte: Elaboração da autora (2022).